



Organizadores

Sanadia Gama dos Santos

Maria Margareth Ferreira Tavares

Evandro Salvador Alves Oliveira

Juliane Rezende Cunha

EXTENSÃO em REDE e AGENDA ODS: possibilidades e desafios

Organizadores
Sanadia Gama dos Santos
Maria Margareth Ferreira Tavares
Evandro Salvador Alves Oliveira
Juliene Rezende Cunha

EXTENSÃO em REDE e AGENDA ODS: possibilidades e desafios



Editora da Universidade
Estadual de Alagoas

ARAPIRACA/AL
2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Reitor: Odilon Máximo de Moraes

Vice-Reitor: Anderson de Almeida Barros

Diretor da Eduneal: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

CONSELHO EDITORIAL DA EDUNEAL

Presidente: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

Titulares

Professores:

José Lidemberg de Sousa Lopes

João Ferreira da Silva Neto

Luciano Henrique Gonçalves da Silva

Natan Messias de Almeida

Maria Francisca Oliveira Santos

Márcia Janaína Lima de Souza - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Suplentes

José Adelson Lopes Peixoto

Edel Guilherme Silva Pontes

Maryny Dyellen Barbosa Alves Brandão

Ariane Loudemila Silva de Albuquerque

Ahiranie Sales dos Santos Manzoni

Elisângela Dias de Carvalho Marques - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Planejamento do Projeto gráfico e diagramação

Mariana Lessa de Santana

Imagem da Capa

Amanda Cavalcante de Macêdo

Revisão Técnica

JDMM

Catálogo na Fonte

-
- E96 Extensão em rede e agenda ODS : [recurso eletrônico] possibilidades e desafios / Organizadores Sanadia Gama dos Santos ... [et al.]. -Arapiraca : Eduneal, 2025. 275 p. : il. : color (e-book).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-6061-034-7.

DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODS>

E-book: <https://eduneal.com.br/livros/extensao-em-rede-e-agenda-ods/>

1. Extensão universitária. 2. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 3. Agenda 2030. I. Santos, Sanadia Gama dos, org. II. Tavares, Maria Margareth Ferreira, org. III. Oliveira, Evandro Salvador Alves, org. IV. Cunha, Juliene Rezende, org. V. Associação Brasileira de Reitores e Reitoras das Universidades Estaduais e Municipais.

CDU: 378.147

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Esta obra é resultado da parceria entre a Câmara de Extensão da Abruem, a Reitoria e a Editora da Universidade Estadual de Alagoas (Eduneal). Reúne artigos de pesquisadores sobre a temática proposta, selecionados por meio da chamada especial para publicação de e-book com selo da Eduneal.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 8

Sanadia Gama dos Santos

1. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIFIMES E O COMPROMISSO COM OS ODS DA AGENDA 2030 DA ONU..... 14

Evandro Salvador Alves de Oliveira

Andrisley Joaquim da Silva

Juliane Rezende Cunha

Daniel Resende Freitas

2. A IMPLANTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL EM INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: um estudo de caso..... 34

Leandro Gaspar Conterato

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

3. AÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AGENDA 2030 NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DA 33ª UERJ SEM MUROS 66

Ana Maria de Almeida Santiago

Alzira Batalha Alcântara

Thereza Christina de Almeida Rosso

Marcia Lisbôa Costa de Oliveira

Patrícia Lima Pereira Peres



4. CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE INCLUSÃO E DIVERSIDADE: PARCERIA UEG E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS 94

Claudia do Carmo Rosa
André Luiz dos Santos
Ana Carolina Borges de Lacerda
Joana Corrêa Goulart

5. EMANCIPAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA TRANSFORMAÇÃO PARADIGMÁTICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR 112

Everton Ricardo do Nascimento
Áurea Regina Alves Ignácio
Beatriz Ferraz Bühler
Ernandes Sobreira

6. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A INTEGRAÇÃO DA AGENDA 2030 NA UNITINS 133

Thaysi Castro Coelho Andrade
Márcia Rezende Silva
Paulo Roberto Rodrigues de Oliveira
Augusto de Rezende Campos
Kylde Batista Vicente

7. LEGADO DA EDUCAÇÃO VIVÊNCIA NA EXTENSÃO: UDESC APROXIMANDO INICIATIVAS À AGENDA 2030 .. 151

Douglas Heidtmann Junior

8. OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DO FAZER EXTENSIONISTA 167

José Fernando Andrade Costa
Taíse Bomfim de Jesus
Saviana Matos Reis
Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima



9. OS PROGRAMAS DE EXTENSÃO NA UNEAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.... 190

Sanadia Gama dos Santos

10. PET SAÚDE: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DO SUS” 208

Vivyann Alessandra Alves Bandeira
Ewila Wilyams Deodato Alves
Maria Eduarda Gomes da Silva Galvão
Kelyane Joice Nascimento Montenegro
Natália Silva Ferreira
Simone Stein
Renata Cardoso Couto

11. POLÍTICA DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO EM CURSOS DE LICENCIATURA: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO..... 232

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues
Odair França de Carvalho
Raphael de França e Silva

12. RELAÇÃO ENTRE AS ODS E A LINHA DO TEMPO NOS FÓRUMS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ- A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO LOCAL PRIVILEGIADO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL..... 258

Leticia Maria Pinto da Costa
Naira Correia Cusma Pelógia



APRESENTAÇÃO

Extensão em Rede e Agenda ODS: possibilidades e desafios reúne 12 textos produzidos por diversas Universidades Estaduais e Municipais filiadas à Associação Brasileira de Reitores e Reitoras das Universidades Estaduais e Municipais – Abruem, publicado em Edição Especial da Abruem, através da Editora da Universidade Estadual de Alagoas- Eduneal.

O ebook aqui apresentado é a culminância do 6º Encontro de Extensão da ABRUEM, sediada na cidade de Maceió/Alagoas, com o tema: **Extensão em rede e Agenda 2030: Aproximações, desafios e possibilidades**, evento promovido pela Câmara de Extensão da Abruem e sob coordenação da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) e da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), no período de 13 a 16 de abril de 2025.

Esta publicação difunde e promove a produção acadêmica de diversas experiências extensionistas do Brasil, considerando as ações em diversas áreas, fortalecendo a indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa.



Centrado nas discussões e na apresentação de resultados do fazer extensionista nas universidades estaduais e municipais, esta obra é reflexo das atividades que a câmara de Extensão promove e orienta, em consonância com as diretrizes da extensão universitária no Brasil, por meio do Fórum de Pró-Reitores de Extensão – Forproex.

Importante ressaltar que as IES estaduais e municipais envolvem uma diversidade de ações e de públicos bem maiores, fruto de sua capilaridade em atingir os mais diversos territórios e fronteiras do interior, desbravando diversidade de pessoas, de culturas e de saberes.

Extensão em Rede e Agenda ODS: possibilidades e desafios conta com capítulos, que se debruçam sobre a temática do trabalho em redes, seus resultados e impactos causados pela ação do fazer cotidiano no chão das comunidades e dos mais variados públicos que as universidades entrelaçam em seus saberes.

O capítulo primeiro, “A Extensão universitária da Unifimes e o compromisso com os ODS da agenda 2030 da ONU”, evidencia como a extensão universitária pode contribuir para a implementação dos ODS, destacando seus desafios e possibilidades.

O capítulo segundo, “A implantação da curricularização da extensão no curso de engenharia civil em instituição municipal de ensino superior do interior do estado de São Paulo:



um estudo de caso”, discorre sobre a nova matriz curricular implantada no curso de bacharelado em Engenharia Civil, com vistas à curricularização da extensão, em uma Instituição de Ensino Superior (IES) municipal situada no interior de São Paulo.

O capítulo terceiro, “Ações da Extensão Universitária e Agenda 2030 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro: uma análise da 33ª UERJ Sem Muros”, aborda a relação dos projetos de extensão apresentados na 33ª *Uerj Sem Muros*, maior evento acadêmico da Universidade, com a Agenda 2030.

O capítulo quarto, “Curso de Capacitação sobre inclusão e diversidade: parceria UEG e Bombeiros militares do Estado de Goiás”, apresenta-nos reflexões sobre uma importante ação de extensão que envolveu diretamente a comunidade externa à UEG, e de responsabilidade social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, cujo escopo é a valorização dos ideais de cidadania e civismo na formação de crianças e adolescentes, contribuindo para a sociedade goiana ao auxiliar na formação básica do cidadão.

O capítulo quinto, “Emancipação da extensão universitária: uma transformação paradigmática na educação superior”, aborda o modo como o trabalho extensionista é analisado como uma prática que deve ser realizada para, com e na comunidade, garantindo a sustentabilidade da universi-



dade e contribuindo para o cumprimento da Agenda 2030, em especial os Objetivos de Desenvolvimento sustentável

O capítulo sexto, “Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável: A Integração da Agenda 2030 na Unitins”, apresenta-nos os principais vínculos que a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) tem criado para aproximar-se da sociedade e da prática da extensão universitária, buscando também o atendimento e aproximação com a Agenda 2030 em seu desenvolvimento e aplicação.

O capítulo sétimo, “Legado da Educação Vivência na Extensão: Udesc aproximando iniciativas à Agenda 2030”, discorre sobre a necessidade da implementação da agenda 2030 no âmbito das ações da Universidade do Estado de Santa Catarina, no sentido de disseminar informações de qualidade sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e promover o engajamento da comunidade acadêmica, bem como de diversos setores da sociedade.

O capítulo oitavo, “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como estratégia de organização do fazer extensionista”, apresenta-nos e discute aspectos da assimilação institucional da Agenda 2030 na organização das ações extensionistas em uma IEES localizada no Semiárido baiano.

O capítulo nono, “Os programas de Extensão na Uneal e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, apresenta-nos



dois grandes programas de extensão da Universidade Estadual de Alagoas-Unaal: a *Universidade Aberta à pessoa idosa (Unapi)* e o *Programa de Formação para Organização e Planejamento de Tempos e Espaços para o Brincar (PROBRINCAR)* e suas atuações junto às populações, seus alinhamentos e entrecruzamentos às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O capítulo décimo, “PET saúde: a extensão universitária como instrumento de promoção da equidade e da educação permanente no âmbito do SUS”, apresenta-nos o do projeto Pet Saúde equidade no âmbito do SUS e suas estratégias de articulação, sob coordenação da Unaal e Uncisal.

O capítulo onze, “Política da inserção curricular da extensão em cursos de licenciatura: a experiência da Universidade de Pernambuco”, apresenta-nos a inserção da extensão universitária nos currículos dos cursos de licenciatura na Universidade de Pernambuco (UPE), destacando a política de curricularização da extensão, regulamentada pela Resolução CNE/CES 07/2018 e CNE/CP 04/2024.

O capítulo doze, “Relação entre as ODS e a linha do tempo nos Fóruns de Extensão da Universidade de Taubaté- a extensão universitária como local privilegiado para o desenvolvimento social”, reflete sobre a função da Extensão Universitária e da Agenda ODS como um recurso poderoso de transformação



social e de desenvolvimento, promovendo a troca de saberes entre a universidade e as comunidades externas.

Assim, desejamos uma excelente leitura a todos e todas

Arapiraca, abril de 2025

Profa. Dra. Sanadia Gama dos Santos

Pró-reitora de Extensão da Universidade Estadual de Alagoas



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIFIMES E O COMPROMISSO COM OS ODS DA AGENDA 2030 DA ONU¹

Evandro Salvador Alves de Oliveira- (UNIFIMES)
<https://orcid.org/0000-0003-2228-9776>

Andrisley Joaquim da Silva-(UNIFIMES)
<https://orcid.org/0000-0003-0084-0264>

Julienne Rezende Cunha-(UNIFIMES)
<https://orcid.org/0009-0000-5421-5048>

Daniel Resende Freitas-(UNIFIMES)
<https://orcid.org/0009-0009-2222-4578>



Introdução

Este capítulo é uma produção teórica elaborada pelo Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) alinhada ao tema da chamada pública de publicação, qual seja “Extensão em Rede e Agenda 2030: aproximações, desafios e possibilidades”.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030 da Organiza-

¹ DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap1>

ção das Nações Unidas (ONU), são um conjunto de 17 metas globais que visam promover a prosperidade econômica, a inclusão social e a proteção ambiental, conforme pactuação realizada em setembro de 2015, em Nova York, na Assembleia Geral da ONU. Esses objetivos buscam erradicar a pobreza, garantir educação de qualidade, promover a igualdade de gênero, assegurar a saúde e o bem-estar, fomentar a inovação, entre outros aspectos. A implementação dos ODS exige a colaboração entre governos, setor privado, sociedade civil e instituições de ensino, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável é uma responsabilidade compartilhada que requer ações integradas e multidisciplinares.

Nesse contexto, a extensão universitária desempenha um papel crucial na promoção dos ODS, especialmente na UNIFIMES, onde as propostas de extensão (e também de pesquisa e de inovação) são elaboradas com foco nas necessidades da comunidade e no desenvolvimento regional. Ao conectar a academia com a sociedade, a extensão não apenas potencializa o aprendizado dos alunos, mas também contribui para a resolução de problemas locais, alinhando-se diretamente aos ODS. Projetos de extensão que abordam questões como saúde, educação, direitos humanos, meio ambiente e inclusão social são fundamentais para o cumprimento das metas da Agenda 2030, pois promovem a conscientização e a mobilização da comunidade em torno de práticas sustentáveis e inovadoras, criando um impacto positivo e duradouro.



Considerando o exposto, neste capítulo pretendemos mostrar o papel da extensão universitária na UNIFIMES como uma estratégia efetiva para promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. No trabalho aqui exposto, buscamos evidenciar como as iniciativas de extensão podem ser articuladas com as metas globais da Agenda 2030, destacando as aproximações, desafios e possibilidades que surgem dessa interseção. Além disso, pretendemos discutir a importância da colaboração entre a academia e a sociedade na implementação de práticas sustentáveis que atendam às necessidades locais e contribuam para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região, especialmente dos municípios de Mineiros e Trindade, sede e Campus da UNIFIMES, e em seus respectivos entornos.



A extensão universitária na Unifimes

A extensão universitária na UNIFIMES é uma prática fundamental que visa integrar a academia com as demandas da sociedade, promovendo o desenvolvimento social, científico, tecnológico e cultural. Este processo é orientado pela Pró-Reitoria de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, em conjunto com a Diretoria de Extensão, que, por meio de editais institucionais, convida docentes a apresentarem propostas de ações de extensão. O objetivo principal é selecionar iniciativas que contribuam significativamente para o progresso das comunidades de Mineiros (GO), Trindade (GO) e regiões



adjacentes, alinhando-se às necessidades locais e promovendo a inclusão social.

Os projetos de extensão da UNIFIMES são caracterizados por sua abordagem multidisciplinar, buscando atender às demandas específicas da comunidade por meio de ações que envolvem diversas áreas do conhecimento. As propostas são desenvolvidas com um mínimo de dez meses de duração e são avaliadas com base em critérios como impacto social, relevância técnica e articulação com os objetivos pedagógicos da instituição.

Além disso, a extensão universitária é compreendida como uma prática acadêmica que interliga ensino, pesquisa e inovação, proporcionando aos alunos, a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em contextos reais, contribuindo para a formação integral e a cidadania, sendo protagonistas desses processos. A extensão universitária possibilita que os professores desenvolvam suas práticas pedagógicas, aprimorem suas competências profissionais e estabeleçam uma relação mais próxima com a comunidade, enriquecendo assim a experiência docente e promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e transformador.

Outro aspecto importante da extensão na UNIFIMES é o financiamento disponibilizado para as propostas aprovadas, com recurso próprio da Instituição, que pode chegar a 100% do valor solicitado, dependendo da avaliação da Câmara de



Extensão. Os recursos são destinados a cobrir custos de atividades, aquisição de materiais e bolsas para estudantes envolvidos nos projetos. Essa estrutura de apoio financeiro não apenas incentiva a elaboração de propostas inovadoras, mas também garante que as ações de extensão tenham um impacto duradouro nas comunidades atendidas, reforçando o compromisso da UNIFIMES com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

A extensão universitária na UNIFIMES, além de divulgar conhecimentos e técnicas, promovendo um intercâmbio entre a instituição e a sociedade, estabelece políticas de ação para apoiar a integração dos estudantes e professores, bem como programas de assistência estudantil para proporcionar suporte financeiro e pedagógico, proporcionando a permanência acadêmica dos alunos.

No âmbito da responsabilidade social, a UNIFIMES compromete-se a oferecer serviços especializados à sociedade e incentiva a articulação com entidades públicas e privadas para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, a exemplo de projetos e Programas, como: o Vitrine cultural (que oferece aulas de violão, coral, pintura, desenho, escultura em argila, teatro, entre outros); a Brinquedoteca universitária, que recebe crianças no laboratório de ludicidade; o Núcleo de apoio contábil e fiscal (NAF), que oferece assistência fiscal e gratuita presencial a pessoas físicas de baixa renda, microempreendedores individuais (MEI), organizações



da sociedade civil (OSC) e pequenos proprietários rurais; a Faculdade aberta a melhor idade (FAMI), que é um projeto institucionalizado que oferece oportunidades de convivência, informações e inserção social para idosos; o Agita Unifimes, que oferece aulas gratuitas à população de Treinamento funcional, Ginástica aeróbica e Ballet infantil, contribuindo com a promoção da saúde e melhora da qualidade de vida da população; entre outros programas e projetos de extensão.

Considerando esse panorama, entendemos que o Centro Universitário de Mineiros busca consolidar-se como um centro de excelência educacional, pautado na inovação e na adaptação às demandas regionais e nacionais e a extensão universitária é uma importante mola propulsora disso. Nesse sentido, a extensão na UNIFIMES se configura como uma engrenagem essencial para a democratização do conhecimento e o fortalecimento da cidadania, evidenciando seu compromisso com a transformação social e o desenvolvimento sustentável, assumindo um significativo papel frente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável enquanto política institucional na UNIFIMES

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025) da UNIFIMES enfatiza a sustentabilidade como um dos eixos centrais para sua atuação, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A instituição



se compromete com um desenvolvimento sustentável que abrange dimensões ambiental, social, econômica e cultural, promovendo práticas educacionais que integram inovação, empreendedorismo e inclusão. A UNIFIMES considera essencial a conservação ambiental, dada sua localização em uma região de grande importância ecológica, e busca equilibrar crescimento econômico e preservação dos recursos naturais. Além disso, a Instituição incentiva políticas de igualdade, acesso à educação de qualidade e fortalecimento da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento sustentável regional e global.

No campo da extensão universitária, a UNIFIMES estabelece ações que favorecem a aproximação da academia com a comunidade, criando impacto social positivo. Isto ocorre por meio dos Programas e projetos que são desenvolvidos para promover inclusão social, assistência à população e inovação tecnológica sustentável. A Instituição regulamenta políticas e fomenta parcerias para alcançar os ODS, garantindo que suas práticas acadêmicas e institucionais estejam alinhadas com a erradicação da pobreza, igualdade de gênero, educação de qualidade e combate às mudanças climáticas. A UNIFIMES se estrutura como um Centro Universitário que visa tornar-se uma Universidade que tenha como pilares sólidos o empreendedorismo, a sustentabilidade, a inclusão e a inovação, buscando soluções inovadoras para desafios locais e globais, consolidando-se como agente transformador da sociedade.



A seguir apresentamos alguns exemplos de ações de extensão que a UNIFIMES desenvolve, confirmando o compromisso eminente com a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Projetos de extensão e o compromisso com a agenda 2030 da ONU

A UNIFIMES possui uma série de projetos de extensão aprovados para o ano de 2025 que reforçam seu compromisso com a sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dentre os projetos, destacam-se iniciativas voltadas para a sustentabilidade ambiental, social e econômica, como o “Terra boa”, que promove recomendações sobre corretivos e fertilizantes para produtores rurais, incentivando práticas agrícolas sustentáveis. O projeto “Veterinária para a comunidade de mineiros (VETCOMM)” contribui para a saúde animal e o bem-estar da população por meio de atendimento veterinário acessível. Além disso, o “VigiLeish” trabalha na vigilância das leishmanioses na região, promovendo saúde pública e controle de zoonoses.

Outros projetos reforçam a inclusão social e a educação para a sustentabilidade, como o “Educação em Saúde: a prevenção começa com a conscientização”, que capacita a população sobre cuidados preventivos em saúde. A iniciativa “Matemática em Movimento: explorando o saber com metodologias ativas”, que busca aprimorar o ensino de matemática



com abordagens inovadoras, promovendo uma educação de qualidade. O projeto “Equoterapia - passo livre” proporciona assistência terapêutica por meio da equoterapia, beneficiando pessoas com deficiência e necessidades especiais, alinhando-se aos ODS relacionados à saúde e inclusão social. O “Felizidade - treinamento fisicofuncional Unifimes” incentiva a prática de atividades físicas para diferentes faixas etárias, promovendo um envelhecimento saudável e qualidade de vida. Essas ações evidenciam o compromisso da universidade com a promoção da saúde e a redução das desigualdades, impactando positivamente a comunidade local.

A UNIFIMES também fomenta a educação cidadã e a conscientização social por meio de projetos como “Assédios e violências: educar para prevenir e conscientizar”, que visa combater a violência e o assédio por meio da educação e do diálogo. O “Doe Vida: sensibilização e fidelização de doadores de sangue e medula óssea” trabalha na mobilização da população para incentivar a doação de sangue e a solidariedade. O Centro Universitário de Mineiros, dessa forma, reafirma sua responsabilidade social e seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Com ações voltadas à educação, saúde, meio ambiente e inclusão, a UNIFIMES se consolida como uma instituição comprometida com os ODS e a transformação social, conectando ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento regional e sustentável.



A tabela 1, a seguir, apresenta o panorama dos projetos de extensão aprovados em dois editais para execução no ano de 2025. Da totalidade das ações, sete delas se referem a novas propostas de extensão que foram aprovadas para iniciarem no ano de 2025, por meio do Edital nº 03/2024/DEACEC. A maior parte dos projetos (quarenta) refere-se à atividades que foram desenvolvidas no ano de 2024 e que obtiveram aprovação para continuidade no ano de 2025, conforme o Edital de recadastramento de propostas de extensão nº 04/2024/DEACEC. Ao todo são 47 projetos de extensão que estão sendo financiados pela Instituição, nos quais todos contém estudantes bolsistas vinculados às ações extensionistas.



Tabela 01. Panorama dos projetos de extensão da UNIFIMES para 2025 e a relação com os ODS

TÍTULOS	ODS
PRO BARU - CURSOS DE FORMAÇÃO EM MODELOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS	Ação Climática
TEMPO E CLIMA DE MINEIROS-GO COM A UNIFIMES	Ação Climática
MATEMÁTICA EM AÇÃO: APRENDENDO COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS	Educação de Qualidade
EDUCAÇÃO EM SAÚDE APLICADA AO FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO E AO COMBATE À DESINFORMAÇÃO	Educação de Qualidade
NÓS E ELES NA ESCOLA	Educação de Qualidade
QUEM CONTA UM CONTO, AUMENTA UM PONTO!	Educação de Qualidade

TÍTULOS	ODS
MATEMÁTICA EM MOVIMENTO: EXPLORANDO O SABER COM METODOLOGIAS ATIVAS	Educação de Qualidade
BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA – QUEM QUER BRINCAR?	Educação de Qualidade
VITRINI CULTURAL	Educação de Qualidade
ESCRITÓRIO MODELO UNIFIMES- CONSULT	Erradicar a Pobreza
PROJETO DE EXTENSÃO DE EDUCAÇÃO E CUIDADOS EM SAÚDE, SEXUALIDADE E GÊNERO	Igualdade de Gêneros
TERRA BOA: RECOMENDAÇÕES SOBRE CORRETIVOS E FERTILIZANTES PARA PRODUTORES RURAIS	Produção e Consumo Sustentável
ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PEQUENAS PROPRIEDADES LEITEIRAS: FOCO EM GESTÃO DE CUSTO DO PRODUÇÃO	Produção e Consumo Sustentável
FAUNA EM EXPOSIÇÃO: TAXIDERMIA COMO PONTE ENTRE CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E COMUNIDADE	Proteger a Vida Terrestre
JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Reduzir as desigualdades
SAÚDE DA MULHER: PREVENÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA E COLO DO ÚTERO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	Saúde de Qualidade
PEQUENOS CUIDADORES: EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PRIMEIROS SOCORROS PARA CRIANÇAS E EDUCADORES	Saúde de Qualidade
CAPACITANDO A LINHA DE FRENTE	Saúde de Qualidade
ASSESSORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA EM PARASITOLOGIA VETERINÁRIA (ATPV)	Saúde de Qualidade
ALIMENTO SEGURO: DIVERSÃO E ARTE	Saúde de Qualidade
ACOLHE MAE	Saúde de Qualidade
PET TERAPIA	Saúde de Qualidade



TÍTULOS	ODS
ADMINISTRAÇÃO DE INJETÁVEIS	Saúde de Qualidade
GRUPO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PRIMEIROS SOCORROS (GESPS)	Saúde de Qualidade
NÚCLEO ACADÊMICO DE VIGILÂNCIA EM ZOOSE	Saúde de Qualidade
ATLAS MULTIDISCIPLINAR DE HISTOPATOLOGIA - PATOLOGIA PARA ESTUDANTES	Saúde de Qualidade
REESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROGRAMA HIPERDIA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE GOIÂNIA-GO	Saúde de Qualidade
PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS: UMA ABORDAGEM INTEGRADA PARA HIPERTENSOS, DIABÉTICOS E CRIANÇAS	Saúde de Qualidade
VETERINÁRIA PARA COMUNIDADE DE MINEIROS (VETCOMM)	Saúde de Qualidade
EXPLORANDO O CORPO HUMANO: UM DIÁLOGO ENTRE A ESCOLA E A UNIVERSIDADE PARA PROMOVER SAÚDE E CONHECIMENTO PARA TODOS	Saúde de Qualidade
CAPACITANDO SOCORRISTAS PARA O FUTURO	Saúde de Qualidade
VIGILEISH - VIGILÂNCIA DAS LEISHMANIOSES EM MINEIROS/GO	Saúde de Qualidade
VETSCHOOL	Saúde de Qualidade
VAMOS DISCUTIR SOBRE SAÚDE?	Saúde de Qualidade
CASTRAR FAZ BEM	Saúde de Qualidade
GEPINF - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE PREVENÇÃO DE INFECÇÕES NA COMUNIDADE	Saúde de Qualidade
IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM PACIENTES COM RISCO DE AUTOMUTILAÇÃO E SUICÍDIO CONFORME O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL NO MUNICÍPIO DE MINEIROS GO EM 2025	Saúde de Qualidade



TÍTULOS	ODS
ASSÉDIOS E VIOLÊNCIAS: EDUCAR PARA PREVENIR E CONSCIENTIZAR.	Saúde de Qualidade
DOE VIDA: SENSIBILIZAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE DOADORES DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA	Saúde de Qualidade
IMUNOLOGIA NAS ESCOLAS	Saúde de Qualidade
UNIFIMES NA PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E APOIO AO ALEITAMENTO MATERNO - GUIA. AMAMENTA	Saúde de Qualidade
EQUOTERAPIA - PASSO LIVRE	Saúde de Qualidade
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: A PREVENÇÃO COMEÇA COM A CONSCIENTIZAÇÃO	Saúde de Qualidade
FELIZIDADE- TREINAMENTO FÍSICO/FUNCIONAL UNIFIMES	Saúde de Qualidade
AGITA UNIFIMES	Saúde de Qualidade
PRÁTICAS CORPORAIS UNIFIMES - GINÁSTICA	Saúde de Qualidade
VIVER BEM NA MELHOR IDADE	Saúde de Qualidade

Fonte: Organizado pelos autores (2025)

A relação dos projetos de extensão aprovados na UNIFIMES no ano de 2025 revela um significativo alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando a relevância das ações universitárias na promoção de mudanças sociais, ambientais e econômicas. A predominância de iniciativas voltadas à saúde de qualidade evidencia o compromisso da instituição com a promoção da saúde pública, educação preventiva e assistência à comunidade. Além disso, a continuidade de quarenta projetos reflete a efetividade das ações já implementadas, permitindo uma ampliação do impacto social

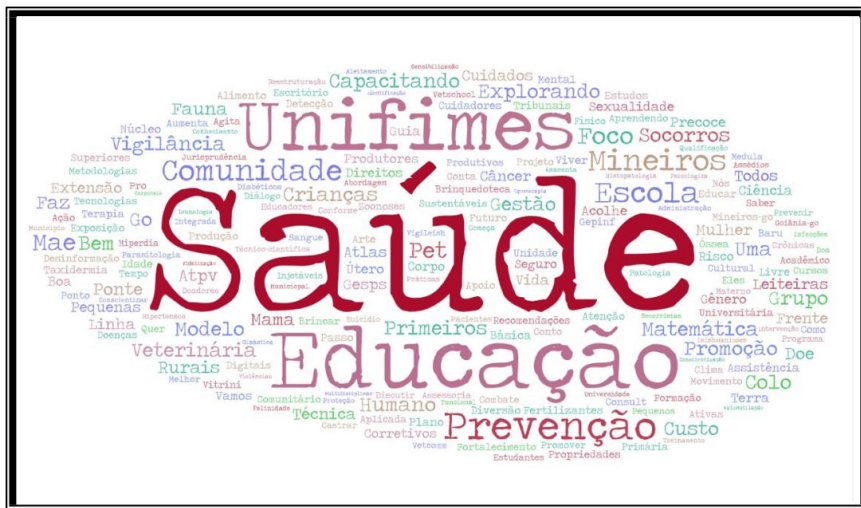


e garantindo a sustentabilidade das iniciativas. A aprovação de sete novas propostas de extensão reforça a capacidade da UNIFIMES de inovar e adaptar-se às demandas emergentes da sociedade, expandindo sua atuação e fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Outro aspecto relevante diz respeito à diversidade temática dos projetos, abrangendo áreas como educação, equidade de gênero, erradicação da pobreza, consumo sustentável e proteção ambiental. Os programas e projetos de extensão contribuem diretamente para a conscientização ambiental e práticas agrícolas sustentáveis, ao passo que as ações também promovem o fortalecimento da cidadania e a redução das desigualdades. Essa abordagem multidisciplinar evidencia que a extensão universitária na UNIFIMES não apenas responde às necessidades locais, mas também desempenha um papel essencial na implementação da Agenda 2030, consolidando a instituição como um agente de transformação social e desenvolvimento sustentável. Abaixo apresentamos uma nuvem de palavras elaborada a partir dos títulos dos projetos de extensão da UNIFIMES.



Figura 1. Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

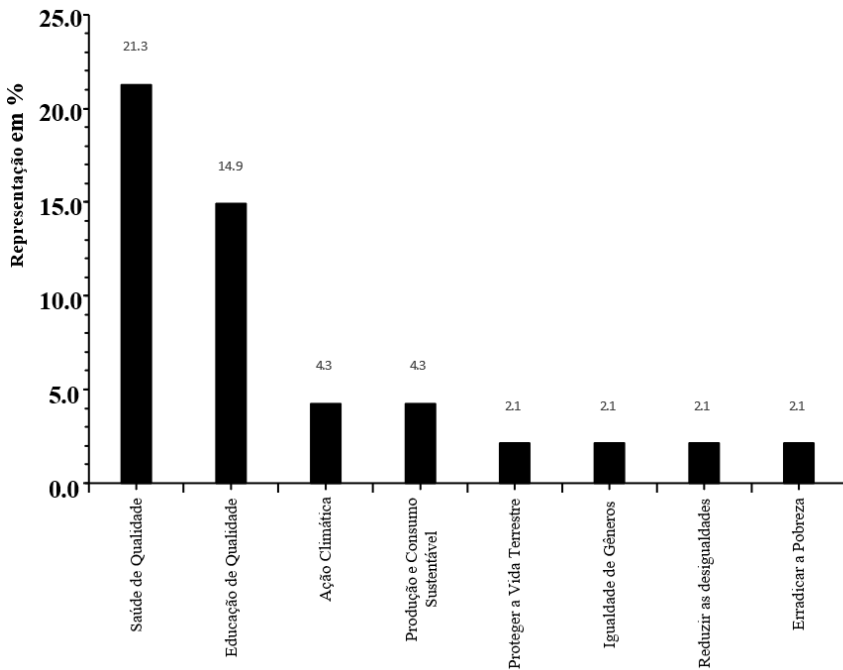
A nuvem de palavras destaca as principais áreas de atuação da instituição, evidenciando o forte enfoque em: *saúde*, *educação* e *prevenção*. O tamanho das palavras indica sua frequência e relevância, demonstrando que a UNIFIMES tem priorizado ações voltadas à promoção da saúde pública, capacitação educacional e bem-estar comunitário. Termos como *comunidade*, *mineiros* e *Unifimes* ressaltam o compromisso da instituição com a população local, enquanto palavras como *capacitação*, *explorando* e *promoção* indicam a ênfase na formação continuada e no impacto social das iniciativas. Além disso, a presença de termos ligados à sustentabilidade, como *modelo*, *produtivos* e *veterinária*, aponta para o compromisso



da universidade com práticas inovadoras e ambientalmente responsáveis. Essa análise visual reforça o papel da UNIFIMES como um agente transformador, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às necessidades da comunidade.

Na sequência apresentamos o volume das ações de extensão que estão sendo realizadas no ano de 2025, apontando suas contribuições com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Gráfico 01. Volume das ações de extensão em 2025 e sua relação com os ODS



Fonte: Organizado pelos autores (2025)

Como é possível observar, o gráfico 1 demonstra a distribuição percentual das ações de extensão da UNIFIMES em 2025 e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A maior parte dos projetos está voltada para a Saúde de Qualidade (21,3%) e a Educação de Qualidade (14,9%), evidenciando que a instituição prioriza iniciativas que promovem o bem-estar da comunidade e a formação educacional. Esses dados estão alinhados com a relevância dessas áreas para a sociedade, considerando que a educação e a saúde são pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e a redução de desigualdades sociais.

Embora haja um número significativo de projetos voltados à saúde e educação, nota-se uma menor representatividade em outras frentes igualmente relevantes para os ODS. Ações relacionadas a Ação Climática e Produção e Consumo Sustentável representam apenas 4,3% cada, enquanto áreas como Proteção da vida terrestre, Igualdade de gêneros, Redução das desigualdades e Erradicação da pobreza possuem apenas 2,1% de participação. Isso sugere uma oportunidade para diversificar ainda mais as iniciativas extensionistas da Instituição, ampliando o impacto em outras dimensões do desenvolvimento sustentável. A diversificação pode fortalecer o compromisso da UNIFIMES com uma atuação interdisciplinar e integrada aos desafios globais propostos pela Agenda 2030 da ONU.



Conclusão

A reflexão e análise realizada evidencia que a extensão universitária na UNIFIMES é um vetor de transformação social, alinhando-se diretamente aos ODS da ONU. Por meio de ações que promovem a inclusão social, a inovação e a sustentabilidade, a instituição reforça seu compromisso com a comunidade local e regional. Projetos de diversas áreas, como saúde, meio ambiente e educação, demonstram o impacto positivo da universidade na promoção do desenvolvimento sustentável. O financiamento disponibilizado para essas iniciativas, aliado à participação ativa de docentes e estudantes, contribui para a efetividade das ações e para a consolidação da UNIFIMES como referência em responsabilidade social e extensão acadêmica.

A predominância de iniciativas voltadas à saúde de qualidade e à educação de reflete o impacto positivo da UNIFIMES na comunidade, ao mesmo tempo em que sugere oportunidades de expansão para áreas sobre o clima e produção sustentável. A continuidade de projetos já estabelecidos, somada à inovação de novas propostas, demonstra a efetividade das ações extensionistas na transformação social e no fortalecimento do vínculo entre ensino, pesquisa, inovação e extensão.

Esse aspecto possibilita aos estudantes uma formação integral, preparando-os para atuar como agentes de mudança



na sociedade. A interação com a comunidade proporciona um aprendizado significativo, permitindo que os alunos apliquem seus conhecimentos em contextos reais e desenvolvam competências essenciais para sua formação profissional e cidadã. Além disso, a universidade fortalece sua relação com o setor público e privado, promovendo parcerias que ampliam o alcance e a eficácia dos projetos de extensão.

Por fim, conclui-se que a UNIFIMES, por meio da extensão universitária, assume um papel de protagonismo no cumprimento da Agenda 2030, demonstrando que a educação superior pode e deve contribuir ativamente para um mundo mais sustentável, equitativo e inclusivo. O compromisso institucional com a inovação, o empreendedorismo e a sustentabilidade reforçam a importância de uma Instituição de Ensino comprometida com a transformação social e o desenvolvimento regional, consolidando sua missão de promover conhecimento e impactar positivamente a realidade onde está inserida.



Referências

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 07/03/2025.

UNIFIMES. **Atos normativos da UNIFIMES: estatutos, regimentos e regulamentos**. Mineiros: UNIFIMES, 2012. Disponível em: <https://unifimes.edu.br/institucional/>. Acesso em: 7 mar. 2025.

UNIFIMES. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025) – Projeto de Credenciamento da UNIFIMES.

Mineiros: UNIFIMES, 2020. Disponível em: <https://unifimes.edu.br/institucional/>. Acesso em: 7 mar. 2025.

UNIFIMES. Edital 03/2024/DEACEC/EXTENSÃO: apresentação de propostas financiadas de ações de extensão para o ano de 2025.

Mineiros - GO: Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior, 20 dez. 2024. Disponível em: <http://www.unifimes.edu.br/extensao>. Acesso em: 9 mar. 2025.

UNIFIMES. Edital 04/2024/DEACEC/EXTENSÃO: Recadastramento de ações de extensão em andamento para o ano de 2025.

Mineiros - GO: Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior, 20 dez. 2024. Disponível em: <http://www.unifimes.edu.br/extensao>. Acesso em: 9 mar. 2025.



A IMPLANTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL EM INSTITUIÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO²

Leandro Gaspar Conterato – (Uni-FACEF)
<https://orcid.org/0009-0007-3736-5854>

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos – (Uni-FACEF)
<https://orcid.org/0000-0003-0844-6173>

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira – (Uni-FACEF)
<https://orcid.org/0000-0002-2313-2474>



Introdução

A extensão universitária é política pública que contribui para o ensino superior e fortalece as bases da formação profissional, sendo que as atividades extensionistas apoiam o desenvolvimento regional das comunidades, tendo em vista o atendimento às de-

² DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap2>

mandas oriundas de problemas públicos, a partir da interação e diálogo universidade-comunidade.

A atual política pública oriunda no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) atende o art. 214 da Constituição Federal no tocante a qualidade do ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do Brasil e alinhada com a Resolução de nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira (Brasil, 2014; Brasil, 2018).

Neste contexto, o capítulo tem o objetivo de descrever e analisar a nova matriz curricular implantada em curso de bacharelado em Engenharia Civil, com vistas à curricularização da extensão, em uma Instituição de Ensino Superior (IES) municipal situada no interior de São Paulo, bem como apresentar pesquisa realizada com educadores responsáveis pela implantação e com os jovens graduandos expostos a um projeto piloto de curricularização da extensão.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, o que se consolidou em uma pesquisa-ação, à medida que os autores são participantes do processo de implantação da curricularização da extensão da IES. E para fins deste capítulo, a pesquisa é apresentada em três etapas: a primeira, em que se propõe a análise documental das matrizes curriculares do curso de engenharia civil da IES antes e após a curricularização da exten-



são; a segunda, em que se desenvolve um projeto piloto em uma unidade curricular parte do currículo proposto do curso pesquisado; e a terceira corresponde à coleta de dados por meio de questionários aplicados aos educadores responsáveis pela implantação da curricularização na IES, objeto de estudo.

Os documentos solicitados à IES correspondem ao plano geral de ensino e matriz curricular do curso de engenharia civil, antes da curricularização da extensão (2022) e após o novo plano geral de ensino com a extensão curricularizada (2023). Os dados secundários (programas de ensino) foram recebidos, analisados e avaliados, tendo em vista as atividades de curricularização da extensão.

Após a análise dos documentos dos programas curriculares, foi desenvolvido projeto piloto de extensão com participação dos alunos da IES. Os dados do desenvolvimento foram coletados com a autorização expressa do coordenador do curso e dos alunos, individualmente. Ao término do projeto piloto, foram disponibilizados questionários individuais à equipe docente participante da curricularização do curso de Engenharia Civil da IES, aos alunos participantes do projeto e ao ator comunitário interessado, para avaliação das atividades. As respostas aos questionários compuseram dados primários, que foram analisados e que correspondem a coleta final de dados da pesquisa.



A Política Pública de Extensão Universitária e o Desenvolvimento Regional

A desigualdade social que historicamente subsiste no Brasil baseia-se, muitas vezes, na ausência de equipamentos sociais adequados e na ineficácia de políticas públicas que reproduzem a desigual oportunidade de acesso aos serviços, como a educação superior. Madureira (2015) afirma que a concentração de renda e o consumo que resultam do sistema capitalista que exige do Estado a responsabilidade de conduzir políticas públicas que visem melhorar a distribuição de renda e aumentar a qualidade de vida da população.

Neste contexto, as políticas públicas de educação, segundo Kauchakje (2008), agregam o princípio da universalidade e do provimento público básico e a gestão, e os incrementos na esfera social e humana são indispensáveis, para que o aumento do nível de produção e crescimento econômico se configurem em desenvolvimento.

Nesta proposta, menciona-se Sen (2010) que enuncia o desenvolvimento humano como aquele que visa a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das liberdades conquistadas a partir de oportunidades econômicas, sociais e políticas adequadas, o que se alinha diretamente às políticas públicas em educação.

Dessa forma, conclui-se que a educação é um indicador, para medir a capacidade básica indispensável para a dignida-



de humana. Baseado nesse propósito, verifica-se o alinhamento da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) ao destacar a “Educação de qualidade” como ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) número 4 dentre os 17 ODS enunciados. Nesse objetivo, pode-se observar a meta 4.3 que se alinha às metas 4.3 e à 4.4 em que se propõe: “aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo”. A observância às duas metas, permite concluir que a agenda do desenvolvimento global sugere um ensino superior de qualidade, acessível, inclusivo e igualitário, e que seja capaz de oferecer a aprendizagem e competências necessárias para as demandas de trabalho e empreendedorismo (ONU, 2015).

Também a Resolução nº 7/2018 do CNE em seu art. 5 diz respeito à estruturação da concepção e a prática das diretrizes da extensão na educação superior, citando a produção e a construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável com a realidade brasileira (Brasil, 2018).

Dessa forma, as discussões teóricas e documentais permitem observar o alinhamento entre as políticas públicas recortadas aqui e o desenvolvimento educacional.



Contexto do estudo de caso: a curricularização da extensão no Curso de Engenharia Civil do Uni-FACEF

O estudo de caso proposto na pesquisa se desenvolveu no curso de graduação em Engenharia Civil, que, por meio de sua coordenação e da participação docente, passou por alteração no Programa de Ensino e Matriz Curricular para a turma ingressante no ano de 2023. Os programas de ensino de 2022 (pré-implantação) e 2023 (pós-curricularização da extensão), foram então tomados para análise.

O curso de Engenharia Civil do Uni-FACEF possui carga horária total de 3300 horas, distribuídas em 10 semestres efetivos em períodos totalmente presenciais. O curso tem como objetivo formar profissionais com perfil empreendedor, visão abrangente, capacitando-os para atuar nas áreas de planejamento, projeto, construção, operação e manutenção dentro dos diversos campos da Engenharia Civil, como: Construção Civil, Sistemas Estruturais, Geotecnia, Transportes e Hidrotécnia (Uni-FACEF, 2025).

A equipe docente do referido curso é constituída por 22 professores, grande parte dela em regime de docência de dedicação parcial e outra em período integral. A coordenação do curso é de responsabilidade de um dos docentes citados que acumula o cargo de coordenador, e um dos autores desta pesquisa está dentre os docentes mencionados. Consideram-se ainda, como parte da equipe envolvida no processo de



curricularização da extensão, a pró-reitora acadêmica e a pró-reitora de extensão, também autoras do capítulo em questão.

Alterações na Matriz Curricular

As alterações na matriz curricular do curso de Engenharia Civil ocorreram no ano de 2022- 2023, visando adequar-se às diretrizes de curricularização da extensão enunciadas no PNE (2014-2024). Assim, seguindo a legislação vigente, são exigidos 10% da carga horária do curso a título de curricularização da extensão. No caso em estudo, foram destinadas 396 horas, isto é, 12%, passaram a compor Módulos extensionistas obrigatórios nomeados como Unidade Curricular de Extensão (UCE), conforme se verifica na Tabela 1 a seguir.



Tabela 1 – Resumo carga horária

Carga Horária Total	3300
Trabalho de Conclusão de Curso	140
Atividades Complementares	120
Módulos Extensionistas (12% da Carga Horária Total)	396

Fonte: Uni-FACEF, 2025, on-line.

A fim de melhor compreender as alterações para a inclusão dos módulos extensionistas, realizadas na matriz curricular, em sua última revisão (2023), foi elaborada a Tabela 2, a qual resume as alterações nas unidades curriculares, assim como informações de respectivos semestres e cargas horárias.

Tabela 2 – Resumo das alterações da carga horária das disciplinas para inclusão da extensão universitária em 2023

Unidade curricular	Semestre	Alteração de Carga Horária	%
Introdução à Engenharia Civil	1º	-33	-50%
Cálculo Diferencial e Integral III	3º	-33	-50%
Física III	3º	-33	-50%
Arquitetura e Urbanismo	4º	-33	-50%
Teoria das Estruturas I	5º	-33	-50%
Topografia I: Experimentação e Laboratório	5º	-33	-50%
Geotecnia II: Obras de Terra	7º	-33	-50%
Transportes I: Transporte Urbano e Eng. de Tráfego	7º	-33	-50%
<i>Legislação da Construção Civil</i>	9º	-33	-100%
<i>Compatibilização de Projetos de Engenharia</i>	9º	-33	-100%
Princípios de Economia, Finanças e Administração	10º	-33	-50%
<i>Segurança do Trabalho</i>	10º	-33	-100%
Projeto I (Módulo Extensionista)	2º	33	100%
Projeto II (Módulo Extensionista)	4º	99	100%
Projeto III (Módulo Extensionista)	6º	66	100%
Projeto IV (Módulo Extensionista)	8º	66	100%
Projeto V (Módulo Extensionista)	9º	66	100%
Segurança do Trabalho e Legislação na Construção Civil (UCE – Unidade Curricular Extensionista)	10º	66	100%



Fonte: dados compilados do currículo do curso de Engenharia Civil da IES.
Legenda: Destaque, em *itálico*, para as três unidades curriculares extinguidas, e em **negrito**, para as seis novas unidades de extensão.

Como se pode observar, a alteração ocorreu com inclusão de cinco módulos de Projetos de Extensão e uma unidade curricular de extensão. No total de seis unidades, sem alterar a carga horária total do curso. A alteração foi possível a partir da redução da carga horária pela metade em nove unidades curriculares, e três unidades curriculares foram suprimidas. A atualização da matriz curricular procedida fez com que o número total de unidades curriculares fosse de sessenta e três para sessenta e seis unidades.

Sobre a supressão de três unidades curriculares, as unidades “Segurança do Trabalho” e “Legislação da Construção Civil”, possuem conteúdos afins com a unidade curricular extensionista adicionada “Segurança do Trabalho e Legislação na Construção Civil”; e a unidade Compatibilização de Projetos de Engenharia possui conteúdos que se enquadram aos módulos extensionistas de projeto adicionados. Dessa forma, não houve redução na abordagem de conteúdos, pois não foi extinguida unidade curricular que não possua referência direta com outra unidade da nova na matriz atualizada.

Sobre a redução da carga horária, procedida em 9 unidades curriculares, ocorreu com distribuição entre diversas áreas que compõem o curso e abrangeu disciplinas básicas, como Cálculo e Física, até específicas, como Transportes.

Dessa forma, coube a investigação sobre a estratégia da IES que resultou no currículo atual a partir de seus idealizado-



res, e os dados coletados analisados nesta pesquisa, demonstram que, conforme citou em entrevista o coordenador do curso de engenharia civil da IES, “os critérios adotados foram que a carga horária que foi reduzida nestas disciplinas seja complementada através das atividades e disciplinas da curricularização.”.Vale ressaltar que a carga horária total do curso não foi alterada.

A continuidade do estudo de caso se deu com a tomada de uma unidade curricular como objeto para a aplicação de um projeto piloto, com o objetivo de coletar dados que contribuam para a análise de indicadores relacionados às atividades de extensão.

Projeto piloto de extensão: “escadaria da arte”

Para coleta de dados sobre a aplicação prática da extensão, tomou-se como projeto piloto um conjunto de atividades em carga horária complementar desenvolvida na unidade curricular Topografia I: Experimentação e Laboratório, parte do currículo do 5º semestre dos estudantes de engenharia da IES em estudo, em 2023. A unidade curricular selecionada faz parte de uma das nove unidades curriculares que sofreram redução de 50% na carga horária na nova matriz curricular do curso objeto do estudo de caso. Justificou-se a seleção dessa unidade como resposta a um ofício, de autoria de um coletivo de produção e integração de diversas manifestações culturais



e artísticas locais, denominado Laboratório de Artes de Franca, que planejou um projeto a ser desenvolvido em uma praça pública municipal na cidade de Franca/SP. Trata-se de uma revitalização de praça pública, com exposição permanente, paralela a uma escadaria da praça, com cinco painéis em mosaico alusivos à comemoração dos 200 anos do município de Franca/SP. Um dos autores do capítulo é participante e professor responsável da unidade curricular em questão, e recebeu a demanda, planejando o projeto piloto de extensão. O projeto consistiu em realizar um levantamento planialtimétrico em praça municipal, localizada na Avenida Major Nicácio, acima do número 1260, conforme ilustra Imagem 1.

Imagem 1 – Vista frontal da praça e escadaria em destaque



Fonte: Fotos captadas pelo grupo de trabalho de extensão, 5º semestre Engenharia

A área da praça é de aproximadamente 930m², e o levantamento é o caminho inicial para os estudos e viabilidade dos planos comunitários, pois não existem registros técnicos do local. Participaram do projeto oito estudantes do 5º. semestre noturno, para levantamento planialtimétrico da praça municipal, conforme ilustra a Imagem 2, com equipamentos e acessórios topográficos utilizados pelos estudantes, cujos usos eram objetos de aprendizagem.

Imagem 2 – Atividades de campo em levantamento planialtimétrico de praça municipal, parte do projeto piloto de extensão



Fonte: Fotos captadas pelo do grupo de trabalho de extensão, 5º semestre Engenharia Civil.

As atividades foram realizadas em campo, aos sábados, nos dias 06, 13, 20 e 27 de maio e dia 17 de junho de 2023. O período das realizações foi das 8h30 às 11h30, completando em campo, 15 horas em atividades complementares, formalizadas como parte do currículo. Também, nos meses de maio e junho de 2023, durante o cumprimento das aulas da unidade

curricular em laboratório de informática da IES, os estudantes processaram os dados coletados em campo, e criaram memorial de cálculo e representação gráfica do levantamento.

Ao término das atividades, os estudantes foram convidados para visita ao Laboratório das Artes de Franca, ocasião em que, além da entrega de documentos produzidos pelo trabalho de levantamento topográfico, receberam do representante do Laboratório de Artes de Franca, uma apresentação geral sobre os trabalhos artísticos e atividades desenvolvidas pelo grupo comunitário em sua sede, e ainda, contemplaram parte do acervo de obras de arte moderna e receberam instrução sobre a construção histórica do urbanismo e arquitetura do município. Esse encontro foi realizado das 19h15 às 21h15, completando, portanto, 17 horas complementares relacionadas ao projeto piloto em sua conclusão. A coleta de dados desta pesquisa prosseguiu com um questionário disponibilizado aos estudantes, tratou-se de uma autoavaliação sobre a aprendizagem, pautada nos indicadores propostos neste estudo.

Ao término do projeto piloto, foram disponibilizados questionários individuais à equipe participante da curricularização do curso de Engenharia Civil da IES, para avaliação dos trabalhos de extensão, a partir de indicadores propostos nesta pesquisa. A análise das respostas aos questionários corresponde à coleta final de dados da pesquisa, apresentada a seguir.



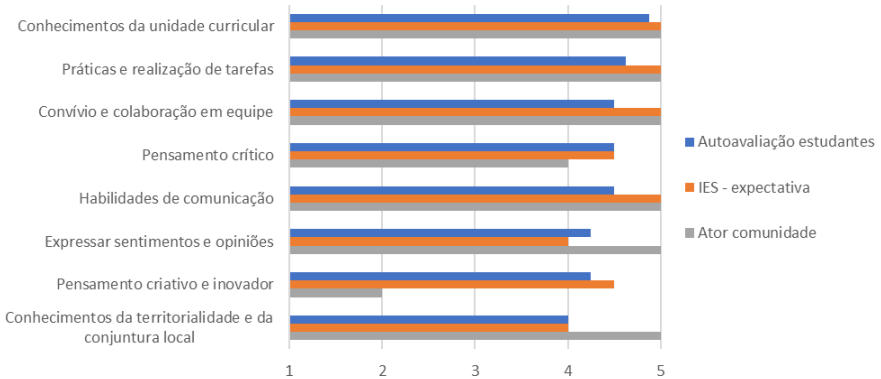
Análise dos dados e resultados da pesquisa

Para a análise dos dados, a pesquisa foi submetida a uma análise de conteúdo conforme orienta Bardin (2004). O *corpus* de análise reuniu respostas de entrevistas. Foram entrevistados: o Vice-reitor da IES (também professor do curso de Engenharia Civil à época da coleta de dados), o Coordenador do curso e o ator comunitário (responsável pelo Laboratório de Artes de Franca). Nas entrevistas, foram abordados os critérios de aprendizagem dos estudantes quanto à expectativa de cada entrevistado, assim como os indicadores de efetividade da política pública de curricularização da extensão.

Os dados resultantes da pesquisa destacam o uso da escala proposta por Likert (1932), a qual, segundo Bermudes et al (2016), consiste em assumir uma construção prévia da abordagem e sobre ela um conjunto de afirmativas pertinentes à sua definição, nos quais os entrevistados enunciam seu grau de concordância. O Gráfico 1 a seguir, justapôs as médias dos alunos, com a média da IES e as respostas do ator da comunidade.



Gráfico 1 - Indicadores de aprendizagem da autoavaliação dos estudantes e entrevistas



Fonte: elaborado pelos autores.

A seguir, com base nos resultados expressos pelo Gráfico 1, uma análise dos indicadores propostos quanto aos resultados do estudo de caso:

a. Conhecimentos da unidade curricular: ao contextualizar os conhecimentos em aplicações práticas, se ampliam possibilidades cognitivas para que o estudante crie conexões, conforme ocorreu no projeto piloto, no qual os alunos consideraram este indicador como o de maior aprendizagem. Para o Vice-reitor a avaliação deveria ser dividida entre os conhecimentos tradicionais da unidade curricular, e a participação nos projetos, e ainda, a necessidade de racionalizar a transmissão de conteúdos, dadas as limitações de carga horária disponível.



b. Práticas e realização de tarefas: a expectativa da IES e dos interessados no projeto piloto do estudo de caso foi de que os estudantes se desenvolvessem na prática, a partir da realização do levantamento topográfico. A autoavaliação dos estudantes foi de que houve aprendizagem prática, e a percepção do ator comunitário foi de que as atividades foram levadas a bom termo, atendendo aos objetivos. Pelo visto no estudo de caso, a aprendizagem prática teve associação a uma tarefa vinculada a um objetivo possível e desafiador, com a necessidade de capacitação dos estudantes previamente, e de acompanhamento pelo mentor quanto as metas.

c. Convívio e colaboração em equipe: o fator de aprendizagem foi considerado com máxima pertinência tanto pela IES, quanto pelo o ator da comunidade, no estudo de caso. A autoavaliação dos estudantes concordou. A avaliação desse indicador pode exigir do docente atenção durante a construção do projeto, pois se torna mais fácil a avaliação da colaboração e capacidade de atuar em grupo colhida durante o percurso de desenvolvimento do projeto, quando se somam as contribuições, pois ao final, os resultados são compartilhados, e a avaliação do grupo então pode não permitir conclusões sobre a colaboração individual no “trabalho em equipe”.

d. Pensamento crítico: segundo o ator da comunidade local do estudo de caso, a observância da realidade local para adequada problematização que fecunde soluções resulta do pensamento crítico. Os atores da IES avaliaram a pertinên-



cia desse indicador em simples concordância, e, em média, os estudantes envolvidos no estudo de caso avaliaram da mesma maneira. A avaliação do estudante, a partir deste indicador, pode se basear na capacidade de ajuizar, mediante critérios, conceito pelo qual Moraes (2001) descreve o ato de ser crítico. Dessa maneira, as formas de verificar o nível de criticidade dos estudantes envolvidos em um projeto extensão podem se aproximar da autoavaliação, da avaliação baseada em critérios conhecidos ou demais atividades que conduzam por um caminho de melhor discernimento individual a partir da criticidade, e a progressiva autonomia do estudante.

e. Habilidades de comunicação: o indicador de aprendizagem foi considerado em total pertinência pelos atores da IES, e também pelo ator da comunidade no estudo de caso. A autoavaliação dos estudantes no projeto piloto também foi de concordância elevada sobre este indicador. Para avaliação dos estudantes, se pode considerar que, conforme Canclini (2013), a comunicação se desenvolve na atualidade através da convergência entre a linguagem acessível e popular com a linguagem técnica e científica. A partir do encontro entre os participantes e interessados nos projetos de extensão, a comunicação pode tornar-se rica em contextualização e aplicação no território local. Dessa forma, seriam inúmeras as possibilidades de aprendizagem e avaliação dos estudantes enquanto internamente se comunicam, enquanto se comuni-



cam com a comunidade interessada, e por fim, como comunica seus resultados para o docente.

f. Expressar sentimentos e opiniões: apesar de terem concordância pelo indicador, os atores da IES o fizeram na menor escala quando comparado aos demais fatores propostos no estudo de caso. O ator da comunidade, por outro lado, avaliou ao máximo tal indicador, e fez baseado em seu contato com os estudantes no Laboratório de Artes de Franca, quando houve o câmbio de conhecimentos e informações. A autoavaliação dos estudantes que participaram do projeto piloto, também foi conforme, um pouco acima da expectativa dos atores da IES. Por se tratar de um projeto piloto que envolveu arte moderna e vivência em praça pública, os aspectos da construção do subjetivo individual podem ter sido melhor aproveitados. A avaliação do desenvolvimento individual dos estudantes pode ocorrer em propostas que visem a reflexão sobre a igualdade, inclusão e liberdade. Assim, em seus princípios morais e éticos, os estudantes podem refletir sobre a sociedade em geral, e de certa forma, em grupo, simular as contradições a serem vivenciadas no futuro profissional, como indivíduos inseridos na territorialidade, e que se reconhecem com responsabilidade perante a formação profissional que adquirem em resposta às ações de ensino e pesquisa.

g. Pensamento criativo e inovador: esse indicador de aprendizagem foi considerado pertinente pelos representantes da IES do estudo de caso. A autoavaliação dos estudan-



tes no projeto piloto acompanhou tal expectativa. Entretanto, o ator comunitário discordou do indicador de aprendizagem no projeto piloto, e justificou: “Foi um levantamento mesmo... não vi nada de inovador naquilo que foi produzido...apenas aplicado o conhecimento técnico para realizar esse trabalho.” A percepção do ator comunitário se justifica, pois os métodos aplicados pelos estudantes são tradicionalmente aplicados para este tipo de trabalho. A percepção dos estudantes quanto à inovação pode ser derivada da própria novidade no contato com os métodos, assim como a elaboração criativa de maneiras de aplicar os conhecimentos. O Vice-reitor destaca sobre este indicador para a pesquisa: “Não é uma prioridade num primeiro momento, no meu ponto de vista. Eu acho que a tendência é esse conhecimento de problemas da sociedade, levar ao caminho de pesquisa, inovação, etc... Eu acho que isso vai acontecer com o tempo.” Então, a partir da análise desses dados do estudo de caso, pode-se inferir que a criação tecnológica e a inovação podem estar associadas à maturidade em pesquisa da instituição ou do curso, e sendo assim, apesar de potencializarem o desenvolvimento das pesquisas, as ações extensionistas acompanhariam este estágio de evolução e, atingir bons resultados, neste índice, não dependeria apenas de ações efetivas de extensão. Dessa forma, seria razoável usar o critério para avaliação do grau de maturidade das pesquisas, e considerar que a aprendizagem dos estudantes em projetos de extensão ocorre de forma independente.



h. Conhecimentos da territorialidade e da conjuntura local: entre os critérios propostos nesta pesquisa, esse foi o que obteve menor resultado na autoavaliação dos estudantes, e o mesmo ocorreu com a percepção dos representantes da IES. Por outro lado, o ator comunitário indicou concordância máxima com esse indicador, por valorizar o diálogo estabelecido com os estudantes e a presença deles no Laboratório de Artes. O critério, por estar vinculado à territorialidade, representa, conforme destacado pelo Vice-reitor, envolver e aproximar os estudantes com a comunidade, a fim de conhecer os problemas, sentir de perto, e conhecer em campo a vivência social. Para tanto, pode contribuir para a melhor interpretação da realidade social, a amplitude da percepção sobre a territorialidade. Para avaliação dos estudantes, além dos conhecimentos adquiridos sobre a cultura local, se pode avaliar a capacidade dos estudantes em descrever sua concepção da vivência social pela descrição do que ele entende serem as percepções da população local interessada na pesquisa. Ao exercitar reflexão partindo do lugar do indivíduo a ser beneficiado com sua pesquisa, o estudante expressa sua compreensão sobre a territorialidade, tão essencial para a melhor prestação de serviço para a sociedade.

A seguir, a análise dos resultados do estudo de caso, quanto aos fundamentos relacionados a política pública de extensão, verifica-se:



a. Programas inclusivos e integradores: a Resolução de nº 7 do CNE (2018) apresenta definições a serem observadas por todas as instituições de educação superior do país. Dessa forma, a universalidade das ações pode se confundir com a garantia de condições equânimes para a participação de todos os estudantes. Conforme ponto de vista do vice-reitor da IES do estudo de caso, todos os estudantes devem participar das atividades propostas pela unidade curricular. Por outro lado, o mesmo ator, destaca a necessidade de buscar uma adequação, com vistas a um curso noturno, no qual grande parte dos estudantes utilizam o horário diurno para trabalhar, e reconhece ainda a dificuldade de envolver trabalhos comunitários à noite e também, a necessidade, ao longo do curso, de desenvolver trabalhos aos sábados. Dessa maneira, se configura um desafio a inclusão e integração dos estudantes, com questões a serem planejadas previamente como: Qual o local em que o projeto se desenvolve? Qual a forma de transporte dos alunos até o local? Qual a disponibilidade para trabalhos aos sábados, ou fora do período noturno? O ambiente de pesquisa tornou-se uma extensão da sala de aula, e podemos considerá-lo acessível, levando em conta as possibilidades de todos os estudantes?

Ao considerar o projeto piloto desenvolvido no estudo de caso, as atividades foram realizadas aos sábados, em turma regular do período noturno da IES. O local de trabalho foi uma praça pública localizada a 1,2 km da IES. Notou-se um



absenteísmo médio de 33%, ao considerar todo o período de trabalho. As justificativas principais dos estudantes para as ausências foram compromissos no trabalho, impossibilidades de transporte e questões de cuidado familiar. O projeto piloto se valeu da formalização de horas complementares cumpridas pelos estudantes. Como parâmetro de comparação, a presença mínima necessária para aprovação na IES é de 75%, acima dos 67% em média, do aproveitamento de horas complementares disponíveis aos estudantes participantes do estudo de caso.

Assim como ocorreu no projeto piloto, as ações extensionistas tendem a extrapolar os muros da universidade, e nesses ambientes, devem ser construídas condições para a transposição de barreiras para a efetiva participação dos estudantes, como forma de assegurar que o desenvolvimento do projeto possa ser realizado por todos de forma inclusiva. Para avaliação deste índice, se poderia tomar o levantamento das necessidades especiais dos estudantes previamente ao início das atividades e, durante a fase de planejamento, quais providências foram tomadas pela IES e demais interessados para suprir tais necessidades e garantir condições integrais de participação dos estudantes.

b. Integração e diálogo entre a sociedade e a universidade: Conforme citou o ator da comunidade no projeto piloto, o projeto de extensão “abre um campo de colaboração, de aprendizado mútuo” ... “é um fator positivo, tanto para o



tripé, o ensino, a pesquisa e a extensão, quanto para o próprio objetivo geral do movimento cultural do Laboratório...”

O Vice-reitor da IES considerou a prestação de serviço para sociedade essencial, e reconhece necessidade de aproximação dos estudantes com a comunidade e com realidade social. A Resolução nº 7 do CNE, lançou diretriz que prevê a “interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.” No estudo de caso, observaram-se as estratégias idealizadas pela IES para que se afinem as relações universidade-comunidade, entre elas, a busca por demandas através do poder público, a criação de um banco de dados por curso, a parceria com empresas privadas, centros comunitários, ONGs etc. Pelo estudo de caso, observou-se o influxo no sentido de retroalimentação do ensino e da pesquisa oriundo da comunidade em ação extensionista, através da presença dos alunos na sede do movimento cultural da comunidade, com aprendizagem sobre a arte e a história da arquitetura local, proporcionou o câmbio de conhecimentos.

c. Inovação, construção de soluções e continuidade: ainda em 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras citou a finalidade do ensino universitário como elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica, habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e concorrer para a grandeza na nação e para o aperfeiçoamen-



to da humanidade. A finalidade se mantém nos dias atuais e a extensão universitária pode ser caminho a potencializar os resultados do ensino superior quanto a geração de soluções de valor para o melhor desenvolvimento da sociedade. A construção de soluções inovadoras demanda pesquisa, tempo e proximidade com a problemática em questão. Conforme citado pelo Vice-reitor, a extensão aplicada ao longo do tempo, pode oferecer oportunidade de estudos sobre os problemas da sociedade, um caminho de pesquisa com amadurecimento, que tende à construção de soluções e inovação. Dessa forma, o caminho para o amadurecimento da pesquisa que conduz a inovação passa por evitar que as ações extensionistas fiquem restritas a uma simples repetição de métodos e aplicações limitadas ao exercício da atividade técnica na prestação de serviços. Como o coordenador do curso de engenharia civil da IES apontou as inovações e desenvolvimento tecnológicos como prioridades do curso, além de incentivar a pesquisa, se pode cuidar da continuidade, para que as pesquisas atinjam grau de maturidade necessário para alcançar soluções mais elaboradas e inovadoras. O estudo de caso exemplifica a importância da continuidade nesse aspecto, pois, no primeiro momento, não houve uma articulação com o desenvolvimento inovador pela ciência, tratou-se de um simples levantamento topográfico, porém, o resultado do projeto piloto abriu possibilidade para diversos estudos que poderiam trazer benefícios a partir da continuidade da extensão, como adequação do es-



paço para melhor acessibilidade, soluções construtivas para revitalização do espaço levantado, repetição ou complemento do levantamento por outros métodos de medição etc.

d. Contribuições com transformações sociais: o Vice-reitor da IES do estudo de caso considerou que sempre haverá necessidades no sentido das transformações sociais, independentemente do grau de desenvolvimento social do território. As ações extensionistas podem representar a responsabilidade social da IES, que atende ao disposto pela Resolução nº 7 do CNE, quanto ao compromisso social das IES e o incentivo ao enfrentamento de questões sociais. Conforme analisado, o projeto piloto em seu potencial e continuidade, pode valer-se da questão da acessibilidade, porém a vivência na praça pública pelos estudantes, os colocou em contato com moradores de rua, que se estabeleciam na praça em diversos momentos, e os fez refletir sobre o aspecto social do tema de maior complexidade, a miséria nas ruas urbanas que exclui da cidadania tantos brasileiros. A avaliação deste indicador por si mesma, pode corresponder a lembrança necessária para manter a sensibilidade das pesquisas ao compromisso de atender a responsabilidade social da IES.

e. Sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida: O coordenador do curso de engenharia civil e o Vice-reitor da IES responderam a questões sobre a pertinência da sustentabilidade nos projetos de extensão, e destacaram o cuidado com o meio ambiente, e os Objetivos do Desenvolvi-



mento Sustentável (ONU). Além disso, ao pensar a sustentabilidade dos pontos de vista econômico e social para além do ambiental, a engenharia possui amplo espaço de pesquisa e desenvolvimento, pensando na redução do consumo de energia, na redução da geração de resíduos, na otimização do transporte e habitação etc. Quanto à avaliação do indicador, podemos relacionar ao grau de alinhamento e direcionamento dos projetos extensionistas com as diversas temáticas de sustentabilidade analisadas.

Qualificação docente: A adequada mediação pelos docentes nas ações extensionistas impacta diretamente os resultados da pesquisa. No estudo de caso, o coordenador do curso e o vice-reitor da IES consideram que o planejamento das atividades, a forma de avaliação dos estudantes e a dinâmica de trabalho como parte das responsabilidades do docente. O ator comunitário salientou que encontrou em um professor conhecido caminho para a apresentação de sua demanda que foi atendida pelo projeto. O vice-reitor considera ainda a necessidade de o corpo docente racionalizar os conteúdos, a fim de que a carga horária da nova matriz seja eficiente quanto à aprendizagem. Segundo a participação dos seus representantes, a IES do estudo de caso oferece condições para o desenvolvimento docente no que diz respeito à extensão. Existe, entre o corpo docente, uma cultura de extensão em projetos que precede a curricularização, e também o incentivo para a troca de experiências e aprendizagem.



Conclusão

O Art. 10 da Resolução nº 7 do CNE (2018) cita que a extensão universitária deve estar sujeita à contínua autoavaliação crítica, para o aperfeiçoamento das características de articulação com o ensino e a pesquisa. Como objetivo desta pesquisa, com base no referencial teórico e estudo de caso desenvolvido, a análise de fatores relacionados à aprendizagem produzida nas atividades extensionistas, foi complementada por dados de avaliação, que podem ser sintetizados pelo Quadro 1, a seguir, o qual apresenta a síntese da análise do estudo sobre a aprendizagem, perante os critérios propostos. A última coluna sugere, pelo ponto de vista dos autores, pesos para compor uma avaliação integral do estudante. Dessa maneira, o Quadro abrange o índice de critérios, orientações para avaliar cada fator de aprendizagem e uma sugestão de composição de valor para a composição de dados de avaliação integral.



Quadro 1 – Avaliação sobre a aprendizagem na extensão universitária

APRENDIZAGEM			
	INDICADORES	AVALIAÇÃO SUGERIDA	
ITEM	DESCRIÇÃO	ORIENTAÇÃO GERAL	%
A	conhecimentos da unidade curricular	Avaliar como parte significativa para a aprendizagem perante a avaliação total, porém considerar outras formas para compor a avaliação integral. Buscar identificar conteúdos essenciais.	30
B	práticas e realização de tarefas	Associar a um objetivo possível, porém desafiador. Capacitar previamente e estabelecer metas, para que o critério de avaliação seja claro.	15
C	convívio e colaboração em equipe	Promover avaliações parciais durante o desenvolvimento do projeto. Propor apresentação ao final para avaliar entrosamento e colaboração.	15
D	pensamento crítico	Avaliar a capacidade de ajuizar, mediante critérios. Propor autoavaliação, ou avaliação de pares nos critérios estabelecidos, identificar grau de discernimento individual e autonomia.	10
E	habilidades de comunicação	Avaliar comunicação, internamente ao grupo de trabalho, contato com a comunidade interessada e apresentação dos resultados para o docente.	10
F	expressar sentimentos e opiniões	Avaliar a capacidade reflexiva sobre temas gerais como a igualdade, inclusão e liberdade, a partir de simulações de contradições a serem vivenciadas na vida profissional, com foco ao fortalecimento de princípios morais e éticos	10
G	pensamento criativo e inovador	Avaliar o grau de maturidade das pesquisas da instituição	-
H	conhecimentos da territorialidade e da conjuntura local	Avaliar conhecimento sobre a cultura local, e a compreensão sobre a territorialidade.	10



Fonte: elaborado pelos autores.

A partir dos fundamentos propostos neste estudo, foram sintetizadas no Quadro 2, a seguir, a avaliação da curricularização da extensão enquanto política pública.

Quadro 2 – Avaliação sobre a curricularização da extensão universitária como política pública

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA		
	INDICADORES	AVALIAÇÃO SUGERIDA
ITEM	DESCRIÇÃO	ORIENTAÇÃO GERAL
a	programas inclusivos e integradores	Avaliar quais providências foram tomadas pela IES e demais interessados para suprir as necessidades e garantia de condições integrais de participação dos estudantes nas atividades propostas.
b	integração e diálogo entre a sociedade e a universidade	Avaliar grau de abertura para o diálogo entre comunidade e a universidade, por formas pelas quais a comunidade reporta suas demandas e exerce o influxo em ensino e pesquisa para a IES.
c	inovação, construção de soluções e continuidade	Incentivar a continuidade das pesquisas para além do exercício da atividade técnica na prestação de serviços, a fim de favorecer a maturidade em linhas de pesquisa potenciais.
d	contribuições com transformações sociais	Atender a responsabilidade social da IES, pela manutenção de pesquisas com sensibilidade perante o compromisso de uma sociedade mais igualitária.
e	sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida	Avaliar grau de alinhamento e direcionamento das ações extensionistas com os objetivos de desenvolvimento sustentável, consumo racional e otimização de recursos energéticos e naturais.
f	qualificação docente	Avaliar a preparação e desenvolvimento docente para a mediação das ações extensionistas. Incentivo a troca de conhecimentos entre docentes e a “cultura” extensionista.



Fonte: Elaborado pelos autores.

As orientações para avaliação dos indicadores no Quadro 2 estão voltadas para as ações das IESs quanto ao seu planejamento e preparação com vistas a efetividade da curricularização enquanto política pública.

Como síntese dos resultados obtidos na pesquisa (Fundamentada na dissertação de Conterato (2023) , foram apresentados os Quadros 1 e 2, com os indicadores de aprendizagem dos estudantes e a efetividade da política pública de curricularização, respectivamente. Os indicadores de avaliação da implantação das ações de extensão no contexto analisado nesta pesquisa, sugerem a continuidade de análises e reflexões, as quais podem se dar, por exemplo, a partir da utilização dos resultados aqui apresentados como ponto de partida para a elaboração de materiais de apoio a docentes e instituições em processo de operacionalização das ações extensionistas, e a validação dos critérios ao longo da utilização e compreensão dos indicadores propostos, somando-se esforços para a continuidade e maturidade das pesquisas e colaborações para que a curricularização atual cumpra o que parece ser seu desígnio de afinar os objetivos de ensino, pesquisa e extensão nos cursos superiores.



Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004.

BERMUDES, W. L.; SANTANA, B. T.; BRAGA, J. H. O.; SOUZA, P. H. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Revista Vértices**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 7–20, 2016. DOI: 10.19180/1809-2667.v18n216-01. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.v18n216-01>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, 2014. Recuperado em 12 de agosto, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014. Diário Oficial da União, 19 dez. 2018, edição 243, seção 1, p. 49, 2018.

CANCLINI, N.G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Editora Edusp: 2013.

CONTERATO, L. G. **A curricularização da extensão universitária como política pública e suas repercussões no desenvolvimento regional: estudo de caso da implantação em curso de Engenharia Civil em instituição municipal no interior de São Paulo**. 2023. [dissertação] - Uni- FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, Franca, 2023

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de serviços sociais**. Ibpx, Curitiba, 2008.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, v. 22, n. 140, p. 1-55, 1932.



MADUREIRA, E.M.P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia [online]**, 2015. Disponível em: <https://ojsrevistas.fag.edu.br/index.php/RTES/article/download/671/764>. Acesso em 26 de abril de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 4 Educação de qualidade**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 18 dez. 2022.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE 2014-2024). **Linha de Base**. Brasília: Inep, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNIFACEF. **Curso de Engenharia Civil**. Disponível em: <https://www.unifacef.com.br/graduacao/cursos/engenharia-civil/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

Autores Prof. Me. Leandro Gaspar Conterato – ORCID - <https://orcid.org/0009-0007-3736-5854>; Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0844-6173> e Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2313-2474>.

Conceitos Trabalhados: Curricularização da Extensão no Ensino Superior, Engenharia Civil, Desenvolvimento Social, Política Pública.



AÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AGENDA 2030 NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DA 33ª UERJ SEM MUROS³

Ana Maria de Almeida Santiago - (Uerj)
<https://orcid.org/0009-0007-6354-4258>

Alzira Batalha Alcântara - (Uerj)
<https://orcid.org/0000-0001-9597-282X>

Thereza Christina de Almeida Rosso - (Uerj)
<https://orcid.org/0009-0003-1775-2460>

Marcia Lisbôa Costa de Oliveira - (Uerj)
<https://orcid.org/0000-0002-0141-4008>

Patrícia Lima Pereira Peres -(Uerj)
<https://orcid.org/0000-0001-7086-8970>



Introdução

O crescimento econômico, através da modernização havia prometido uma vida próspera. Entretanto, o que está para ser revelado pela crise ambiental no antropoceno é, ironicamente, o fato de que o cres-

cimento econômico vem arruinando as bases da prosperidade humana.
Kohei Saito (2024)

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) completará em 04 de dezembro de 2025 setenta e cinco anos de existência. Conforme apresentado por PPI (2015), a sua missão institucional é:

[..] promover e disseminar o conhecimento da ciência e da tecnologia, da cultura e das artes, através do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de referenciais de excelência em todos os campos do saber, mantendo um ambiente de respeito à diversidade e ao livre debate das ideias, formando profissionais capazes de constante aprendizado crítico, preparados para atuar com base nos princípios éticos e com vista ao exercício pleno da cidadania, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável da sociedade. (PPI Uerj, 2015, p.3.)



Cumprindo esse papel, a Uerj ao longo dos anos cresceu e se firmou como uma das principais universidades do país. Atualmente, oferece sessenta e nove cursos de graduação presencial, noventa e cinco cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e setenta e um cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, entre Mestrados e Doutorados. No Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-Uerj), uma referência em Educação Básica no Rio de Janeiro, oferece também ensino fundamental I (1º ao 5º ano), ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e ensino médio.

Os dez *campi* da Uerj - cinco localizados na mesorregião Metropolitana, dois na mesorregião Sul Fluminense, um na mesorregião Centro Fluminense e um na mesorregião das Baixadas Litorâneas - abarcam em sua área de abrangência vinte e nove municípios do estado do Rio de Janeiro. Nesses territórios, os aspectos sociais e ambientais estão entrelaçados às mais diversas áreas do conhecimento, no ensino, na pesquisa e na extensão.

A universidade se defronta, hoje, com imensos desafios - tais como a erradicação da pobreza, a garantia de direitos à educação e à saúde, a luta pela igualdade de gênero e contra todas as formas de discriminação, o enfrentamento das mudanças climáticas, a busca pelo consumo responsável, a geração de energia limpa, a paz e o estabelecimento de parcerias globais para a proteção do planeta e o alcance da prosperidade para todos. Assim, é previsível que as atividades ex-tensionistas desenvolvidas na Uerj sejam mobilizadas para atendê-los e dialoguem com a Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na medida em que os programas, projetos, cursos e presta-ções de serviços voltados à comunidade externa acionam os conhecimentos produzidos na Universidade e os saberes de diferentes grupos sociais para o enfrentamento dos desafios mencionados, estabelece-se uma relação dessas ações com os ODS, sendo estes assumidos como política global e nacional. Dando



ênfase ao compromisso apontado na missão institucional da Uerj, analisa-se neste capítulo a relação dos projetos de extensão apresentados na 33ª Uerj Sem Muros, maior evento acadêmico da Universidade, com a Agenda 2030, por meio dos ODS.

Este capítulo está organizado em três seções. Na primeira, apresenta-se um breve histórico da Agenda 2030 e de seus desdobramentos na Uerj; na segunda, um panorama das ações de extensão na Uerj e sua interconexão com os ODS, e, na terceira, analisa-se a vinculação dos projetos de extensão em atividade na Uerj aos ODS, através dos trabalhos inscritos na 33ª Uerj Sem Muros.

A implementação da Agenda 2030 e alguns desdobramentos na Uerj



Coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** é um plano de ação global adotado pelos 193 Estados-Membros da ONU, em 25 de setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova Iorque (ONU, 2015).

A Agenda 2030 representa um compromisso internacional, destacando que o “desenvolvimento sustentável” é essencial para garantir um futuro digno para todas as gerações. Sua abordagem inclusiva busca promover um equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental.

Os primeiros textos que abordam a questão da qualidade de vida, bem-estar humano e proteção ambiental vêm da Declaração Universal dos Direitos Humanos, passando por iniciativas revolucionárias, como a Carta da Terra e a ECO-92 e também pela Agenda 21 (UNCED, 1992).

Nesse contexto, o processo de construção da Agenda 2030 teve sua origem no ano 2000, quando a ONU lançou os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), com oito metas focadas em questões como redução da pobreza extrema, mortalidade infantil e igualdade de gênero. Esses objetivos tinham como prazo final o ano de 2015 (ODMBRASIL, 2015. (<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>).

Com o fim próximo dos ODM, após 2010, começou-se a discutir um novo marco global para o “desenvolvimento sustentável”.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, foi um marco nesse processo. O documento final da conferência, intitulado “O Futuro que Queremos”, recomendou a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (UNCSD, 2012).

Entre 2013 e 2015, diversos países, organizações internacionais e a sociedade civil participaram de consultas e debates para definição dos ODS.



Ao final dos trabalhos, em 2015, durante a Cúpula da ONU, os 193 Estados- Membros aprovaram a Agenda 2030, reconhecendo a interdependência entre os três pilares do “desenvolvimento sustentável”: econômico, social e ambiental.

Assim, a Agenda 2030 abrange uma ampla gama de desafios globais, sendo composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que buscam, entre outros pontos, erradicar a pobreza, educação de qualidade, saúde, igualdade de gênero, mudanças climáticas, consumo responsável, energia limpa, paz e parcerias globais, visando proteger o planeta e assegurar a prosperidade para todos, com o objetivo de ser implementada até 2030. Detalhes podem ser vistos em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Em termos nacionais, o governo brasileiro teve uma atuação destacada tanto na ocasião da proposta dos ODS como na Agenda anterior, dos ODM, e na implementação da Agenda 2030. Em dezembro de 2023 foi instituída a Comissão Nacional dos ODS, CNODS, (Brasil, Decreto 11.704/2023), com formação paritária - 84 membros, sendo metade representantes do governo e metade da sociedade civil.

Em setembro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no seu discurso na abertura da 78ª Assembleia Geral da ONU, propôs a criação do décimo oitavo ODS para a promoção da igualdade étnico-racial, a ser adotada no Brasil:



[...] No Brasil, estamos comprometidos a implementar todos os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, de maneira integrada e indivisível. Queremos alcançar a igualdade racial na sociedade brasileira por meio de um décimo oitavo objetivo que adotaremos voluntariamente. (Brasil, 2023a)

O ODS 18 é fruto de uma movimentação do Ministério da Igualdade Racial, MIR, em articulação com o Ministério dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos e Cidadania, a Secretária-geral da Presidência, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA.

Segundo a Ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco:

O ODS 18 é sobre resistência, é sobre pensar a construção de um país que nos aceite. É dizer que nós, pessoas negras e indígenas, vamos seguir avançando. É mexer no sonho coletivo de viver uma vida sem racismo, sem discriminação racial, a xenofobia e outras formas de intolerância (Brasil, 2024, n.p.).

Assim, em 20 de dezembro de 2023 foi aprovada no âmbito da CNODS uma Câmara Técnica para auxiliar na implementação do 18º. ODS (Brasil, Resolução 02/CNODS/2023) no Brasil. Cabe ressaltar que, nesse mesmo ano, a Uerj criou a Superintendência de Equidade Étnico-racial e de Gênero - SUPEERG, que tem por objetivo:



Desenvolver ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lgbtfobia e transfobia, ao mesmo tempo em que promova ações positivas relacionadas às várias dimensões das questões étnico-raciais e de gênero que a comunidade acadêmica demande e que a sociedade civil, entidades e movimentos sociais reconheçam como centrais à Educação Pública (Uerj, 2023, n.p.).

Merece destaque outra passagem do discurso do Presidente Lula na 78^o Assembleia Geral da ONU:

A mais ampla e mais ambiciosa ação coletiva da ONU voltada para o desenvolvimento - a Agenda 2030 - pode se transformar no seu maior fracasso. Estamos na metade do período de implementação e ainda distantes das metas definidas. A maior parte dos objetivos de desenvolvimento sustentável caminha em ritmo lento. Nesses sete anos que nos restam, a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles deveria se tornar o objetivo-síntese da Agenda 2030 (Brasil, 2023a).

A reflexão evidencia os limites e fragilidades da Agenda 2030 e dos ODS para o enfrentamento dos desafios que a nossa sociedade e a humanidade enfrentam. Esses limites e fragilidades são inerentes a um processo construído em uma perspectiva política, econômica, social e cultural capitalista, que não se propõe superar. Independente das críticas, considerando-se que o Brasil é signatário da Agenda 2030, os ODS



orientam diversas políticas públicas do governo brasileiro e inevitavelmente produz impacto na sociedade.

No âmbito da Uerj, no que se refere à proposta da Agenda 2030, desde 2019 um grupo de trabalho multidisciplinar tem concentrado seus esforços em levar a comunidade acadêmica a discutir os ODS e a buscar a integração com outros representantes sociais, o que resultou na implementação do “Programa Agenda 2030 na UERJ, UERJ na Agenda 2030”. Este programa busca ser um espaço de saberes diversos, que através das lentes dos ODS, compreende que, como sujeitos políticos, somos capazes de construir um futuro mais sustentável, saudável e socialmente justo, por meio de ações que visem contribuir para o avanço das agendas ambientais e sociais em níveis nacionais e mundial (Uerj, 2025, n.p.).

A partir de 2024, diversas iniciativas impulsionaram/ fomentaram ações de ensino, pesquisa e extensão que podem ser relacionadas à Agenda 2030 (ou aos ODS).

Ressalta-se a criação de duas disciplinas Eletivas Universais com foco na área ambiental. Ambas as disciplinas estão abertas a todos os alunos, independente da área de conhecimento. A primeira disciplina “Agenda para uma Universidade Sustentável”, foi proposta pelo programa “Agenda 2030 na UERJ, UERJ na Agenda 2030” e pretende criar “um espaço de debate interdisciplinar e transversal sobre temas relacionados à sustentabilidade, como as questões



das desigualdades sociais, racismo ambiental e segurança alimentar” (Uerj, 2025, n.p.). A segunda disciplina, “Educação ambiental na escola pública”, é oferecida pelo Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino da Faculdade de Educação (DEAE/EDU). Essa disciplina busca apresentar o histórico da educação ambiental (EA) e da escola pública no Brasil, discutir as diferentes perspectivas teórico-metodológicas da educação ambiental (EA conservacionista, EA pragmática e EA crítica), problematizar as formas de inserção da educação ambiental nas escolas públicas e debater algumas temáticas ambientais pela abordagem crítica, vislumbrando possibilidades de trabalho nas escolas públicas.

Uma outra iniciativa foi a reativação da Semana do Meio Ambiente da Uerj em 2024. A Semana do Meio Ambiente da Uerj teve seu início em 2001, mas ocorreu de forma descontínua. Em 2025, o livro *Universidade, Extensão e Sustentabilidade: Reflexões da Semana do Meio Ambiente da UERJ 2024* registrou os trabalhos apresentados durante a semana, destacando pesquisas e projetos de extensão e seus vínculos com os ODS, como, por exemplo: mudanças climáticas, racismo ambiental, educação ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, entre outros temas (Santiago et al., 2024).

A 33ª Uerj Sem Muros foi outro locus importante para o fortalecimento da discussão sobre os ODS, de maneira transversal. Neste evento, que agrega/congrega cerca de 1.016 projetos de extensão, 1.175 projetos de iniciação científica e 1.203



projetos vinculados ao ensino, como estágio interno complementar, monitoria, prodocência e iniciação à docência, teve como tema central os ODS. Dessa forma, todos os projetos cadastrados foram estimulados a indicar ao menos um ODS ao qual seu projeto se alinha.

Dentre os projetos de extensão inscritos no evento, apenas 53 (5,2%) optaram por não indicar os ODS a que estariam vinculados, evidenciando à grande aderência da extensão com a Agenda 2030.

Ações de extensão na Uerj e sua interconexão com os ODS

Em termos das ações de extensão, é possível observar que os marcos regulatórios e as práticas da Extensão no Brasil contemplam a todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030 da ONU.

Identificamos na Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, um forte alinhamento com os princípios dos ODS, como se pode observar nos seguintes incisos do Art. 6º:

- I** - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- II** - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores;



III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

As universidades, como instituições de ensino, pesquisa e extensão, têm um papel fundamental nesse alinhamento. Nesse sentido, as ações de extensão são fundamentais, pois, é através destas que se conectam o conhecimento acadêmico e com as reais necessidades da sociedade. Esta também é a realidade da Uerj.

Na Uerj, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PR-3) foi criada pela Deliberação Uerj nº 503/1981, com a denomina-



ção de Sub-reitoria para Assuntos Comunitários, tendo sido posteriormente renomeada como Sub-reitoria de Extensão e Cultura, SR-3. A PR-3 e seu Departamento de Extensão, Depext, coordenam e supervisionam todas as ações de extensão da Universidade.

No momento, a Uerj possui 46 Programas e 1.505 projetos de extensão ativos, distribuídos nos mais diversos campos de saber. Além disso, a Universidade oferece à comunidade externa centenas de cursos, eventos de extensão e prestação de serviços, em permanente reinvenção de suas práticas e em/ de sua capacidade de produzir novos saberes e de se articular com a sociedade.

No Quadro I, pode-se observar o quantitativo de ações realizadas:

Quadro I - Modalidades de extensão - quantitativo em 2024

	Quantitativo de atividades ativas e/ou executadas em 2023 Apenas números
Programas	43
Projetos	1.505
Cursos	85
Eventos	933
Prestação de Serviços	35

Fonte: elaborado pelas autoras com base no banco de dados do Departamento de Extensão da Uerj.

Os projetos de extensão estão assim distribuídos por Grandes Áreas de Conhecimento, segundo o CNPq:



Quadro II - Projetos de Extensão da Uerj por Grande Área de Conhecimento CNPq - 2024

Grande Área de Conhecimento CNPq	Quantitativo
Ciências Agrárias	3
Ciências Biológicas	93
Ciências da Saúde	320
Ciências Exatas e da Terra	190
Ciências Humanas	383
Ciências Sociais Aplicadas	204
Engenharias	113
Linguística, Letras e Arte	199
Total Geral	1505

Fonte: elaborado pelas autoras com base no banco de dados do Departamento de Extensão da Uerj.



No que concerne à distribuição dos projetos de extensão pelas oito áreas temáticas indicadas pelo Forproex (2012), observa-se o seguinte:

Quadro III - Projetos de extensão da Uerj por área temática 2024

Área temática	Quantitativo
Comunicação	79
Cultura	135
Direitos Humanos e Justiça	102
Educação	592
Meio Ambiente	121
Saúde	342
Tecnologia e Produção	111

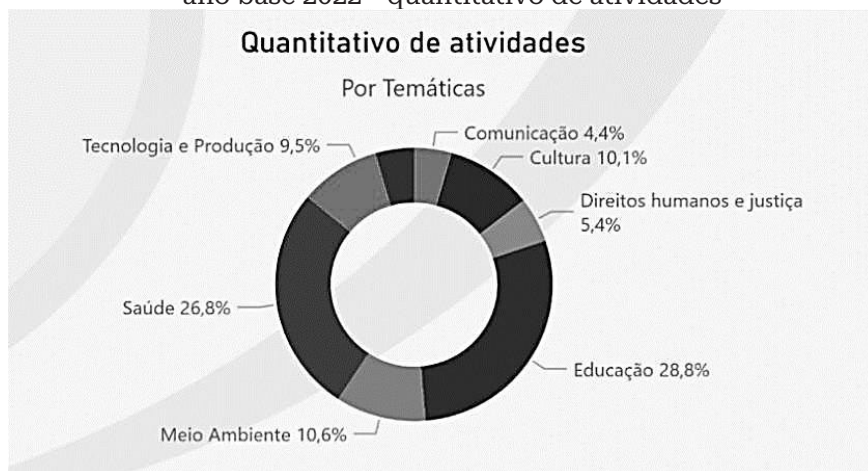
Trabalho	23
Total	1505

Fonte: elaborado pelas autoras com base no banco de dados do Departamento de Extensão da Uerj.

Pelos dados apresentados nos quadros II e III, identificamos uma concentração de ações em duas áreas temáticas e, de modo interligado, em duas Grandes Áreas do Conhecimento, a saber: Educação (Ciências Humanas) e Saúde (Ciências da Saúde).

Segundo dados do Censo da Extensão Universitária - Ano Base 2022, essa parece ser uma tendência das universidades brasileiras, como pode ser observado no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 - Censo da Extensão Universitária - ano base 2022 - quantitativo de atividades



Fonte: Censo da Extensão Universitária (Forproex, 2023)

Considerando-se que esse quadro é o somatório das ações de todas as IES públicas e privadas, os percentuais

para saúde e educação, separadamente, são quase o triplo de qualquer das outras áreas e, juntos, representam mais da metade das atividades de extensão, o Censo da Extensão referente a 2022, com o predomínio de atividades de extensão nessas áreas, parece revelar uma tendência nacional.

Essa tendência também se nota na Uerj, já que, pelos resultados apresentados nos quadros I e II, observa-se uma concentração de ações em duas áreas específicas, a saber: educação e saúde (Ciências Humanas e Ciências da Saúde).

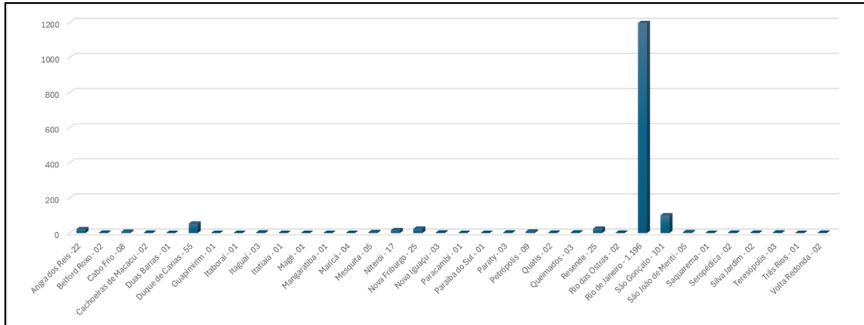
Mesmo tendo-se em conta que esta seja uma tendência nacional, entende-se ser imprescindível, na Uerj, o estímulo à melhor distribuição dos projetos por áreas temáticas - especialmente naquelas em que temos hoje um quantitativo reduzido, diante de sua importância social, como Trabalho (25), Direitos Humanos e Justiça (107) e Meio Ambiente (130). Isso também se pode afirmar em relação à distribuição por áreas do conhecimento.

Para além dessa questão, um desafio que é preciso enfrentar em nossa instituição é a interiorização das ações extensionistas. Entendemos que, embora seja compreensível a concentração das ações na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro e, mais especificamente no município do Rio de Janeiro, a capilarização das atividades de extensão a partir dos *campi* regionais ampliará de forma significativa o impacto social da Universidade em todo Estado.



No Gráfico 1, apresentam-se os municípios em que, atualmente, há ações de projetos de extensão:

Gráfico 1 - Projetos de extensão da UERJ por município de realização



Fonte: elaborado pelas autoras com base no banco de dados do Departamento de Extensão.



Em estudo de potencialidades para a expansão e a interiorização da extensão, Quadro IV, identificamos as mesorregiões do estado e os municípios no entorno dos *campi* regionais fora da Mesorregião Metropolitanas do Rio de Janeiro que poderiam fazer parte da área de abrangência das ações de extensão da Universidade:

Quadro IV - Alcance dos projetos de interiorização da extensão na Uerj

Campus	Unidades	Mesor-região Microrregião	Projetos de extensão por município da microrregião
Campus Ilha Grande	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ceads) Ecomuseu Ilha Grande (Ecomig)	Sul Fluminense Baía de Ilha Grande	Angra dos Reis – 22 Paraty – 02
Campus Regional de Resende	Faculdade de Tecnologia (FAT)	Sul Fluminense Vale do Paraíba Fluminense	Itatiaia – 01 Quatis – 02 Resende – 25 Volta Redonda – 02
Campus Regional – Instituto Politécnico	Instituto Politécnico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Centro Fluminense Nova Friburgo	Duas Barras – 01 Nova Friburgo – 225
Campus UERJ Cabo Frio	Hospital Universitário Hésio Cordeiro (HURHC)	Baixadas Litorâneas Lagos	Cabo Frio – 08 Saquarema – 01
	Faculdade de Ciências Médicas Instituto de Geografia (IGEOP)	Baixadas Litorâneas Bacia de São João	Rio das Ostras – 02



Fonte: elaborado pelas autoras com base em dados institucionais.

O estudo preliminar realizado indica a necessidade de estímulo às áreas temáticas de extensão de maior impacto social ainda pouco desenvolvidas na Uerj e de fomento às ações de interiorização, temas que estão sendo discutidos pela equi-

pe da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, junto com o Departamento de Extensão.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na 33ª Uerj Sem Muros: apresentação e análise dos resultados

A Uerj sem Muros é um evento de caráter multidisciplinar em que são compartilhados os resultados de projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes, técnicos universitários e discentes de graduação e pós-graduação, grande parte dos quais conta com fomento da FAPERJ e de outras agências. Esse evento acadêmico integra a produção acadêmica dos quatro centros setoriais da Uerj: o Centro Biomédico (CBIO), que reúne as seguintes unidades ligadas às áreas de saúde e biologia; o Centro de Ciências Sociais (CCS), o Centro de Educação e Humanidades (CEH) e o Centro de Tecnologia e Ciências (CTC).

A 33ª. Uerj sem Muros (33ª. USM) será realizada em março de 2025. Esse evento anual acontece desde 1989, promovendo a integração entre a Universidade e a comunidade em geral, com participação de amplo público interno e externo. A USM será realizada pela Pró-reitoria de Ensino (PR-1), pela Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2) e pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PR-3), e organizada pelo Departamento de Extensão (Depext) da Universidade.

A USM tem como objetivo precípuo apresentar às comunidades interna e externa a produção acadêmica e as ações



realizadas em projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura da Universidade, em três eventos integrados: 22ª Semana de Graduação, 33ª Semana de Iniciação Científica e 26ª Mostra de Extensão, além de diversas atividades acadêmicas e culturais. A culminância do evento será cerimônia de premiação dos trabalhos apresentados

Projetamos a participação de 33.000 pessoas, dentre estudantes e docentes da Graduação e da Pós-graduação, técnicos universitários, estudantes de redes públicas e privadas, além de pessoas ligadas aos diferentes movimentos sociais e instituições com as quais são estabelecidas parcerias na produção do conhecimento.

Na 22ª Semana de Graduação, serão apresentados os projetos desenvolvidos no âmbito da Pró-reitoria de Graduação (PR-1), nas seguintes modalidades: Estágio Interno Complementar (EIC), Iniciação à Docência (ID), Monitoria (Mon), Prodocência, Programa de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (PROEJAI), Programa de Educação Tutorial (PET/SESU), Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID/Capes), Residência Pedagógica (RP/Capes), Monografias/Trabalhos de Conclusão de Curso.

Participarão da 33ª Semana de Iniciação Científica os projetos ligados à Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2), nas modalidades Iniciação Científica (IC), Iniciação Tecnológica (IT), Iniciação Científica Junior (ICjr) e Bolsistas



Inovuerj. Já a 26^a. Mostra de Extensão será composta por projetos vinculados à Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PR-3), nas modalidades Extensão, Cultura e Internato Rural, nas seguintes formas de apresentação: pôsteres; Feira de Prestação de Serviços; Espaço Ciência; Evento Cultural.

As apresentações da Feira de Prestação de Serviços oferecem ações relacionadas aos projetos cadastrados na PR-3 às comunidades externa e interna à Universidade. No Espaço Ciência, as apresentações de projetos voltados às Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes (CNPq) buscam promover a interação com as comunidades interna e externa à Universidade, sobretudo com as escolas de ensino fundamental e médio visitantes. Já os Eventos Culturais englobam diferentes manifestações artísticas, tais como: canto, dança, música, apresentação teatral, exibição de cinema, exposição de obras de arte, além de oficinas e rodas de conversa, entre outras propostas.

O Quadro V apresenta os Projetos de extensão inscritos na Mostra de Extensão da 33^a USM por modalidade de apresentação e ODS:



Quadro V - Projetos de extensão inscritos na 33ª USM por modalidade de apresentação e ODS

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Modalidade de apresentação			Total por ODS
	Banner	Feira de serviços	Espaço Ciência	
1 - Erradicação da pobreza	02	00	00	02
2 - Fome zero e agricultura sustentável	05	01	04	10
3 - Saúde e bem estar	178	59	16	253
4 - Educação de qualidade	340	65	51	456
5 - Igualdade de gênero	32	01	03	36
6 - Água potável e saneamento	13	00	01	14
7 - Energia limpa e acessível	03	00	01	04
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	13	02	01	16
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	11	00	06	17
10 - Redução das desigualdades	46	02	01	49
11 - Cidades e comunidades sustentáveis	19	00	01	20
12 - Consumo e produção responsáveis	12	00	05	17
13 - Ação contra a mudança global do clima	08	00	03	11
14 - Vida na água	09	00	15	24
15 - Vida terrestre	03	00	01	04
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	19	00	01	20
17 - Parcerias e meios de implementação	10	00	00	10
Não indicou ODS	46	01	05	53
	Total			1.016



Fonte: elaborado pelas autoras com base no banco de dados do Departamento de Extensão.

Obs: Os eventos culturais não foram classificados por ODS.

A 33ª USM foi a primeira edição em que se solicitou aos coordenadores de projetos de extensão a indicação do ODS ao qual seu projeto se alinha. Percebe-se pela distribuição apresentada no quadro V que há dois focos identificáveis nos ODS apontados. O primeiro, constituído pelos objetivos 1, 2, 5, 10 e 16, trata de temas ligados a injustiças sociais, como pobreza, fome, gênero, desigualdade e paz, justiça e instituições. Outro grupo de ODS que se destaca é formado pelos objetivos 6, 7, 9, 13, 14 e 15, que tratam da saúde global, ao repercutirem as questões urgentes que envolvem o meio ambiente e sua interação com o ser humano, com os seres não-humanos e com o próprio planeta.

Na USM, em um universo de 1.016 projetos, o ODS 3 (saúde) representou 25% dos trabalhos inscritos, enquanto o ODS 4 (educação) representou 45% do total. É compreensível que os ODS 3 e 4 abarquem cerca de 2/3 dos projetos de extensão, dada sua relação com as demandas da sociedade brasileira, com destaque para a perspectiva interseccional (etnia, gênero, classe) e a sustentabilidade planetária.

Destacam-se, dentre os projetos inscritos na 33ª Uerj sem Muros, os ODS 3 (Saúde) e 4 (educação), que, a nosso ver possuem interface com todos os demais. É interessante notar que a mesma tendência à concentração dos projetos de extensão nesses dois ODS foi constatada por Viega, Maia e Beuron (2021) na Universidade Federal do Pampa, em pesquisa na qual



constataram que 30% dos projetos de extensão da Universidade alinham-se ao ODS 4 e 20% ao ODS 3.

A ênfase que recai sobre esses ODS nos projetos extensionistas pode ser relacionada ao entendimento do economista Amartya Sen (Sen e Kliksberg, 2010), idealizador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual afirma que o desenvolvimento de uma dada sociedade deve ser medido pelo desenvolvimento das pessoas e não pelo Produto Interno Bruto (PIB). Sen utiliza três indicadores: Saúde, Educação e Renda. Para ele, uma provisão adequada de saúde é o que possibilita que uma pessoa tenha ânimo para desenvolver todo o potencial humano. O economista afirma ainda que a educação é o elemento que produzirá a autonomia e, portanto, a capacidade de escolher aquilo que com razão valora. Isso porque é a educação que nos possibilita participar das decisões nos espaços coletivos, como os movimentos sociais, conselhos de direito e organizações sindicais. Ausência de saúde e educação gera dependência.



Conclusão

Embora possa ser positiva a concentração de projetos nas áreas da educação e saúde, esta pode gerar um desequilíbrio na diversidade de temas abordados na extensão universitária, deixando áreas como patrimônio cultural, tecnologia e sustentabilidade, entre outros, com menor protagonismo.

Assim, torna-se importante incentivar a diversificação dos projetos e maior articulação entre eles, de maneira a potencializar o escopo das ações, e para que a universidade contribua com uma gama mais ampla de demandas sociais, e mais especificamente com todos os ODS. Ações de fomento indutoras ou cursos de curta duração para os docentes e técnicos extensionistas podem se apresentar como um bom caminho, principalmente no intuito de informar como os projetos de extensão podem estar vinculados a mais de um ODS.

Além dessas estratégias, é fundamental que os ODS sejam inseridos na política extensionista da Universidade. A incorporação na 33ª edição da USM foi uma primeira aproximação junto aos extensionistas, contudo, ainda pontual, mas que aponta para um caminho bastante profícuo na promoção de ações socialmente relevantes, com responsabilidade social e sustentabilidade.

Outro ponto importante é estabelecer critérios de avaliação objetivando analisar, num dado espaço de tempo, como as ações da extensão contribuíram na melhoria efetiva da qualidade de vida e do bem-estar social e o real impacto dessas ações, evidenciando assim o poder transformador da universidade no território onde está inserida.



Referências

BRASIL. Presidência da República. ODMBRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**. Brasília, DF: ODMBRASIL. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em 25 fev. 2025.

BRASIL, Ministério da Igualdade Social. **Conheça o novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Ministério da Igualdade Racial, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18>. Acesso em 15 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Governo Federal lança o ODS 18 “Igualdade Étnico-Racial” em evento paralelo do G20 Social**. Brasília, DF: Ministério da Igualdade Racial, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/governo-federal-lanca-o-ods-18-201cigualdade-etnico-racial201d-em-evento-paralelo-do-g20-social Acesso em 26 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto 11.704, de 14 de setembro de 2023**. Institui a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11704.htm Acesso em 10 mar. 2024.

BRASIL, Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS, Resolução 02, CNODS de 2023. ONU, 2015. **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. United Nations, Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em 25 fev. 2025.

SAITO, Kohei. **O capital no Antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2024.



SANTIAGO, Ana Maria de Almeida, ALCÂNTARA, Alzira Bata-lha, ROSSO, Thereza Christina de Almeida. OLIVEIRA, Marcia Lisbôa Costa de, Peres, Patrícia Lima Pereira. (Org.). **Universidade, extensão e sustentabilidade**: reflexões da semana do meio ambiente da UERJ 2024. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2025.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNCED, 1992, **United Nations Conference on Environment and Development**, Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992, disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. Acesso em 25 fev. 2025.

UNCSD, **United Nations Conference on Sustainable Development**, Rio+20. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>. Acesso em 25 fev. 2025.

UNDP, 2015. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 25 fev. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ações da Uerj destacam compromisso com Agenda 2030, iniciativa da ONU para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, RJ: Uerj, 2025. <https://www.uerj.br/noticia/acoes-da-uerj-destacam-compromisso-com-agenda-2030-iniciativa-da-onu-para-o-desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em 28 fev. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **Projeto Pedagógico**



Institucional (PPI), 2015. https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2017/10/PPI_Uerj2015.pdf Acesso em nov. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Superintendência de Equidade Étnico-racial e de Gênero - SUPEERG**. Rio de Janeiro, RJ: Uerj, 2024. Disponível em: <https://www.uerj.br/a-uerj/institucional/superintendencia-de-equidade-etnico-racial-e-de-genero-supeerg/> Acesso em 28 fev. 2025.



CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE INCLUSÃO E DIVERSIDADE: PARCERIA UEG E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS⁴

Claudia do Carmo Rosa-(UEG)

<https://orcid.org/0000-0001-5493-0770>

André Luiz dos Santos -(UEG)

<https://orcid.org/0000-0002-4880-744X>

Ana Carolina Borges de Lacerda-(UEG)

<https://orcid.org/0000-0003-1014-8204>

Joana Corrêa Goulart-(UEG)

<https://orcid.org/0000-0003-1914-9756>



Considerações iniciais

Partindo do pressuposto de que a extensão universitária é um processo interdisciplinar educativo, científico, político, tecnológico e cultural, em permanente articulação e indissociável do ensino e da pesquisa, promovendo interações transformadoras entre a Universidade e outros setores da sociedade

4 DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap4>

por meio da troca de saberes, da construção e aplicação de conhecimentos a partir do contato com a realidade onde a Universidade Estadual de Goiás (UEG) está inserida, bem como de demandas de outros setores da sociedade e suas organizações, este texto apresenta reflexões sobre uma importante ação de extensão que envolveu diretamente a comunidade externa à UEG, visando atender às demandas da sociedade.

No primeiro trimestre de 2025, foi realizado um curso de capacitação para instrutores locais e chefes de pelotão do Corpo de bombeiros do estado de Goiás (GO), que atuam com crianças de 9 a 11 anos no Programa Educacional Bombeiro mirim (PROEBOM). O PROEBOM é um projeto institucional e de responsabilidade social do Corpo de bombeiros militar do estado de Goiás, cujo escopo é a valorização dos ideais de cidadania e civismo na formação de crianças e adolescentes, contribuindo para a sociedade goiana ao auxiliar na formação básica do cidadão.

O programa atua em diversas frentes de trabalho, tais como: noções de primeiros socorros, salvamento aquático, educação física, educação no trânsito, proteção ao meio ambiente, prevenção de incêndios, cidadania e ética, além de temas transversais. Nesse contexto, o Comandante-Geral do Corpo de bombeiros e o Chefe do Estado-Maior Geral do CBMGO solicitaram a parceria da Universidade Estadual de Goiás (UEG) para ofertar um curso de capacitação aos chefes



de pelotão e instrutores do PROEBOM dentro de uma perspectiva inclusiva.

O curso foi mais uma ação extensionista vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PrE/UEG), em parceria com docentes dos cursos de Pedagogia e Psicologia e servidores técnico-administrativos da UEG, que, durante a formação, enfatizaram a importância do reconhecimento das diferenças e das múltiplas concepções da infância no trabalho educativo.

A proposta abrangeu temáticas voltadas à concepção de desenvolvimento, à educação socioemocional e aos estudos sobre os transtornos do neurodesenvolvimento e necessidades específicas, com destaque para o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), por serem as situações mais frequentemente vivenciadas. O curso teve como objetivo contribuir para a formação profissional dos bombeiros militares, permitindo que reconhecessem, por meio de um olhar atento e de uma escuta sensível, as potencialidades das crianças em suas especificidades e diferenças.

Este texto apresenta o processo desde o planejamento até a execução e avaliação do curso de capacitação supracitado, com o propósito de divulgar essa importante ação extensionista e de possibilitar que se torne um referencial para outras instituições. Além disso, busca destacar a necessária discussão e o



aprimoramento de diferentes profissionais da sociedade sobre inclusão e diversidade, para além do âmbito educacional. Para tanto, aborda-se a concepção teórica sobre Psicologia, Infância, Educação e Saúde na qual a ação foi fundamentada, a estrutura inicial do curso com seus módulos e respectivos ementários, e, por fim, os apontamentos avaliativos realizados após o término do curso, a fim de projetar novos horizontes.

Psicologia, Infância, Educação e Saúde: o processo formativo da criança e o cuidado compartilhado

A verdade da infância não está no que dizemos dela, mas no que ela nos diz no próprio acontecimento de sua aparição entre nós, como algo novo.

(Jorge Larossa).



Considera-se que a proposta de um projeto que reúna diferentes instituições sociais terá o desafio de refletir sobre a infância e inclusão, partindo das intersecções entre educação e saúde. A proposta é uma abertura a novas possibilidades de reflexão e prática no trabalho educativo, em torno da questão do desenvolvimento e da sociabilidade da criança. Nesse diálogo com a infância, a educação é um dos pilares para o desenvolvimento infantil, mas também compartilha a responsabilidade da assistência com a área da saúde. Para isso, a noção de saúde é ampliada, conforme previsto pela saúde coletiva. Osório e Schraiber (2015) expõem a saúde e a educação

como direitos fundamentais. Essa compreensão extrapola o papel da saúde e da educação como instrumentos de controle social, tornando-se, em vez disso, meios de humanização do desenvolvimento e do cuidado infantil.

A saúde coletiva tem suas ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação como práticas sociais, as quais possuem uma historicidade. Isso consiste em um campo relacional entre a área biológica e a área social (Osório; Schreiber, 2015). Diante da perspectiva da saúde coletiva, a inclusão não adota um posicionamento capacitista. Lage, Lunardelli e Kawakami (2023) dissertam sobre o capacitismo: “Todas essas formas discriminatórias contribuem para o efeito de sentido pretendido, ou seja, a consolidação do imaginário social existente que relaciona determinados públicos à fragilidade, incapacidade e dependência” (2023, p. 3).

A tentativa de rompimento com esse imaginário se dá por meio da quebra de visões estigmatizantes e reducionistas no diagnóstico. Para o rompimento de visões reducionistas, é necessário questionar o que se entende por infância e considerar a possibilidade de fala da criança. Além disso, o reconhecimento das diferenças que caracterizam a multiplicidade das singularidades infantis, assim como o conhecimento do universo que cerca a vida da criança e suas influências sobre o pensamento e o comportamento infantil, são aspectos essenciais para quem trabalha com o cuidado e a educação infantil. Nesse sentido, os encontros de formação focam no diálogo e



na troca de experiências sobre os avanços e limites encontrados no dia a dia dos educadores e educadoras.

Ao confrontar o conhecimento desenvolvido na Saúde e na Educação acerca da infância, abre-se espaço para uma prática educativa voltada para o diálogo, a escuta e a diferença. Do ponto de vista de Larossa (2015), o reconhecimento da infância deve ser compreendido como algo novo, e não como aquilo já definido, pronto ou determinado. Na perspectiva de Wallon (2007, p. 13), “a realização, pela criança, do adulto que ela deve vir a ser não segue, portanto, um traçado sem atalhos, bifurcações e desvios”. Não há como evitar ocasiões de incertezas e hesitações. O trabalho com o outro e no reconhecimento de sua diferença são elementos que podem inquietar os nossos saberes e levar ao questionamento de nossas práticas. Seguindo esse raciocínio, podemos pensar na infância como um universo de descobertas e possibilidades.

Ao longo dos módulos propostos, o curso se destina à compreensão da infância por meio de uma perspectiva inclusiva, com base em um escopo teórico-metodológico pedagógico e psicoeducativo. Trata-se de um relato de experiências que considera aproximações e distâncias em relação às teorias. Surge, então, o questionamento: Qual a necessidade de preparo para o trabalho com crianças? Para quem é o Projeto Bombeiro- mirim? Como se dá a possibilidade de comunicação com as crianças? Como lidar com a suposta omissão dos pais? Como lidar com as diferenças entre crianças que apre-



sentam algum tipo de deficiência, sejam elas laudadas ou não? Qual o lugar do PROEBOM na instituição Corpo de Bombeiros e na sociedade?

As indagações e os relatos apresentados nos debates acerca da infância colocam a experiência do PROEBOM no campo educativo e revelam como as instituições reconhecem a diferença da infância como um desafio ou uma oportunidade de aprendizado no processo formativo. Como acompanhar e apoiar as crianças que trilham o caminho proposto pelo projeto educativo dos Bombeiros-mirins? Diferentes relatos apontam para o reconhecimento das dificuldades na socialização infantil, que vão desde a dificuldade na leitura até o reconhecimento da autoridade dos educadores e educadoras.

Navegar entre teorias não significa se render a um tipo de abstração que se afasta da prática e da realidade. Pensar é uma prática que interfere na realidade, molda decisões e dá sentido às ações. Nos dizeres de Larossa, “pensar não é somente ‘raciocinar’ ou ‘calcular’ ou ‘argumentar’, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é, sobretudo, dar sentido ao que somos e ao que nos acontece” (2015, p.16-17).

Na trajetória teórica, exploram-se as relações entre a sociabilidade e a interiorização, passando pela constituição da disciplina através da vontade até o alcance do pensamento formal, segundo a perspectiva piagetiana. Em outra abordagem, destacam-se as potências da sociabilidade no reconheci-



mento das diferenças, não como marca de inferioridade, mas como caminhos alternativos de desenvolvimento. O social se apresenta como um determinante do desenvolvimento e do aprendizado, conforme proposto por Vigotski. Os diferentes pensamentos e elaborações acerca do desenvolvimento e do aprendizado se encontram no trabalho educativo, reforçando a necessidade de que o ensino considere os interesses infantis, em vez de ir contra eles.

Os relatos trouxeram reflexões sobre dificuldades e surpresas no trabalho com as crianças, tanto em contextos coletivos quanto individuais. No âmbito coletivo, discutiu-se como a sociabilidade pode funcionar de maneira positiva em casos que demandam um maior esforço dos educadores e educadoras. Já no individual, os relatos abordaram dilemas e paradoxos vividos no trabalho educativo, especialmente no que diz respeito ao comportamento infantil. Pode-se dizer que educadores e educadoras, no trabalho com as crianças, revivem sua própria experiência infantil e se deparam com o novo, que a infância carrega em seu encontro com o mundo adulto.

O diálogo entre educação e saúde teve como objetivo a prevenção, por meio da informação e da desmistificação de preconceitos, estigmas e noções capacitistas. As autoras afirmam que: “[...] a abordagem psicoeducativa, usada individualmente ou em grupo, mostra potencial para tornar o sujeito cômico de sua condição de saúde/doença e agente de auto-



cuidado, bem como para respaldar tomadas de decisão com base em dados confiáveis” (Ravaioli; Borges, 2022, p. 187).

As autoras reforçam a necessidade de ações mais específicas para a prevenção e mitigação do capacitismo na sociedade. Uma das ações é a psicoeducação, que consiste na acessibilidade às informações sobre o processo de saúde/doença. Ravaioli e Borges (2022) apresentam: “Em termos educacionais, um ponto amplamente aceito consiste na disponibilização de informações sobre a etiologia, sintomas, curso e tratamento da doença, com o objetivo de aumentar o conhecimento do indivíduo e gerar padrões de comportamento desejáveis.” (p. 187). Dessa forma, a psicoeducação se torna uma ferramenta importante para combater estigmas sociais e preconceitos.



Estrutura da proposta do curso de capacitação

O objetivo central do curso esteve assentado em capacitar instrutores do programa PROEBOM que atuam com crianças de 9 a 11 anos, inclusive, aquelas com necessidades específicas. Entre outros objetivos, destacam-se: compreender, por meio de conhecimentos teóricos e metodológicos, o importante papel do trabalho com as diferenças e a inclusão; estabelecer um diálogo com instrutores e suas experiências no trabalho educativo com as crianças; conhecer os marcos legais da inclusão; compreender os principais tipos de deficiência, transtornos e síndromes; apresentar abordagens e pers-

pectivas de manejo de crise, além de prevenção, mitigação e promoção da saúde em contextos de crise e emergência; compreender a relação entre ludicidade e psicomotricidade, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento integral da criança; discutir estratégias metodológicas que contribuam para a construção de relacionamentos empáticos e ambientes emocionalmente seguros; e compreender a importância das competências socioemocionais e a gestão das emoções como fatores de proteção à saúde mental da criança.

Na tentativa de atingir os objetivos esperados, a proposta metodológica foi constituída por seis módulos com temáticas específicas e convergentes entre si. Cada módulo foi apresentado em dois encontros presenciais mediados por tecnologias, totalizando uma carga horária de 60h.

A importância dos encontros presenciais mediados por tecnologias tem ganhado relevância no contexto atual, devido à crescente integração digital em diversos aspectos da vida pessoal e profissional. Esse tipo de encontro combina a interação física e a mediação de ferramentas tecnológicas, criando um ambiente híbrido que, apesar da distância física, possibilita a interação verbal e visual.

Seguem no quadro 1 as especificidades de cada módulo:



Quadro 1 - Estrutura do curso em módulos

Módulo	Temática	Ementário
Módulo I	Educação especial e inclusão: aspectos históricos, marcos legais e tipologias	Aspectos históricos da inclusão. Legislação e políticas públicas para a educação especial e inclusiva. Principais tipos de deficiências, transtornos e síndromes, com ênfase em TDAH e TEA.
Módulo II	Concepções da infância e as teorias do desenvolvimento humano	As teorias do desenvolvimento psicológico na atualidade. Teorias psicológicas do desenvolvimento infantil. Desenvolvimento e inclusão na perspectiva vigotskiana. Linguagem e a educação na infância.
Módulo III	A Construção de relacionamentos empáticos e ambientes emocionalmente seguros	Concepções de infância e de criança e suas consequências na relação adulto-criança. A comunicação na perspectiva da criança. Escuta ativa. Desenvolvimento emocional na infância. Construção do self na infância, numa perspectiva culturalista.
Módulo IV	Ludicidade e psicomotricidade no desenvolvimento da criança	Ludicidade e desenvolvimento psicomotor da criança, considerando os aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos que favorecem a aprendizagem e a formação integral. Introdução aos conceitos de Ludicidade e psicomotricidade. Aspectos psicomotores no desenvolvimento infantil. Práticas lúdicas e psicomotoras.
	Educação socioemocional	Habilidades de relacionamentos. Tomada de decisão responsável e ética. Competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental. Gestão das emoções. Autoconhecimento. Autocontrole.



Módulo V		Autogestão. Autoconsciência. Identificação de possíveis problemas emocionais nos alunos. Práticas para desenvolver habilidades de autogerenciamento.
Módulo VI	Psicologia em situações de crises e emergências	<p>Conceituação de crise para a Psicologia.</p> <p>Fatores desencadeadores de crises e emergências.</p> <p>Estratégias de prevenção, mitigação e promoção de saúde: preparação, resposta, recuperação, reabilitação e reconstrução.</p> <p>Perspectivas de intervenções em situações de crise: do acolhimento, queixas e encaminhamentos.</p> <p>A importância da família para manejo de crise e emergência na infância.</p> <p>Identificação de aspectos regulatórios da criança.</p>



Fonte: Dados dos autores (2025)

A justificativa para a escolha dos módulos assenta-se numa perspectiva inclusiva, com destaque para a significativa relevância das políticas públicas, os desafios inerentes à inclusão e a real necessidade de capacitação profissional dos sujeitos envolvidos. A trajetória histórica dos grupos minorizados (povos originários, negros, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, dentre outros) é marcada por preconceitos, violência, resistências e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura dentro das sociedades. Por isso,

é importante refletir sobre os processos de inclusão, considerando a necessidade de promover o respeito às diferenças e a equidade de oportunidades para todas as pessoas. No entanto, é necessário considerar a influência da cultura e da educação nesse processo, uma vez que ambos estão interligados e podem impactar significativamente a transformação social.

Numa perspectiva inclusiva, a participação e o convívio com a diversidade e com as diferenças têm a finalidade de preparar os indivíduos para a vida em sociedade. Acima de tudo, trata-se de um compromisso com o respeito à singularidade e ao potencial humano, mesmo diante de algumas limitações. A inclusão visa eliminar preconceitos e discriminação, criando uma sociedade inclusiva e justa. Investimentos em estrutura física, materiais, formação profissional e equipe técnica são essenciais para uma prática inclusiva efetiva.

Embora as políticas públicas e a legislação brasileira de inclusão tenham avançado no reconhecimento e na garantia de direitos às pessoas, ainda há lacunas significativas na implementação dessas diretrizes. A falta de capacitação específica para profissionais e a desinformação da comunidade perpetuam a invisibilidade de muitos grupos minorizados. É fundamental investir na formação dos profissionais, assim como no apoio das famílias e no envolvimento de toda a comunidade em geral, para garantir que as pessoas se sintam acolhidas, valorizadas e, acima de tudo, capazes de alcançar seu potencial.



Apontamentos avaliativos sobre o curso

O curso de capacitação sobre Inclusão e Diversidade para instrutores locais e chefes de pelotão que atuam com crianças de 9 a 11 anos no projeto do Bombeiro mirim – PROEBOM, no Estado de Goiás, foi uma experiência enriquecedora tanto para os cursistas quanto para a equipe que elaborou a proposta e trabalhou em cada módulo do curso. Os temas abordados foram relevantes e atuais, proporcionando oportunidades para discussões e reflexões sobre as questões da diversidade vivenciada pelos instrutores com as crianças do programa.

Os conteúdos abordados foram selecionados, abrangendo desde conceitos fundamentais até práticas concretas que podem ser implementadas no dia a dia do trabalho com as crianças. A variedade de perspectivas apresentadas pelos professores acredita-se ter enriquecido ainda mais as discussões, permitindo que os cursistas compreendessem a complexidade do trabalho com a diversidade e a inclusão de crianças, especialmente aquelas com necessidades específicas.

Os módulos propostos no curso trabalharam a compreensão acerca da infância por meio da perspectiva inclusiva. O foco foi a apresentação de conceitos, como noções de inclusão, conceitos de síndromes, transtornos e outros. Nesse contexto, percebeu-se a necessidade de problematizar visões capacitistas para apontar outras perspectivas de intervenção



junto às crianças com necessidades específicas. Além disso, os cursistas realizaram uma autorreflexão acerca da saúde mental e do trabalho no programa PROEBOM, com destaque para a série de exigências e cobranças das autoridades superiores. Com isso, percebeu-se uma reflexão a partir do questionamento sobre equidade e acessibilidade, para além de instruir os cursistas sobre o papel do curso no acolhimento e na escuta.

Um dos aspectos positivos foi a forma como os cursistas trouxeram exemplos de situações reais que vivenciaram nas atividades desenvolvidas com as crianças no PROEBOM em anos anteriores. Essas narrativas não apenas ilustraram os conceitos discutidos, mas também permitiram a reflexão sobre a necessidade de uma melhor compreensão e atenção às questões do atendimento e da inclusão das crianças com necessidades específicas. Ao compartilhar suas experiências, os cursistas ajudaram a criar um espaço onde todos se sentiram à vontade para expressar suas opiniões e sentimentos. As histórias compartilhadas variaram desde desafios enfrentados com crianças, tais como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência física e visual, bem como exemplos de superação de dificuldades, tanto das crianças quanto dos instrutores. Essa troca de experiências foi importante para a compreensão das diferentes realidades e perspectivas vivenciadas pelos cursistas, além de reforçar a importância da empatia e da escuta sensível para o desenvolvimento das atividades no PRO-



EBOM, proporcionando mais qualidade para todas as crianças que ingressam no projeto.

Os relatos de experiências enriqueceram as discussões e proporcionaram aprendizados sobre como lidar com as crianças em situações semelhantes nas próximas turmas do programa. Além disso, esses relatos estimularam a interação entre os cursistas desenvolvendo o senso de pertencimento e apoio mútuo.

Na avaliação, os cursistas falaram das dificuldades enfrentadas para participar do curso, visto que não tiveram dispensa do trabalho. Assim, participaram do curso no local de trabalho, às vezes no escritório da corporação, desenvolvendo as atividades diárias, ou na viatura, em atendimento às demandas da profissão. No entanto, mesmo enfrentando dificuldades, os cursistas despertaram para a necessidade de mais formação acadêmica, como cursos de Especialização *Lato Sensu* e até *Stricto Sensu*, incluindo mestrado.

Apesar da participação efetiva de poucos cursistas, considerando o quantitativo de inscritos e presentes nos encontros, eles demonstraram estar inspirados a buscar mudanças em suas práticas no PROEBOM, motivados pelos conhecimentos aprendidos no curso. Na voz dos cursistas, os assuntos trabalhados no curso não apenas enriqueceram o aprendizado, mas também fortaleceram o compromisso com a promoção de um ambiente mais inclusivo e respeitoso à diversidade.



A realização dos encontros mediados pelas tecnologias possibilitou a participação de bombeiros de diversas localidades do Estado de Goiás. O uso de ferramentas digitais aumentou o engajamento dos participantes, tornando o curso mais dinâmico e ampliando a troca de experiências. Durante os encontros, foi possível gravar, transcrever e arquivar discussões. Isso facilitou o registro para consultas posteriores, sendo útil, também, para futuras análises e para manter a memória institucional. A realização dos encontros presenciais mediados por tecnologias reduziu a necessidade de viagens, economizando tempo e custos com transporte e logística, sem comprometer a qualidade da interação entre os participantes.

Referências

LAGE, Sandra Regina; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, v. 28, p. e93040, 2023.

LAROSSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre a experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

OSMO, Alan.; SCHRAIBER, Lilia Blima. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 205–218, abr. 2015.

RAVAIOLI, Martina de Paula Eduardo; BORGES, Lilian Maria. Práticas psicoeducativas: contribuições do psicólogo na atenção primária. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 14, n. 1, p. 185-199, mar. 2022. Disponível em <http://



pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2022000100015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 fev. 2025. <https://doi.org/10.20435/pssa.v14i1.1182>.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins fontes, 2007.



EMANCIPAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA TRANSFORMAÇÃO PARADIGMÁTICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR⁵

Everton Ricardo do Nascimento – (UNEMAT)

<https://orcid.org/0000-0002-1324-4384>

Áurea Regina Alves Ignácio – (UNEMAT)

<https://orcid.org/0000-0003-4672-1818>

Beatriz Ferraz Bühler – (SEDUC/MT)

<https://orcid.org/0000-0003-3351-609X>

Ernandes Sobreira – (UNEMAT)

<https://orcid.org/0000-0002-6953-6917>



Considerações Iniciais

A extensão universitária, um dos pilares fundamentais da universidade, tem sido historicamente relegada a um segundo plano em detrimento do ensino e da pesquisa. No entanto, sua importância como ferramenta de transformação social e científica é inegável. A extensão universitária e a formação continuada de professores demandam uma abordagem tridimen-

⁵ DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap5>

sional para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades, equilibrando ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras (De Oliveira *et al.*, 2024). Mas, a extensão vai muito além das ações universitárias, deve haver a interação entre universidades e sociedade para fortalecer as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, promovendo o pensamento crítico, o raciocínio lógico, as habilidades analíticas e a tomada de decisões, contribuindo sobremaneira para o exercício da cidadania ativa (Esteves *et al.*, 2020).

O eterno professor e pensador Paulo Freire desenvolveu seu famoso método de alfabetização, enquanto liderava o primeiro Serviço de Extensão de uma universidade brasileira nos anos 1960. Esse método, que enfatiza a conscientização e o diálogo, foi fundamental para a prática de extensão universitária, permitindo uma interação mais significativa entre a universidade e a comunidade (Gerhardt, 2022). Paulo Freire influenciou o modelo único de extensão universitária na América Latina, que se desenvolveu no século XX. Esse modelo é marcado por interações contínuas e recíprocas entre a universidade e a comunidade, priorizando as necessidades de segmentos socialmente excluídos (Souza, 2017). Por exemplo, Freire participou de atividades de extensão que integraram educação e saúde pública, contribuindo para a criação de sistemas educacionais e de saúde mais inclusivos e participativos no Brasil (Mazza *et al.*, 2024).



A extensão é considerada uma dimensão essencial da missão das universidades, e que promove a integração indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 no Brasil (De Figueredo *et al.*, 2022). A extensão universitária por vezes, ainda, é considerada um dilema acadêmico, pois, enquanto alguns a criticam sem envolvimento com a pesquisa, outros a defendem como meio de transformação, mesmo sem consenso na comunidade acadêmica. (Hunger *et al.*, 2014). A extensão universitária possui várias vertentes, tanto por ações de planejamento com a sociedade (Curtis & Mahon, 2010), quanto por meio das empresas juniores, que contribuem para fortalecer o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais entre estudantes de graduação e, até mesmo, em relações internacionais. (Coelho e Videira, 2017).

A extensão universitária é vista também como um fomento à democratização do acesso à educação superior, oferecendo caminhos alternativos de credenciamento e promovendo a inclusão social (McLean, 2023). Isso é, especialmente, relevante em áreas remotas, onde o acesso a recursos educacionais pode ser limitado. Na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), dada a capilaridade geográfica e diversidade cultural do estado, a extensão universitária se mostra ainda mais importante. A UNEMAT, com seus 13 *campi* distribuídos pelo estado, dentre os quais, alguns se distanciam por mais de 1000 km da sede administrativa, enfrenta desafios



únicos para garantir a inserção social de suas atividades acadêmicas. A extensão surge como uma resposta a esses desafios e promove a integração entre a universidade e as comunidades locais. De fato, a extensão universitária impacta positivamente na interação entre a universidade e a comunidade, o que contribui para uma educação libertadora e a transformação do contexto social, exigindo avaliações institucionais mais aprofundadas (Diniz *et al.*, 2021). É evidente que a extensão aproxima a universidade da sociedade, além de fornecer visibilidade aos cursos de graduação e pós-graduação. Mas, este fato não é tangível em todos os níveis do ensino superior, apresentando-se de forma diferente na graduação e na pós-graduação. Ações de extensão na graduação podem ser bastante observadas na área da saúde e cuidados médicos, por exemplo (Fagnan, 2017), ou, até mesmo, planejamento para agronegócio (Curtis & Mahon, 2010). Na pós-graduação, a extensão vem assumindo um papel ainda mais relevante, pois permite que mestrandos e doutorandos apliquem seus conhecimentos em contextos reais e promovam a inovação e a transformação social. Ademais, a extensão na pós-graduação proporciona um espaço para o desenvolvimento de competências técnicas e sociais dos estudantes, como evidenciado em programas de extensão agrícola que melhoram as habilidades dos alunos em resolver problemas comunitários (Yusuf *et al.*, 2021).

Cabe, ainda, enfatizar que a extensão na pós-graduação é um mecanismo basilar para a formação de pesquisadores en-



gajados com as demandas sociais, garantindo que a pesquisa seja feita para, com e na comunidade. É evidente, então, que a extensão facilita a formação de parcerias entre universidades e comunidades, o que possibilita a colaboração em projetos de pesquisa que abordam desafios locais. Isso é evidenciado em programas que incentivam a participação ativa de estudantes em projetos comunitários, resultando em benefícios mútuos (McLean, 2023) com alto potencial de inclusão da academia na sociedade.

A inserção social da pós-graduação por meio da extensão promove a inclusão da academia na sociedade. E essa inserção não deve ser vista como uma atividade secundária, mas como parte intrínseca da pesquisa. Essa perspectiva é fundamental para a UNEMAT, que busca alinhar suas atividades de pesquisa e extensão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, incluindo os ODS 18, 19 e 20, propostos para o contexto brasileiro. A Agenda 2030, com seus 17 ODS, é um marco global para o desenvolvimento sustentável. No entanto, no contexto brasileiro, foram propostos os ODS 18, 19 e 20, que complementam os objetivos globais e adaptam-nos às necessidades do país.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o ODS 18 busca promover a igualdade racial; o ODS 19 visa assegurar a pluralidade e liberdade cultural; e o ODS 20 garante os direitos e promove a cultura dos povos originários e comunidades tradicionais. Esses objetivos



são especialmente relevantes para a UNEMAT, que atua em um estado com grande diversidade racial, cultural e étnica.

Mais especificamente, o ODS 18 (Igualdade Racial) é um dos focos centrais da extensão universitária na UNEMAT. Por meio de projetos extensionistas, a universidade pode contribuir para a promoção da igualdade racial e o enfrentamento ao racismo, especialmente em regiões com altos índices de exclusão racial. Como destacam Scheer (2023), a extensão universitária garante a promoção da igualdade racial e que comunidades marginalizadas tenham acesso aos benefícios do conhecimento acadêmico. Essa perspectiva é fundamental para a UNEMAT, que busca promover a inclusão racial em Mato Grosso.

No caso do ODS 19 (Arte, Cultura e Comunicação), seu cumprimento se dá por meio de projetos que valorizam a arte, a cultura e a comunicação inclusiva, estando a UNEMAT como pivô para contribuir para a democratização da cultura e a promoção da diversidade cultural. A extensão universitária possibilita o fortalecimento da cultura local e assegura que as tradições e saberes populares sejam valorizados e preservados (Mateo & Da Rocha 2020; Rocha & Iriarte, 2019).

Já o ODS 20 (Povos Originários e Comunidades Tradicionais) é outro foco central da extensão universitária. Por meio de projetos que promovem os direitos e a cultura dos povos originários e comunidades tradicionais, a UNEMAT pode



contribuir para a preservação da ancestralidade e do conhecimento tradicional. Além disso, a UNEMAT conta com um mestrado intercultural indígena, o que potencializa o cumprimento das metas deste objetivo.

Além dos ODS 18, 19 e 20, a extensão universitária na UNEMAT também contribui para os ODS globais, como o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Esses objetivos são intrínsecos à garantia de que a universidade cumpra seu papel social e promova um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Como afirma ONU (2015), a educação de qualidade e a redução das desigualdades são fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Neste capítulo, discutimos a importância da extensão universitária na UNEMAT, destacando seu papel na inserção social, na visibilidade dos cursos de pós-graduação e na promoção da sustentabilidade da educação superior na universidade. Além disso, analisamos como a extensão pode contribuir para o cumprimento da Agenda 2030, em especial os ODS 18, 19 e 20, propostos para o contexto brasileiro, e os ODS globais 4, 10 e 17. Acreditamos que a extensão universitária é uma dimensão transformadora da educação superior, capaz de integrar a universidade à sociedade e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.



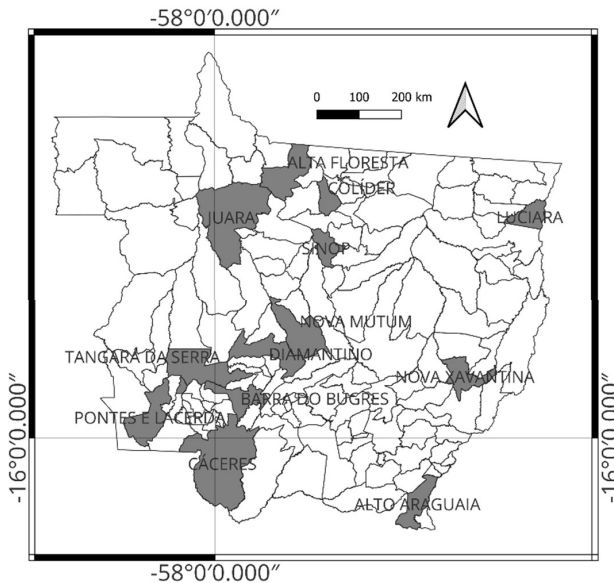
O Poder de Inserção Social da UNEMAT

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) é uma instituição de ensino superior que se destaca por sua capacidade de atuar em regiões remotas e de difícil acesso, promovendo a inclusão social e a democratização do conhecimento. Com 13 *campi* distribuídos por todo o estado de Mato Grosso (Figura 01), a UNEMAT tem um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento regional. A visão da UNEMAT – “Ser uma instituição *multi-campus* de excelência em ensino, pesquisa, extensão e gestão com reconhecimento nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento e disseminação do conhecimento”(-SIC) (UNEMAT, 2018) – é uma ótima demonstração da importância da Instituição de Ensino Superior como protagonista do ensino em várias regiões do estado. Entretanto, sabe-se que a gestão de universidades multicampi no Brasil enfrenta desafios administrativos devido à dispersão geográfica, porém, os benefícios superam essas dificuldades (Nez, 2016), pois conseguir atender a um universo diverso é difícil, por outro lado, garante uma importância social bastante relevante. A UNEMAT é uma das universidades brasileiras que consegue levar educação de qualidade a regiões interioranas, garantindo que comunidades com difícil acesso ao ensino superior, o desfrute. Essa capilaridade é um dos principais fatores que contribuem para o poder de inserção social da universidade. A expansão



da UNEMAT no próprio estado tem sido fundamental para a democratização do acesso ao ensino superior, benefício este, para diversos atores sociais, como comunidades tradicionais, estudantes de escolas públicas, pessoas negras, de baixa renda e desempregadas (Malange *et al.*, 2023).

Figura 01. Localização dos 13 campi da Universidade do Estado de Mato Grosso (em cinza).



Fonte: próprios autores (2025).

A pós-graduação na UNEMAT, em níveis de mestrado e doutorado, é um dos pilares que fortalece a relevância da instituição. Os programas de pós-graduação da UNEMAT formam

pesquisadores de alto nível e promovem a aplicação do conhecimento científico em benefício das comunidades locais. A UNEMAT tem a pós-graduação como um espaço de formação de pesquisadores engajados com as demandas sociais, garantindo que a pesquisa seja feita na, para e com a comunidade. Isso garante com que a pesquisa, muitas vezes limitada a laboratórios e centros de pesquisa, sejam feitas de acordo com as demandas da sociedade.

A extensão universitária na UNEMAT é uma das principais ferramentas de inserção social da instituição. Por meio de diferentes ações extensionistas, a universidade consegue levar conhecimento, tecnologia e inovação para comunidades que, de outra forma, estariam excluídas do processo de desenvolvimento. A pós-graduação na UNEMAT tem um impacto significativo na formação de profissionais qualificados e engajados com as demandas sociais.

De fato, a extensão universitária na pós-graduação é um dos diferenciais da UNEMAT. Por meio de projetos extensionistas, mestrandos e doutorandos têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em contextos reais, promover a inovação e a transformação social. E isso é possível por meio de projetos que tratam da diversidade física, racial, étnica, para além das questões de gênero, em um contexto que prima pelo entendimento de que as diferenças são fatores preponderantes, tanto na sociedade quanto na própria ocupação das vagas da pós-graduação e seu impacto na comunidade aca-



dêmica. Estes projetos congregam com o ODS 18, mais uma vez reforçando que a IES possui grande relevância local. Pode ser destacada, então, a relevância local, regional e nacional da UNEMAT como um dos fatores que contribuem para o poder de inserção social da universidade.

As inter-relações da UNEMAT com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A extensão universitária na UNEMAT contribui diretamente para diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. No ODS 4 (Educação de Qualidade), a IES atua na meta 4.3, ao garantir acesso equitativo à formação técnica, profissional e superior para diferentes públicos, e na meta 4.4, ao oferecer capacitações que ampliam as competências necessárias para o mercado de trabalho e o empreendedorismo. Além disso, promove ações alinhadas à meta 4.5, reduzindo disparidades educacionais e garantindo oportunidades para grupos vulneráveis. Em relação a meta 4.7, difunde conhecimentos sobre sustentabilidade e cidadania em nossas atividades extensionistas. No ODS 10 (Redução das Desigualdades), contribui para a meta 10.2, promovendo inclusão social, econômica e política de grupos historicamente marginalizados; e para a meta 10.3, ao garantir igualdade de oportunidades por meio de políticas e práticas que eliminam barreiras educacionais e sociais. No ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), fortalecemos colaborações interinsti-



tucionais, mobilizando recursos e ampliando a cooperação acadêmica e comunitária, alinhando-nos à meta 17.16, que incentiva parcerias para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a UNEMAT, por meio da extensão, promove ações concretas que impactam diretamente a sociedade, contribuindo para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Estas ações refletem aquilo que é preconizado pela Organização das Nações Unidas, em que a promoção de uma educação de qualidade e a redução das desigualdades são essenciais para alcançar um desenvolvimento sustentável.

As inter-relações entre a extensão universitária, a pesquisa, o ensino e a sociedade na UNEMAT, evidenciam seu impacto no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, podem ser demonstradas na Figura 02. A estrutura apresentada conecta três grandes áreas: Extensão e Pesquisa, Extensão e Ensino e UNEMAT e Sociedade, mostrando como cada uma contribui para o desenvolvimento sustentável por meio da educação, inovação e inclusão social. No campo da Extensão e da Pesquisa, destacam-se o impacto social e a inovação científica como elementos centrais para a transformação da sociedade. Já a Extensão e o Ensino enfatizam a formação crítica e a aplicação prática do conhecimento, garantindo que a educação ultrapasse os limites acadêmicos e gere mudanças concretas na realidade social. A UNEMAT, por sua vez, fortalece sua relação com a sociedade por meio de iniciativas voltadas à inclusão social



e ao desenvolvimento regional, consolidando-se como uma instituição comprometida com a redução das desigualdades e o fortalecimento das comunidades locais.

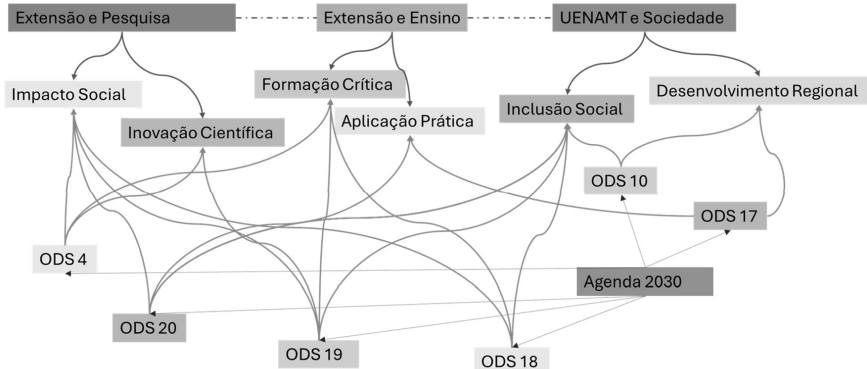
Essas frentes de atuação se conectam diretamente com os ODS, em especial o ODS 4, que visa garantir educação de qualidade, influenciado pela inovação científica, pela formação crítica, pela aplicação prática do conhecimento e pela inclusão social. O ODS 10, focado na redução das desigualdades, encontra suporte nas ações voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento regional, reforça a importância de práticas educacionais e extensionistas que promovam equidade. O ODS 17, que trata das parcerias e dos meios de implementação, está associado ao desenvolvimento regional e à cooperação entre instituições, permitindo que o impacto da universidade seja ampliado por meio de colaborações estratégicas.

Além disso, os ODS 18, 19 e 20, que, embora não façam parte dos objetivos globais estabelecidos pela ONU, mas sim estão atrelados ao ambiente nacional, parecem representar metas específicas da UNEMAT para ampliar sua contribuição ao desenvolvimento sustentável. Todos esses esforços convergem para a Agenda 2030, e reforçam o papel da universidade como agente transformador na construção de um futuro mais inclusivo e sustentável. Dessa forma, a UNEMAT, por meio da extensão, ensino e pesquisa, fortalece a inovação, a inclusão social e o desenvolvimento regional, consolidando-se como



uma instituição de relevância na promoção da educação e na busca por soluções que impactem positivamente a sociedade.

Figura 02. Fluxograma destacando os aspectos potenciais da relação da Extensão com a Pesquisa, Ensino e os ODS.



Fonte: próprios autores (2025).

A relevância local, regional e nacional da UNEMAT é inegável e é um dos fatores que contribuem para o poder de inserção social da universidade. Com atuação em regiões remotas e de difícil acesso, a UNEMAT consegue levar educação de qualidade a comunidades que, de outra forma, estariam excluídas do processo de desenvolvimento social e cultural.

Limitações da extensão no Ensino Superior

A extensão universitária, apesar de seu potencial transformador, enfrenta desafios estruturais e conceituais que

limitam sua efetividade. A seguir, listamos os principais limitadores, com base em estudos e análises críticas:

Falta de Recursos Financeiros e Infraestrutura:

A extensão muitas vezes é subfinanciada, o que limita a execução de projetos e a participação de estudantes e professores. Exemplo: Projetos que dependem de transporte para comunidades remotas são, frequentemente, cancelados devido à falta de verba/infraestrutura para sua realização.

Desvalorização da Extensão na Carreira Acadêmica:

A extensão é frequentemente vista como uma atividade secundária em relação ao ensino e à pesquisa. Exemplo: Muitos docentes priorizam a publicação de artigos científicos em detrimento de projetos extensionistas.

Dificuldade de Integração com o Ensino e a Pesquisa:

A extensão ainda é vista como uma atividade isolada, sem conexão com o ensino e a pesquisa. Exemplo: Projetos de extensão que poderiam gerar dados para pesquisas científicas são subutilizados.

Falta de Continuidade dos Projetos:

Muitos projetos de extensão são interrompidos após o término do financiamento ou da gestão que os implementou. Exemplo: Projetos comunitários que dependem de acompanhamento contínuo são abandonados após um ou dois anos.



Dificuldade de Avaliação de Impacto:

A avaliação dos resultados da extensão é complexa e muitas vezes subjetiva. Exemplo: Projetos que promovem a inclusão social nem sempre têm métricas claras para avaliar seu sucesso.

Oportunidades da extensão no Ensino Superior, principalmente na pós-graduação

Apesar das limitações, a extensão universitária oferece oportunidades significativas, especialmente na pós-graduação. Abaixo, listamos as principais oportunidades, com base em estudos e experiências bem-sucedidas:

Formação de Pesquisadores Engajados com a Sociedade:

A extensão na pós-graduação permite que mestrandos e doutorandos apliquem seus conhecimentos em contextos reais, promovendo a inovação e a transformação social. Exemplo: Projetos de extensão que integram pesquisa aplicada e demandas comunitárias.

Fortalecimento da Relação Universidade-Sociedade:

Por meio da promoção de um diálogo mais profundo entre a academia e a sociedade, como por exemplo: Projetos que envolvem comunidades locais na coleta de dados e na implementação de soluções (ciência cidadã).

Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):



Contribuindo diretamente para o cumprimento dos ODS, especialmente os relacionados à educação de qualidade (ODS 4), redução das desigualdades (ODS 10) e parcerias (ODS 17) a extensão na pós-graduação pode, por exemplo, fomentar projetos que promovem a inclusão digital em comunidades rurais.

Inovação e Empreendedorismo Social:

Por meio de ações extensionistas na pós-graduação, pode-se estabelecer um espaço para a promoção da inovação e do empreendedorismo social, como por exemplo: Projetos que integram tecnologia e sustentabilidade para resolver problemas locais.

Visibilidade e Reconhecimento Institucional:

A extensão na pós-graduação pode aumentar a visibilidade e o reconhecimento da universidade, tanto no âmbito regional quanto nacional. Exemplo: Projetos de extensão que ganham prêmios nacionais e internacionais.

Conclusão

A extensão universitária é um pilar fundamental para a transformação social e científica, especialmente em uma instituição como a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que atua em regiões remotas e de difícil acesso. Apesar das limitações estruturais e conceituais, a extensão oferece oportunidades significativas, principalmente, na pós-gra-



duação, onde pode promover a formação de pesquisadores engajados com as demandas sociais e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A UNEMAT, com seus 13 *campi* distribuídos por Mato Grosso, tem um papel único na promoção da inclusão social e na democratização do conhecimento. Por meio da extensão, a universidade pode fortalecer sua relação com a sociedade, promover a inovação e o empreendedorismo social, e contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, para que a extensão alcance todo o seu potencial, é necessário superar desafios como a falta de recursos financeiros, a desvalorização da extensão na carreira acadêmica e a dificuldade de integração com o ensino e a pesquisa.

Em síntese, a extensão universitária na UNEMAT é um mecanismo transformador, capaz de integrar a universidade à sociedade e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para isso, é essencial que a universidade continue investindo em projetos extensionistas, especialmente na pós-graduação, e que haja um esforço conjunto para superar as limitações e aproveitar as oportunidades que a extensão oferece.

Referências

COELHO, D.; VIDEIRA, R. The development of skills through university extension. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, v. 18, 2017.



CURTIS, K.; MAHON, J. Using Extension Fieldwork to Incorporate Experiential Learning into University Coursework. **Journal of Extension**, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.34068/joe.48.02.04>. Acesso em: 11 mar. 2025.

DE FIGUEIREDO, S.; RIBAS, L.; ALVES, R.; DE JESUS OLIVEIRA, E.; DE ALENCAR, D.; SANCHES, A. Articulation between teaching, research and extension. **International Journal for Innovation Education and Research**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31686/ijer.vol10.iss7.3820>. Acesso em: 11 mar. 2025.

DE OLIVEIRA BRITO, R.; CHESINI, C.; LUCENA, J.; DE MORAIS NOGUEIRA Y ROCHA, R. Context between university extension and continuing teacher training: challenges and possibilities. **Journal of Media Critiques**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17349/jmcv10n26-013>. Acesso em: 11 mar. 2025.

DINIZ, L.; DE SOUSA, G.; SOUZA, D. As Instituições de Ensino Superior e seus interlocutores quanto à percepção nas ações extensionistas. **Revista de Educação Popular**, v. 20, p. 140-159, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REP-2021-54250>. Acesso em: 11 mar. 2025.

FAGNAN, L. Moving Upstream—Health Extension and Primary Care. **The Journal of the American Board of Family Medicine**, v. 30, p. 10-12, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3122/jabfm.2017.01.160355>. Acesso em: 11 mar. 2025.

GERHARDT, H. A contribution to Paulo Freire's theory and practice: The 'Cultural Extension Service/University of Recife' (1962–64). **Educational Philosophy and Theory**, v. 54, p. 2256-2274, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00131857.2022.2129007>. Acesso em: 11 mar. 2025.



HUNGER, D.; ROSSI, F.; PEREIRA, J.; NOZAKI, J. O dilema extensão universitária. **Educational Review**, v. 30, p. 335-354, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014005000004>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MALANGE, F.; DE MESQUITA, M.; DE ASSIS, A.; CORRÊA, A. Access to higher education in the process of expansion of the Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.11-133>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MATEO, J.; DA ROCHA, A. University and Future-Oriented Cultures: Reflections on Cultivating Communities of Practice in the Basque Country. **World Futures Review**, v. 12, p. 351-362, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1946756720976708>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MAZZA, D.; AOKI, F.; SANTOS, N.; SANTIAGO, S.; VARANI, A. A precursor experience of the SUS with the participation of Paulo Freire. **Ciencia & Saude Coletiva**, 13 29, n. 6, p. e12032023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024296.12032023>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MCLEAN, S. Champions of democracy or agents of professionalization? The extension era at the universities of Toronto, Queen's, and McMaster. **Canadian Review of Sociology = Revue canadienne de sociologie**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cars.12449>. Acesso em: 11 mar. 2025.

NEZ, E. Os dilemas da gestão de universidades multicampi no Brasil. **Revista Gestão Universitária**, v. 9, p. 131-153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2016V9N2P131>. Acesso em: 11 mar. 2025.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). ODS 18: Marca escolhida enfatiza jornada coletiva da luta pela igualdade étnico-racial. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/ods-18-marca-escolhida-enfatiza-jornada-coletiva-da-luta-pela-igualdade-etnico-racial>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ROCHA, A.; IRIARTE, E. Cultivando comunidades de prática en extensión universitaria: artes escénicas y performativas del campus de Gipuzkoa. **Periferica**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25267/PERIFERICA.2019.I20.12>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SCHEER, S. Strategies to Advance Antiracist Programs: Why They Matter. *Winter 2023*. Disponível em: <https://doi.org/10.34068/joe.61.01.14>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SOUZA, C. The Politics and Ethics of Extensão Universitária in Brazil: Engaging Communities in Teaching and Scholarship. **Transformation**, v. 27, p. 51-64, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/TNF.2017.0005>. Acesso em: 11 mar. 2025.

YUSUF, S.; POPOOLA, O.; GWALA, L.; NESENGANI, T. Promoting University-Community Alliances in the Experiential Learning Activities of Agricultural Extension Postgraduate Students at the University of Fort Hare, South Africa. **Sustainability**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su131810411>. Acesso em: 11 mar. 2025.



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A INTEGRAÇÃO DA AGENDA 2030 NA UNITINS⁶

Thaysi Castro Coelho Andrade -(UNITINS)
<https://orcid.org/0000-0002-7284-7476>

Márcia Rezende Silva-(UNITINS)
<https://orcid.org/0000-0002-6125-486X>

Paulo Roberto Rodrigues de Oliveira-(UNITINS)
<https://orcid.org/0009-0005-0374-0412>

Augusto de Rezende Campos-(UNITINS)
<https://orcid.org/0000-0003-4530-2945>

Kyldes Batista Vicente-(UNITINS)
<https://orcid.org/0000-0002-8473-2828>



Considerações Iniciais

O contexto de desenvolvimento da extensão universitária permeia diversos capítulos da história, inicialmente em outros países até chegar tardiamente ao Brasil. Atualmente, é notória a necessidade das práticas extensionistas nas instituições de ensino, de tal modo que o Plano Nacional de Educação (PNE)

⁶ DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODSscap6>

2014-2023, estratégia 7, meta 12 descreve a necessidade de assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente para áreas de grande pertinência social.

Se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira (Sousa, 2000).

Segundo Nogueira (2005), a Extensão Universitária surgiu na Inglaterra, no século XIX, como “educação continuada” (Lifelong Education), destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade. No Brasil, o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 não menciona a extensão como uma função da universidade, limitando-se a divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída. Foi só no início da década de 1960 que a extensão como a conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos.

A universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito



por influência dos movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto UNE Volante, que previa uma mobilização nacional a partir de caravanas. Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o Movimento de Cultural Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE (Gadotti, 2017).

Conforme a Política Nacional de Extensão Universitária na sua versão 2012, a extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (Forproex, 2012)

A Agenda 2030 da ONU para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável foi criada com um grande desafio global, utilizar racionalmente os recursos naturais, preservando os *habitats* e as espécies para um futuro social, econômico e ambiental mais sustentável. A intenção é unir países membros, ONGs e instituições internacionais para colaborar e cooperar na integração de programas, ações e diretrizes que venham contribuir satisfatoriamente para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural, utilizando meios de implementação para alcance das metas e concretização dos objetivos.

Os desafios de desenvolvimento sustentáveis são complexos, sendo importante a participação social e promoção da



construção de consensos para que haja alcance satisfatórios nos resultados, como também na integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. A Universidade é um espaço de discussão, mas também de transformação da realidade local onde todos estão incluídos, devendo oferecer momentos que incentivem esta prática que é necessária para atender aos anseios da sociedade, atreladas a Agenda 2030/ODS.

Partindo da afirmação de Gadotti (2017), que entende que a curricularização da extensão também questiona o sentido da universidade, o objetivo do presente estudo é abordar quais os principais vínculos que a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) tem criado com o intuito de aproximar-se da sociedade e da prática da extensão universitária, buscando também o atendimento e aproximação com a Agenda 2030 em seu desenvolvimento e aplicação.



Aproximações

Com a missão de promover a formação integral inovadora no ensino superior e contribuir com o desenvolvimento regional do estado do Tocantins, a Unitins tem sua história marcada em fevereiro de 1990, sendo então estruturada como autarquia em 1991, até a autorização e criação da então Fundação Universidade do Tocantins. Desde sua criação, a instituição sempre possuiu um caráter extensionista, com a implantação de centros de extensão em diversos municípios do estado,

destacando-se como instituição de ensino superior no âmbito regional. Com o passar do tempo, a estrutura organizacional foi sempre sendo otimizada em busca da melhoria contínua, de forma que em 2018, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável passou a ser alvo de atendimento em diferentes áreas de atuação da Universidade.

Esse compromisso com o desenvolvimento sustentável tem se materializado em diferentes frentes. Desde junho de 2021, a Unitins se tornou signatária dos termos de Compromisso das Estratégias dos ODS, se comprometendo com sua aplicação.

A Universidade tem se organizado para uma atuação mais efetiva no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente, a partir da criação da Comissão Interna dos ODS - CIODS, com a representação da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - Proex por meio de dois servidores, responsáveis pelo acompanhamento e implementação da Agenda 2030/ODS, cujo objetivo é o de coordenar, implementar e monitorar estratégias que nos permitam contribuir de forma efetiva para o alcance dos ODS, sendo responsável por alinhar as práticas organizacionais com os objetivos e metas estabelecidos, e também implementar e monitorar regularmente o progresso em relação ao cumprimento dos ODS articulado com o PDI.



Conforme o PDI 2023/2027, a Proex é o órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, promoção, articulação, avaliação, monitoramento, execução, controle, supervisão e registro das ações de extensão, em consonância com os objetivos da Unitins e as políticas públicas da área, em cumprimento à Política de Extensão da Unitins, que possui a finalidade de orientar o desenvolvimento da extensão na instituição, promovendo a relação integradora e dialógica entre universidade e sociedade, com ênfase na redução das desigualdades regionais e fomento às culturas locais.

Conforme afirma Gadotti (2017), os desafios atuais, no cumprimento do PNE, situam-se no campo da superação de uma visão academicista da universidade, para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades. Neste intuito, descrevemos a seguir diversas iniciativas desenvolvidas e em desenvolvimento.



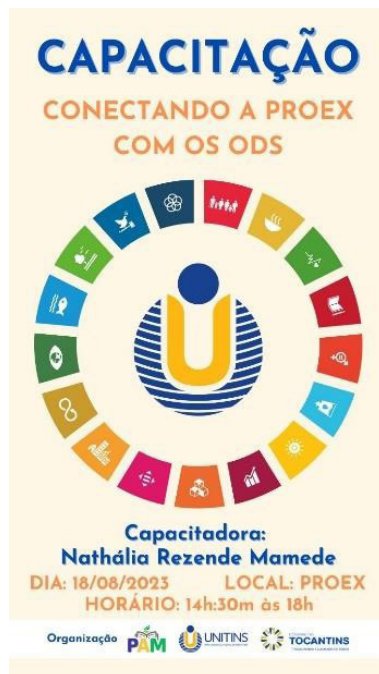
Atividades

As atividades voltadas para a aplicação da Agenda 2030/ODS tiveram início na elaboração do PDI (2023 a 2027), integrando ações pontuais às estratégias estabelecidas pela Universidade, assumindo seu papel junto à comunidade interna e externa.

Em agosto de 2023, a Proex organizou uma capacitação para todo o departamento com o intuito de fomentar o acesso

dos servidores para a temática envolvendo os ODS. A oficina promoveu uma abordagem teórica e atividades práticas que geraram sensibilização a respeito do tema. Com a participação de uma especialista na área dos ODS com experiência junto às normativas da ONU e experiências profissionais na área, os servidores puderam conhecer e esclarecer dúvidas sobre a forma como a Proex poderia contribuir para a aplicação dos ODS dentre suas atividades.

Figura 1: Divulgação da capacitação realizada para equipe Proex/ Unitins



Fonte: Unitins

Os resultados das discussões surgiram quando a equipe da Proex, em conjunto com a Câmara de Extensão – responsável por avaliar as diferentes ações de extensão desenvolvidas na instituição – promoveu alterações nos formulários de submissão de propostas de extensão. Essas mudanças, fruto de diversos diálogos, estabeleceram que todas as ações de extensão deveriam descrever e atender aos ODS.

Reafirmando seu compromisso com a Agenda 2030/ODS, a Universidade instituiu em sua Política de Extensão a obrigatoriedade de que todos os projetos submetidos aos conselhos universitários indicassem o ODS ao qual estavam alinhados. Como parte desse processo, em dezembro de 2023, foi aprovada a normativa 075/2023 pelo Conselho Universitário (Consuni), que instituiu o novo modelo do Formulário Único de Proposta de Extensão (FUPE), no qual é necessário informar quais ODS a ação contempla, bem como o eixo em que está inserida.

Ainda em 2023, foi organizado um evento de cunho institucional, desta vez abrangendo todos os departamentos da universidade e acadêmicos, enfatizando a temática dos ODS por meio do *VII Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão*, que garantiu a aproximação do público geral ao assunto e conseqüentemente a agenda 2030/ODS. No evento foram desenvolvidas mesas-redondas com debates e compartilhamento de saberes, oficinas práticas que levaram o público a desenvolver algo que os aproximasse da aplicação dos ODS,



palestras que permitiram a transferência de conhecimento de especialistas ao público acadêmico e servidores, além de toda a feira de extensão voltada para a temática dos ODS.

Figura 2: VII Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão na Semana de Ciência, Tecnologia e Inovação da Unitins



Fonte: Nonato Silva/Dicom Unitins

O ano de 2023 ainda nos permitiu promover em parceria com a Universidade Federal do Tocantins - UFT, o evento denominado *Interiorização da Agenda 2030 e a COP na Região Amazônica*, realizado em Palmas, contando com a participação de acadêmicos das duas instituições, professores e técnicos administrativos.

Figura 3: Mesa de abertura da Interiorização da Agenda 2030 e a COP na Região Amazônica



Fonte: Nonato Silva/Dicom Unitins

As Universidades Estaduais da Região Amazônica também buscaram promover encontros que permitissem o avanço na temática da Agenda 2030/ODS, com este intuito, quatro servidores da Proex participaram do *I Fórum de Integração das Universidades Estaduais da Amazônia: saberes, ciência e propostas regionais*, realizado em Belém em novembro de 2023, onde foi possível a participação e contribuição em discussões e elaboração de documentos que buscam promover a aplicação de ações diretamente relacionadas com o atendimento a Agenda 2030 suas necessidades e avanços.



Figura 4: Divulgação do I Fórum de Integração das Universidades Estaduais da Amazônia



Fonte: Site do evento.

Figura 5: Equipe Unitins no I Fórum de Integração das Universidades Estaduais da Amazônia



Fonte: Unitins



A Unitins compõe comitês, comissões e conselhos, em que o trabalho em rede é prioritário e necessário para o desenvolvimento e cumprimento das ações, vinculadas a Política de extensão, integrando a *Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA-TO*; também pertence à *Rede de Sustentabilidade TO Sustentável* que está sendo liderado pelo Poder Judiciário do Tocantins e que segue os preceitos do Conselho Nacional de Justiça por meio do Plano de Logística Sustentável, tendo como parceiros o Tribunal de Justiça do Tocantins, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO), o Ministério Público Estadual (MPE), o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Defensoria Pública Estadual (DPE), a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins); é parte da comissão organizadora da *VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - CNIJMA/TO*, que tem como objetivo sensibilizar escolas e comunidades sobre a importância da justiça climática, promovendo ações locais que contribuam para esforços nacionais e globais contra as mudanças climáticas.

Na medida em que as atividades de extensão permitem a territorialização dos ODS, o registro dessas ações, através do formulário de avaliação instituído pela CIODS, nos permite identificar de que forma estamos contribuindo com as metas da Agenda 2030/ODS.

Dos quatro projetos aprovados para certificação da Unitins no Selo ODS Educação 2023 e 2024, três são da Proex,



sendo eles: Pátria Amada Mirim - PAM; Programa de Educação Museal Conhecimento e Sustentabilidade: uma jornada pelos museus da Unitins; e Trilha do Soim: Educação e conhecimentos tradicionais para sustentabilidade e conservação das árvores nativas do Cerrado. Esses projetos alcançaram seus objetivos, contribuindo diretamente para o cumprimento dos ODS, em especial: ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 10 – Redução das Desigualdades, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima e ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

Figura 6: Certificação da Unitins no Selo ODS Educação 2023



Fonte: Unitins



Desafios

O ano de 2024 foi desafiador para a Unitins e, consequentemente, para a extensão, com a implantação de novos projetos e também na implementação de projetos planejados. Com o encerramento dos contratos de grande parte dos professores da instituição, e entrada de professores concursados, muitos projetos de extensão foram interrompidos e deram espaço para novas propostas, em 2025.

Embora exista grande esforço, ainda é notória a necessidade de maior engajamento da comunidade acadêmica, incluindo professores, servidores e discentes, bem como a integração interdisciplinar dos ODS nos projetos de extensão.

Sabendo-se da importância em mensurar os impactos das ações de extensão nos indicadores da Agenda 2030/ODS, diversos esforços têm sido aplicados para que essa dificuldade seja superada, como o mapeamento dos projetos que aplicam as metas dos ODS em seu desenvolvimento e a articulação de um produto que integre esses resultados, para compor o documento elaborado pela CNOODS.

Realizar o acolhimento e sensibilização dos 133 novos professores concursados buscando promover o engajamento para captação de novos projetos de extensão, alinhadas à Agenda 2030/ODS.

A curricularização da extensão já é uma realidade nos cursos oferecidos pela Unitins, contudo, a integração com



a Agenda 2030/ODS através das coordenações de curso, alterando os PPCs para que as ações de extensão estejam em consonância com a Agenda 2030/ODS, ainda se caracteriza como um desafio.

Capacitar os docentes é fundamental, considerando que um dos principais desafios enfrentados pela extensão universitária está relacionado à aceitação e efetiva implementação de projetos que tenham aderência com a Agenda 2030/ODS. Além disso, destaca-se a relevância de promover a ampla divulgação dos projetos junto à comunidade acadêmica, assegurando que essas iniciativas estejam alinhadas aos princípios e objetivos da Agenda 2030/ODS, fortalecendo o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável.



Possibilidades

Criar uma ferramenta, baseada em inteligência artificial, para que possa mapear e monitorar todas as ações de extensão, e articular com a CIODS para que os resultados sejam cadastrados e enviados à CNODS, para que sejam computados como iniciativa do Brasil que contribui com os resultados dos ODS a nível mundial.

Sensibilizar, formar e conscientizar, a comunidade acadêmica, através de oficinas que destaquem a necessidade de organizar as atividades das ações de extensão que atendam às metas dos ODS e da Agenda 2030. As oficinas realizadas em

grupo, serão desenvolvidas por meio de atividades vinculadas a ações de extensão como exemplos, onde os mesmos teriam de achar a meta e objetivo vinculado a iniciativa.

Incentivar e apoiar as disciplinas de projeto integrador dos cursos por meio de roda de conversa, palestras e oficinas com professores e acadêmicos para que haja mais engajamento da comunidade acadêmica na temática Agenda 2030/ODS.

Participar de reuniões de Colegiado dos cursos informando a importância do trabalho da Agenda 2030/ODS na extensão.

Criar espaços de discussões sobre a Agenda 2030/ODS dentro da Universidade com a participação da comunidade externa, convidando grupos com interesses distintos para uma roda de conversa sobre as dificuldades locais e interesses em comum, associando as metas e ODS.

Integrar a curricularização da extensão a Agenda 2030/ODS através das coordenações de curso, alterando os PPCs dos Cursos para que as ações de extensão estejam em consonância com a Agenda 2030/ODS.

Apoiar as ações de extensão para que possam ter resultados expressivos e significativos para a sociedade, incentivando para a participação no Selo ODS Educação.

Oferecer formação para a comunidade externa sobre Agenda 2030/ODS através da escola de extensão, promovendo espaços de discussão e compartilhamento junto às institui-



ções, comunidades e indivíduos que queiram contribuir com o desenvolvimento das localidades.

Utilizar os meios de comunicação aberta para promover programas educativos através da TV Unitins e da Rádio Unitins FM, levando informação para comunidade em geral sobre a Agenda 2030/ODS.

Promover iniciativas para criação de projetos de extensão com os acadêmicos voltados para atender as necessidades da sociedade no âmbito da Agenda 2030/ODS.

Conclusão

Da iniciativa com origem na Inglaterra, no século XIX, como educação continuada, destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade, a extensão universitária situa-se atualmente no campo da superação, a fim de que os saberes desenvolvidos na universidade consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente e os saberes das comunidades. Neste cenário, a Unitins vem desbravando em meio a desafios e conquistas, garantindo por meio de práticas e ações extensionistas promover da teoria (PDI) à prática o fazer acontecer da extensão universitária.

Algo a se destacar é a necessidade de sensibilização e comprometimento de toda comunidade acadêmica em suas diferentes esferas na aplicação das iniciativas que a Instituição tem buscado desenvolver por meio de diversas ações, sendo



que, assim, colocaremos em prática o principal desafio da extensão que é a construção de pontes entre academia e a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos, a inclusão social e o desenvolvimento humano atrelados a Agenda 2030/ODS.

Referências

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê. Instituto Paulo Freire, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A História da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. **Carta de Manaus**. Maio de 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. Documentos e Formulários. Disponível em: www.unitins.br/nPortal/extensao/page/show/documentos-e-formularios. Acesso em: 10 mar. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. ODS em ação. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SDG INTEGRATION. **Soluções integradas para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://sdgintegration.undp.org/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF, 2024.



LEGADO DA EDUCAÇÃO VIVÊNCIA NA EXTENSÃO: UDESC APROXIMANDO INICIATIVAS À AGENDA 2030⁷

Douglas Heidtmann Junior – (UDESC)
<https://orcid.org/0009-0006-7928-9418>

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

Paulo Freire



Considerações iniciais

A extensão universitária possibilita reflexões a partir de conhecimentos produzidos e acumulados por diversas práticas, assim como uma formação mais comprometida com as necessidades atuais na Educação Superior, envolvendo a realidade regional, nacional e internacional. A Universidade do Estado de Santa Catarina, consonante à necessidade de implementação da Agenda 2030, tem realizado esforços constantes para disseminar informações de qualidade sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)

⁷ DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap7>

e promover o engajamento da comunidade acadêmica, bem como de diversos setores da sociedade.

Considera-se que Universidades se constituem em lugares em que os ODS possam ser mais facilmente implementados, pois são “[...] instituições [que] têm papel proeminente na liderança externa, no engajamento público e participação nas tomadas de decisão em relação aos ODS, facilitando o diálogo e ações intersetoriais e ajudando a projetar políticas públicas baseadas nos ODS.” (Corbari *et al.*, 2021).

Neste sentido, os centros de educação superior da Udesc têm aderido ao Movimento Nacional ODS Santa Catarina, sendo que, no âmbito da Extensão, tais esforços têm reverberado na tentativa de alinhamento das diversas iniciativas realizadas aos ODS, a qual pretendemos demonstrar, brevemente, por meio da presente reflexão. Cabe ressaltar que nosso ponto de vista parte da Direção de Extensão, Cultura e Comunidade do Centro de Educação Superior da Região Sul (UDESC/CERES) e que, pelo fato de integrarmos o campus situado no município de Laguna, SC, a extensão realizada em tal território é apresentada como foco principal de nossa escrita. Nossa participação em eventos como o da ABRUEM, em 2023 e do SEURS, além de comissões e grupos de trabalho com diretores de extensão dos demais centros da universidade foram essenciais para que chegássemos a uma formulação própria, que pretendemos singelamente compartilhar na publicação “Extensão em Rede e Agenda 2030: aproximações, desafios e possibilidades”.



Em Florianópolis, o **Centro de Educação a Distância (UDESC CEAD)**, por exemplo, aderiu ao Movimento Nacional ODS Santa Catarina em setembro de 2021 e recebeu o **Selo de Signatário 2024**, pelo cumprimento de compromissos e alinhamento de ações aos ODS, sendo uma das apoiadoras da Semana ODS em Pauta. Dentre as ações da Udesc Cead vinculadas aos ODS em 2023, podemos citar: (1) “Laboratório de Educação Inclusiva (LedI): extensão emancipatória e inclusiva em ação”, que realizou ações cursos, oficinas e grupo de estudos, abordando questões como neurodiversidade, autismo e estudos da deficiência, além de educação e sexualidade. O programa é alinhado com os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade) e 5 (Igualdade de Gênero) e (2) “Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul: Cenário na pandemia de Covid-19” buscou conhecer as estratégias usadas pelas comunidades do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, dentre outros geoparques da Unesco, na pandemia e para o cumprimento da Agenda 2030, como tese de doutorado (**PPGPlan-Udesc Faed**) alinhada com os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 13 (Ação contra Mudança Global do Clima) e 15 (Vida Terrestre).

Em São Bento do Sul, o Centro de Educação do Planalto Norte (UDESC CEPLAN) conta com o programa ODS - Conscientização e Práticas, em que 7 projetos de extensão a serem parceiros do Movimento ODS. São elas: (1) Projeto Radiofônico – SUSTENTABILIZE-SE, como um recurso tecnológico de tele-



comunicação, que proporciona comunicação na sociedade de forma gratuita e de qualidade, para promover a socialização de informações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; (2) PODCAST - ODS NA PRÁTICA, Criação de PODCAST a partir das entrevistas do Programa Radiofônico SUSTENTABILIZE-SE. São entrevistadas pessoas que praticam ações alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS; (3) CineCoaching ‘Insights para a Vida’ Apresenta toda semana um filme curta-metragem com temáticas variadas; (4) **Design Social e Economia Solidária**, Sensibilizar a comunidade a promover a reutilização de material e assim evitar o aterro sanitário e contribuir para a sustentabilidade, de forma que um material descartado possa ser projetado para ser um recurso para outros usos, gerando a economia circular, como no caso de sacolinhas de supermercado; (5) Oficina de sabão fitoterápico reutilizando óleo de cozinha. Promover a conscientização quanto ao impacto ambiental causado pelo descarte incorreto do óleo de cozinha usado; (7) Oficina de sabonete de glicerina e mel, inspirar a produção de sabonetes de glicerina e mel, podemos contribuir com espécies de abelhas que fazem parte do fascinante mundo das abelhas sem ferrão, nativas do Brasil e conhecidas como abelhas indígenas; (8) Projeto Sanear, Fomentar a implantação de um sistema de tratamento de efluentes descentralizado com reuso de água em propriedades rurais de São Bento do Sul.



Já em Laguna, no **Centro de Educação Superior da Região Sul (UDESC CERES)**, nosso lugar de atuação, a Extensão conta, atualmente, com 19 iniciativas, sendo 3 delas programas permanentes de Extensão. São elas:

COORDENAÇÃO	TÍTULO DO PROGRAMA/ PROJETO	ÁREA DA EXTENSÃO (PRINCIPAL)
Douglas Heidtmann Jr.	Comunidade Retrô	EDUCAÇÃO
Davi Dantas	Nada é Lixo	MEIO AMBIENTE
Michelle Benedet	Gentilezas Urbanas	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
José da Silva A. Neto	Incêndio Zero: Laguna Consciente	EDUCAÇÃO
Patricia Turazzi Luciano	Desenho de Observação e Patrimônio Arquitetônico	EDUCAÇÃO
Miklos Bajay	Biodiversidade e Sustentabilidade	EDUCAÇÃO
Aline F. de Oliveira	O mundo mágico da Química	EDUCAÇÃO
Claudione F. de Medeiros	IdeAção: produzindo soluções para as cidades	MEIO AMBIENTE
Pedro V. de Castilho	Biodiversidade em foco	MEIO AMBIENTE
Christian da Silva	Cultivando o Saber	MEIO AMBIENTE
Juliano Pereira Gomes	Mulheres Guardiãs dos Saberes Etnobotânicos	MEIO AMBIENTE
Micheli Thomas	Desmistificando os animais	MEIO AMBIENTE
Patrícia Sfair Sunye	Slow Food Laguna	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
Carlos Andre Costamilan	Galinhas Caipiras	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO



COORDENAÇÃO	TÍTULO DO PROGRAMA/ PROJETO	ÁREA DA EXTENSÃO (PRINCIPAL)
Fernando Calvetti	Naturbe: Incentivo ao ecoturismo no centro histórico de Laguna	TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
Gabriela Morais Pereira	Habitar Saudável/2024	SAÚDE
Carolina Stolf Silveira	A Cidade Falada	COMUNICAÇÃO
Eric Zettermann	Dança é Vida	CULTURA
Leandro Silva Leite	Carreira Plena	TRABALHO

Extensão pode ser definida como uma ruptura de paradigmas na realidade brasileira, ao assumir o protagonismo estudantil como essencial para a Educação Superior e que leve a uma formação para além de profissional, mas também política e cidadã, transformando a universidade pública.

Como é possível observar na tabela apresentada, as iniciativas promovidas no CERES são, essencialmente, voltas às áreas de EDUCAÇÃO e MEIO AMBIENTE. Do nosso ponto de vista, tal concentração se deve ao caráter dos cursos oferecidos no campus (Arquitetura e Urbanismo e Ciências Biológicas), mas, principalmente, às características e peculiaridades do território do município e arredores. Laguna possui um centro histórico reconhecido, por meio de tombamento, como Patrimônio Cultural Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de estar localizado no interior da APA da Baleia Franca, maior Área de Proteção Ambiental do Estado, e próximo ao Parque Estadu-



al da Serra do Tabuleiro, da Reserva Biológica do Aguaí, do Parque Estadual da Serra Furada e do Parque Nacional de São Joaquim. Sua zona costeira, com praias e lagoas costeiras, bem como uma fauna marinha diferenciada, dá lugar rapidamente à planície costeira, à Serra Geral e ao Planalto Serrano das Matas de Araucária. Tal passagem peculiar que compõe o que denominamos patrimônio lagunar sul catarinense, ou seja, um patrimônio ambiental e também cultural, do qual emergem os programas de Extensão permanente do CERES, os quais atendem às demandas do território, estando, igualmente e naturalmente, em consonância com alguns ODS.

O Programa de extensão **COMUNIDADE RETRÔ: MEDIADORES DO PATRIMÔNIO** trabalha em cinco eixos (ações em projetos), a partir da EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:



1. **RETROPOLIS - DOCUMENTAR** a interação da população de Laguna (idosos) às iniciativas de ensino sobre Patrimônio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UDESC, bem como as opiniões sobre obras e projetos em andamento na cidade.
2. Projeto **RETROSCÓPIO - CONSCIENTIZAR** a população de Laguna (crianças) sobre a Preservação do Patrimônio.
3. Projeto **RETROTOPIA - INTERAGIR** com a(s) comunidade(s) da região sul de Santa Catarina, levando

conhecimento gerado em Ensino e Pesquisa, por meio de capacitação de mão-de-obra para Preservação do Patrimônio Material (edificações) e Imaterial (pesca artesanal e butiazais).

4. Projeto **RETROSCAPES - PROMOVER** resultados das iniciativas precedentes sob a forma de eventos externos.
5. Projeto **RETROSPECTÁRIO - COMUNICAR** sobre o GABINETE Museológico RAU (Coletânea Garibaldina/Acervo do colecionador/projetista suíço naturalizado brasileiro chamado Wolfgang Ludwig Rau, que está sob cuidados da Udesc Laguna).

O programa de extensão **NADA É LIXO** visa desenvolver um Sistema de Gestão Ambiental do CERES, para que se torne uma Instituição modelo de Ensino Superior no que diz respeito à gestão ambiental, auxiliando a comunidade de Laguna, principalmente, instituições de ensino municipais e estaduais, com o compartilhamento de informações dentro da Educação Ambiental, sendo composto por cinco ações:



Projeto	Objetivo
Projeto Re-Ciclagem	Reinserir no ciclo de utilização, materiais, desenvolver parcerias com catadores locais, valorizando seu trabalho e dando um destino adequado aos recicláveis do nosso <i>habitat</i> .
Projeto Organize-se: adubos e rejeitos	Promover minicursos / oficinas sobre reutilização de materiais que comumente são rejeitados.
Projeto Sensibilização Ambiental	Levar informações a fim de sensibilizar a comunidade quanto: Consumo consciente; manejo sustentável da água e dos recursos naturais; impactos ambientais /gestão dos resíduos sólidos
Projeto Lixo Marinho	Montar uma Coleção de Lixo Marinho com o objetivo de levar informações a fim de conscientizar a sociedade um problema global que é a poluição marinha por resíduos sólidos.
Projeto Pegada Consciente	Estimular uma reflexão, pelos mais variados meios educativos sobre o lixo no mar como subsídio para identificar formas de como agir diante desse importante problema ambiental; realizar caminhadas contabilizando os rejeitos coletados nas orlas das praias.



O Programa **GENTILEZAS URBANAS** visa a produção de projetos arquitetônicos, urbanísticos, de planejamento urbano e ambiental para melhoria das comunidades desfavorecidas social e economicamente. O Programa conta com 5 (cinco) ações: Casulo Urbano, Casulo Social, Casulo Ambiental, que tem como objetivo ações de educação ambiental e urbana, Observatório do Patrimônio e Projeto REC.

As 3 iniciativas permanentes brevemente descritas, bem como as demais 16 desenvolvidas, atualmente, no CERES, foram contempladas pelo Edital nº 01/2023 – “Programa de

Apoio à Extensão Universitária e Programa de Incentivo à Creditação da Extensão Universitária” – PAEX-PROCEU/UDESC, sendo coordenadas por professores(as), que dispõem de recursos e bolsas de extensão para dar suporte ao desenvolvimento das ações propostas, as quais visam o estabelecimento de uma relação dialógica entre a Universidade e a sociedade, levando em conta a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa. Desse modo, a Extensão permite a territorialização dos ODS, contribuindo com as metas da agenda 2030 e com a internacionalização da universidade via ODS.

EXTENSÃO PERMANENTE EM AÇÃO





Em 2023, quando assumimos a direção de extensão do Ceres, passamos a estimular que as iniciativas propostas no CERES pudessem demonstrar algum tipo de vínculo, especialmente, por meio de eventos internos de sensibilização. Decidimos que o formato deveria ser o de uma MOSTRA e que a mesma pudesse ser ITINERANTE, se deslocando para outros centros de Udesc e, talvez, para outras universidades do Brasil e da América Latina, em sintonia com os recentes esforços para internacionalização da Extensão. A primeira edição da MILEVE (Mostra Itinerante Legado da Educação Vivência na Extensão) ocorreu em 2023, no formato de apresentação de cartazes.



Registros fotográficos da 1ª edição do MILEVE/2023



Já na segunda edição do MILEVE (Mostra Itinerante Legado da Educação Vivência na Extensão), ocorrida em 2024, optamos por um formato de “estandes”, em que estudantes apresentavam sobre suas ações extensionistas para a comunidade acadêmica, bem como para estudantes de escolas da região e autoridades visitantes.



Registros fotográficos da 2ª edição do MILEVE/2024: Pró-reitor de Extensão da Udesc e Diretor de Extensão de Laguna



Atualmente, a efetiva participação de estudantes se alicerça nas diretrizes da extensão previstas pela Resolução CNE 07/2018 (BRASIL, 2018), também visando torná-los agentes ativos e efetivos de ações capazes de potencializar relações com comunidades e territórios, de modo crítico, organizativo e coletivo da construção de nossas Instituições de Ensino Superior.

Na realidade da UDESC, houve discussão e atualização da Política de Extensão, que rege, a Extensão Universitária, em âmbito institucional. Na sessão de 23 de abril de 2019, o CONSUNI aprova o Processo nº 352/2019, implementando a RESOLUÇÃO Nº 015/2019, que institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. À época, foi anunciado que, dentre outros resultados que a política visava alcançar, estavam (1) creditação da extensão e (5) uma nova agenda de valorização estratégica da extensão universitária na Udesc.

Portanto, estamos em meio a um prioritário processo de inserção curricular, aguardada há muito tempo. Questionamentos emergem: O que é/deve ser currículo? O que é/deve ser sala de aula? O que é/deve ser laboratório? Em nossos tempos de evolução tecnológica vertiginosa, com conhecimento fartamente disponibilizado em mídias sociais e Inteligência Artificial, a Extensão deve demonstrar que o conteúdo (conceitos) “está lá fora”, nas vivências com a sociedade civil, movimentos sociais, instituições, promovendo autonomia e protagonismo.



Ainda, se, segundo a ONU, os Objetivos e metas da agenda 2030 conseguem estimular a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, constituindo-se em um chamamento para a colaboração coletiva em âmbito mundial, nas universidades públicas, a Extensão também é a principal via de aplicabilidade de ODS para transformações significativas.

Do nosso ponto de vista, tal intenção de que ocorra a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas atividades de extensão associadas com o ensino, pesquisa e gestão institucional da UDESC Laguna e dos demais centros de educação superior da Udesc como um todo, vem sendo construída e permitindo que a instituição contribua com as metas da Agenda 2030. Desse modo, acredita-se que as atividades de extensão permitem a territorialização dos ODS, bem como visam a internacionalização da Extensão, em um fazer extensionista aproximador e vinculante, que uniformiza narrativas e amplia possibilidades de parcerias global-local com parceiros internos e externos à UDESC.



Extensão é

DEX 23/27

Legado da Educação Vivência na Extensão

DEX L.E.V.E.
 Direção de Extensão,
 Cultura e Comunidade

tem a satisfação de apresentar nossa **"CONSTELAÇÃO"** de ações contempladas pelo Edital PAEX-PROCEU Programa de Apoio à Extensão Universitária e Programa de Incentivo à Criação da Extensão com vigência de 1º de fev. de 2024 e 31 dez. de 2025

Nossa Equipe:
 Douglas Heldtmann Junior - Diretor de Extensão
 Ana Elise Inácio - Técnica Desenv. Administradora

dex.ceres@udesc.br
udesc.br/ceres/extensao

UDESC

1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E SEGURANÇA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL	3 SAÚDE E BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	7 ENERGIA ACESSÍVEL LIMPA	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
10 REDUÇÃO DAS DESIGALDADES	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 CONSUMO RESPONSÁVEL E PRODUTOS SUSTENTÁVEIS	13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL	14 VIDA NA ÁGUA	15 VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	18 IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL



Referências

BRASIL. Resolução CNE/CES 7/2018, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2011. **Diário Oficial da União, Brasília**, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018>> Acesso em 10 de março de 2025.

CORBARI, S.D.; DORADO, A.; KNISS, C.T.; FREITAS, L. **O papel das instituições de ensino superior no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/artigos-digitais/o-papel-das-instituicoes-de-ensino-superior-no-alcance-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em 10 de março de 2025.

HEIDTMANN JUNIOR, Douglas Emerson Deicke. Comunidade Retrô: luz, câmera e valorização do patrimônio cultural de Laguna-SC. **Udesc em Ação**, v. 8, p. 25, 2014

PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em 10 de março de 2025.

PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021. A Integração dos ODS. Disponível em <http://www.agenda2030.org.br/os_ods/>. Acesso em 10 de março de 2025.



OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DO FAZER EXTENSIONISTA⁸

José Fernando Andrade Costa - (UEFS)
<https://orcid.org/0000-0002-5677-0093>

Táise Bomfim de Jesus - (UEFS)
<https://orcid.org/0000-0001-5238-9554>

Saviana Matos Reis - (UEFS)
<https://orcid.org/0009-0000-0079-8591>

Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima - (UEFS)
<https://orcid.org/0000-0001-7125-2051>



Considerações iniciais

A Extensão Universitária vem sendo foco de estudos, debates e reflexões ao longo das últimas décadas. No entanto, embora esteja presente no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, ainda é comum observar muitas dificuldades para a implementação das práticas extensionistas em igualdade de condições (Deus, 2020).

⁸ DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap8>

Não obstante a luta travada em torno do Fórum de Pró-Reitoras(es) de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORPROEX), nas últimas décadas, para garantir reconhecimento e institucionalização, sabemos que a extensão não goza do mesmo status que ensino e a pesquisa, visto que não possui, seja em nível nacional ou subnacional, políticas e programas específicos para impulsionar seu desenvolvimento. Não há, por exemplo, uma secretaria no Ministério da Educação dedicada à Extensão Universitária, como há para a Educação Superior e para a Pesquisa, ou agências de fomento voltadas especificamente para a extensão.

Algumas iniciativas visam transformar esse cenário, como a obrigatoriedade de curricularização da Extensão Universitária nos cursos de graduação e o incentivo mais recente de realização de ações extensionistas nos programas de pós-graduação. Além dessas ações, tem ganhado destaque a adoção da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) como medida institucional de efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS aparecem então como uma estratégia organizativa do fazer universitário e coloca à extensão universitária questões sobre como conectar demandas locais com objetivos globais.

Para analisar os efeitos da adesão à Agenda 2030 é importante refletir não apenas sobre como tem sido a institucionalização dos ODS, mas também sobre como efetivamente a



extensão universitária tem colaborado para atingir os objetivos e metas propostos. Afinal, como podemos afirmar, por um lado, que estamos contribuindo para atingir os ODS (e quais) por meio da extensão universitária? E, por outro lado, como podemos avaliar os impactos da adesão à agenda dos ODS sobre a vocação extensionista de cada instituição?

Tendo em vista essas questões, nos propomos, neste texto, discutir os efeitos da adoção da Agenda 2030 na organização das ações extensionistas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Partimos do pressuposto de que o fazer extensão denota uma *vocação* da UEFS no território onde está inserida, no Semiárido da Bahia (Costa *et al.*, 2024), e que a adoção dos ODS permite articular criativamente a relação entre ações locais com demandas globais.

Para tanto, nesse texto vamos abordar algumas características da vocação extensionista da UEFS; em seguida, vamos discutir a adoção da Agenda 2030 enquanto estratégia institucional de organização das ações de extensão, considerando os 17 ODS da ONU e os 3 adicionais propostos pelo Brasil; por fim, vamos apresentar alguns metadados de um conjunto de Programas, Projetos, Atividades e Planos de Trabalho de Extensão da UEFS, relacionados aos 20 ODS. A partir desse estudo de caso, esperamos contribuir para o fortalecimento do papel da extensão universitária no desenvolvimento sustentável.



Vocação extensionista: fazer extensão universitária no interior da Bahia

A UEFS é a primeira universidade estadual da Bahia, autorizada em 1976, a partir do reconhecimento da necessidade de uma Universidade no Sertão voltada para o desenvolvimento regional (Santos, 2016). Instalada no território do Portal do Sertão, suas ações alcançam diversos outros territórios, com um Campus Avançado na Chapada Diamantina (CACD). Em seus quase cinquenta anos, a UEFS tem sido um polo de atração e ressonância da formação superior no interior do estado.

Nessa trajetória, a UEFS consolidou um *modo de fazer universidade*, para usar a expressão de um grupo de professores pioneiros - Cipriano Luckesi, Eloi Barreto, José Cosma e Naidison Baptista - da área de Metodologia do Trabalho Científico. A proposta metodológica desses professores, elogiada por Paulo Freire, consistia em introduzir o debate sobre a função social da universidade pública no território como um componente obrigatório de forma interdisciplinar na formação inicial de todos os cursos ofertados na UEFS (Luckesi *et al.*, 2012). Dessa experiência decorre a consolidação da UEFS como referência na região nas décadas de 1980 e 1990. A partir dos anos 2000, com o crescimento do número de cursos e o surgimento de diversos Programas de Pós-Graduação (PPG), o fazer universidade da UEFS torna-se cada vez mais ligado à formação científica especializada nas diferentes áreas de conhecimento.



Se, por um lado, o crescimento da perspectiva de pós-graduação colocou a UEFS no caminho da excelência em pesquisa, por outro lado isso não ocorreu *pari passu* ao fortalecimento da extensão. Como em praticamente todas as universidades - inclusive as que possuem forte inserção territorial - a extensão universitária, ainda vista muitas vezes como um fazer “menor”, acaba se consolidando enquanto espaço de resistência de uma proposta institucional transformadora.

A extensão é o lugar por excelência de um fazer que supera os limites das disciplinas. O conceito de extensão universitária, conforme proposto pelo FORPROEX (2012) enfatiza a interdisciplinaridade do fazer extensionista e a interação transformadora entre Universidade e comunidade. Esse aspecto é central, pois a tendência ao especialismo acaba ofuscando o potencial transformador da extensão universitária. Recorrendo à metáfora das áreas de conhecimento como ilhas de saber em um oceano de ignorância, podemos dizer que o fazer extensionista constrói pontes.

Essa reflexão acompanha a provocação feita pela professora Mercedes Bustamante, na 53ª reunião do FORPROEX Nordeste, quando chamou a atenção para o fato de que a interdisciplinaridade é cada vez mais importante para as universidades, pois enquanto o mundo possui *problemas*, as universidades têm *departamentos*. Isso não significa que podemos prescindir das formações especializadas, mas que devemos reconhecer que as respostas mais adequadas para os



problemas da atualidade derivam do esforço conjunto de diferentes atores e áreas do conhecimento.

Na experiência da UEFS, assim como de outras universidades de referência no interior do país, a capilaridade territorial é reconhecida como uma força que a distingue de outras instituições situadas nas capitais e que possuem outras forças distintas.

Se considerarmos que as Universidades são instituições que possuem enorme força atrativa de jovens provenientes de diferentes realidades e que trazem consigo suas experiências de vida e, via de regra, a motivação para fazer a diferença no mundo a partir da obtenção das melhores condições formativas que receberem, então podemos conceber que a Universidade opera com certa força centrípeta, isto é, tende a direcionar para si, para seu próprio centro, esse enorme potencial. Ocorre que o funcionamento da Universidade é, por vezes, restritivo e homogeneizante em termos de experiência discente. Uma carreira formativa é condicionada pelos limites da dimensão de Ensino, fundamental para a reprodução dos quadros técnicos necessários ao desenvolvimento social. Além disso, a Pesquisa segue, de modo geral, uma tendência de responder aos parâmetros de avaliação da pós-graduação. Cabe, então, à Extensão universitária o papel de ampliar os horizontes e estimular a Universidade a ir além de seus muros e, para seguirmos com a metáfora, aplicar uma força centrífuga, isto é, uma ação que tenha como consequência o espalhamento e difusão do



fazer universitário para seus arredores, visando o desenvolvimento territorial sustentável e socialmente referenciado. (Costa *et al.*, 2024, p. 36).

Na UEFS, uma instituição que já nasceu com forte vocação de diálogo e aproximação com a comunidade, reconhecemos e valorizamos o papel da extensão, que se faz presente no cotidiano por meio de 185 Programas e Projetos ativos (conforme Quadro 1), distribuídos entre os 31 cursos de graduação de oferta regular (dados de 2024).

Além das atividades cotidianas dos Programas e Projetos, são disponibilizadas anualmente 330 bolsas por meio do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) para estudantes desenvolverem seus planos de trabalho extensionistas, entre outras ações. Outra ação de incentivo à extensão na UEFS é o Programa Institucional de Auxílio Financeiro a Programas e Projetos de Extensão (PIAFPPEX) que disponibiliza apoio financeiro para até 40 Programas e Projetos, por ano, mediante Termo de Outorga. Mais recentemente também tem sido implementado o Programa Integrado de Extensão Universitária da Pós-Graduação no Semiárido Baiano, que envolve 18 PPG no âmbito do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de fortalecer a extensão em nível pós-graduado e articulado com a pesquisa.



O grande desafio consiste em definir como organizar da melhor maneira as ações realizadas em torno de uma agenda comum que nos permita avaliar e compreender o papel e o impacto das práticas extensionistas na UEFS. Essa agenda comum tem sido, desde 2023⁹, a adesão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Quadro 1: Caracterização das ações extensionistas ativas, em 2024

Tipo	Definição	Qdte
Programa e Projeto	Ação planejada com duração mínima de 12 meses (Projeto) ou 24 meses (Programa), coordenada por docente ou técnico universitário, que abrange um conjunto variado de Atividades e Planos de Trabalho de extensão.	185
Atividade	Ação específica de extensão, vinculada a Programa ou Projeto, com Área Temática, Público Beneficiado, Local, Modalidade e ODS definidos.	2093
Plano de Trabalho	Ação desenvolvida por estudante, com bolsa ou de forma voluntária, vinculada a Atividade de Programa ou Projeto, com duração de até 12 meses.	571



Fonte: SISTEX/PROEX/UEFS, 25/02/2025.

Organizando a extensão na UEFS: os 20 ODS

A Agenda 2030 é uma proposta global e tem sido cada vez mais adotada nas universidades. Ela permite organizar a

⁹ Os ODS já vinham operando como parâmetro organizativo de diferentes ações na UEFS, porém, a partir de 2023 foi adotado, pela PROEX-UEFS, como parâmetro comum para todas as ações extensionistas.

extensão universitária em torno de objetivos gerais do desenvolvimento sustentável e monitorar seus avanços e desafios em diferentes áreas. Os ODS são apresentados como “um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (Nações Unidas Brasil, 2025, n.p.).

A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs 17 ODS ambiciosos e integrados que visam realizar o conceito de desenvolvimento sustentável¹⁰. Frente às contradições do mundo contemporâneo, tais objetivos são como um horizonte normativo, uma utopia possível, que dificilmente será atingida no prazo estabelecido, mas que não abandona a perspectiva de convidar todos os atores à ação para que tal perspectiva se concretize. Eis que, como utopia que nos faz caminhar em direção a outro mundo possível, os ODS aparecem às instituições enquanto um importante parâmetro organizativo de suas práticas.

Na UEFS, tendo em vista a vocação extensionista e inclusiva da diversidade racial e cultural, com importante presença de povos e comunidades tradicionais¹¹, são adotados,

10 A Agenda 2030 foi pactuada em 2015 por 193 países na Conferência da ONU. Para detalhes, conferir <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

11 A UEFS possui ações afirmativas desde 2007 e abrange cotas de ingresso para estudantes de baixa renda oriundos de escola pública, pretos, pardos, indígenas, quilombolas, PCD, trans e ciganos. Além disso, é a primeira universidade brasileira a contar com uma residência universitária para estudantes indígenas, como parte das políticas afirmativas para garantir a inclusão e o acolhimento desse público durante a graduação.



adicionalmente, os 3 ODS propostos pelo Brasil: 18 - Igualdade Étnico-Racial, 19 - Arte, Cultura e Comunicação e 20 - Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

Recorremos aos 20 ODS para descrever e analisar as ações extensionistas realizadas na UEFS, considerando que trata-se de uma proposta interessante para avaliar o caminho adotado que estamos trilhando em direção à efetiva transformação da realidade por meio da extensão universitária.

Inspirados pela Conferência de abertura da nossa 18ª Jornada de Extensão, em fevereiro de 2025, proferida pela então Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), professora Ilka Serra, e nas contribuições da professora do Mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente (PPGM-UEFS) e vice coordenadora do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB-UEFS), Joselisa Maria Chaves, recorreremos às nossas bases institucionais para identificar e discutir os 20 ODS presentes nas ações extensionistas.

Podemos então verificar a atual situação por meio de duas fontes: 1) vinculação dos Programas, Projetos e Atividades de Extensão aos ODS; e 2) relação dos Planos de Trabalho de Extensão com os ODS. Na primeira temos as ações mais complexas, de médio e longo prazo, promovida por docentes e técnicos universitários; na segunda, temos as conexões mais pontuais, de curto prazo, realizadas principalmente por estu-



dantes de graduação. Combinadas, essas duas fontes de informação permitem esboçar um mosaico da relação entre ações extensionistas e a Agenda 2030 na UEFS.

É importante destacar que a adesão aos ODS enquanto estratégia de organização das ações extensionistas na UEFS não abandona a classificação por Áreas Temáticas da Extensão pactuadas pelo FORPROEX. Trata-se de uma perspectiva complementar. Também é necessário destacar que a implementação do Sistema de Gestão da Extensão Universitária na UEFS (SISTEX), em 2023, recuperou dados anteriores a esse período que, em muitos casos, não foram ainda atualizados e, portanto, constam como “Não Informado” nas tabelas e quadros a seguir. Para fins de melhor visualização proporcional das categorias, desconsideramos os casos não informados na exposição das frequências. Os números absolutos foram mantidos.



Tabela 1. Quantidade de Programas, Projetos, Atividades e Planos de Trabalho, por Área Temática, em 2024

Área Temática	Programas e Projetos		Atividades		Plano de Trabalho	
	n	%	n	%	n	%
Comunicação	7	6,25%	8	1,34%	43	7,66%
Cultura e Artes	9	8,04%	27	4,52%	42	7,49%
Direitos Humanos e Justiça	7	6,25%	32	5,35%	32	5,70%
Educação	41	36,61%	216	36,12%	195	34,76%
Meio Ambiente	8	7,14%	42	7,02%	32	5,70%
Saúde	30	26,79%	230	38,46%	177	31,55%
Tecnologia e Produção	6	5,36%	22	3,68%	26	4,63%
Trabalho	4	3,57%	21	3,51%	14	2,50%
Não informado	73	-	1495	-	10	-
Total informado	112	100%	598	100%	561	100%
Total geral	185		2093		571	



Fonte: SISTEX/PROEX/UEFS, 25/02/2025.

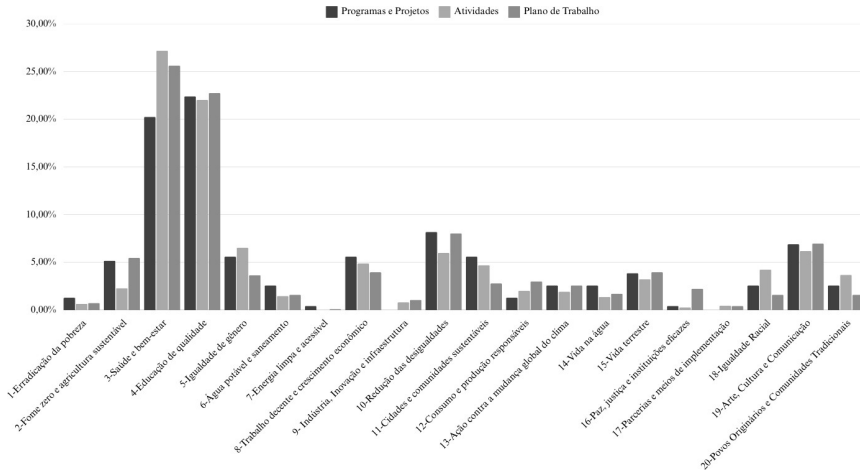
Distribuição de ações extensionistas segundo os ODS

O SISTEX-UEFS é uma ferramenta que permite aos proponentes de diferentes ações extensionistas selecionar, em uma listagem, um ou mais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável relativos à natureza da proposta apresentada. Assim, podemos ter ações extensionistas que se inserem na articulação de dois ou mais ODS.

A avaliação relativa ao melhor alinhamento a um ODS isolado ou a um conjunto combinado de ODS é realizada pelos próprios usuários, no momento do cadastro, de modo que passa a ser necessário uma apropriação técnica, pela comunidade acadêmica, da lógica da Agenda 2030. Para contribuir com a formação continuada da comunidade acadêmica extensionista da UEFS sobre os ODS, a Agenda 2030 foi o tema central nas duas últimas edições da Jornada de Extensão da UEFS. Em dezembro de 2023 a professora Dra. Joselisa Maria Chaves proferiu a palestra “A Extensão Universitária e a Agenda 2030: princípios e desafios para superação das desigualdades e a transformação social”. Em fevereiro de 2025, a professora Dra. Ilka Serra (UEMA) contribuiu com a palestra “Extensão Universitária: Os Desafios e Perspectivas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”.



Figura 1. Relação dos Programas, Projetos, Atividades e Planos de Trabalho de Extensão com os ODS, por frequência relativa, em 2024



Fonte: SISTEX/PROEX/UEFS, 25/02/2025.

Nas Figuras 1 e 2 é possível observar que os ODS 3 - Saúde e bem-estar e 4 - Educação de qualidade são os mais frequentes. Em seguida, destacam-se os ODS 5 - Igualdade de gênero, 10 - Redução das desigualdades e 19 - Arte, Cultura e Comunicação.

Por outro lado, os ODS com menor indicação de relações com as ações extensionistas foram: 7 - Energia limpa e acessível, 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, 16 - Paz, justiça e instituições eficazes e 17 - Parcerias e meios de implementação.



Esses resultados são similares a outras IES, como a UEMA¹², e indicam as características e limitações das universidades em termos de resposta prioritária às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A vocação extensionista da UEFS é baseada, prioritariamente, em uma concepção de extensão como *ação formativa*, conforme defende a professora Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima, Pró-Reitora de Extensão entre 2019 e 2024 (Lima, 2023).

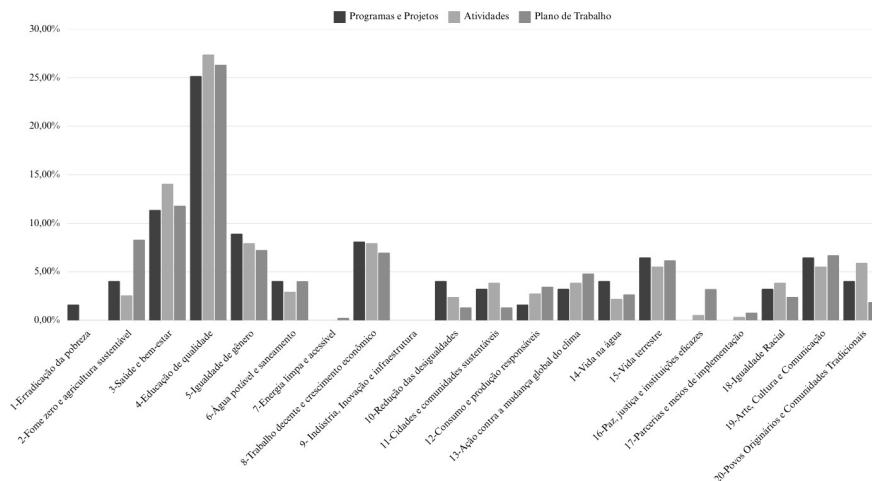
Convém ressaltar que, a partir deste levantamento, podemos identificar alguns ODS que precisam ser fortalecidos, considerando a transversalidade e integração mútua entre eles, como é o caso, por exemplo, do ODS 17.

Em termos de ações que combinam dois ou mais ODS (Figura 2), se excetuarmos o ODS 4 - Educação de qualidade (pois tal objetivo é um pressuposto da razão de ser da UEFS), temos que as principais articulações entre os ODS na extensão universitária envolvem 3 - Saúde e bem-estar, 5 - Igualdade de gênero e 8 - Trabalho decente e crescimento econômico. No caso específico dos Planos de Trabalho de estudantes, destaca-se a presença combinada do ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável.

12 Conforme apresentado na palestra proferida pela professora Ilka Serra, durante a 18ª Jornada de Extensão da UEFS. Na UEMA, mais especificamente, dos 287 projetos de extensão ativos, 78 são aderentes ao ODS 4 - Educação de qualidade e 32 ao ODS 3 - Saúde e bem-estar, enquanto os ODS 9 - Indústria, Inovação e infraestrutura e 17 - Parcerias e meios de implementação foram indicados com menor aderência.



Figura 2. Relação dos Programas, Projetos, Atividades e Planos de Trabalho de Extensão, por frequência relativa de combinação dos ODS, em 2024



Fonte: SISTEX/PROEX/UEFS, 25/02/2025.



É importante notar algumas ausências. Considerando que a combinação entre ODS pode indicar ações interdisciplinares e integradas, chama a atenção que o ODS 1 - Erradicação da Pobreza não tenha sido incluído entre as Atividades e Planos de Trabalho. Também é importante destacar que alguns ODS são mais indicados nas Atividades e Planos do que nas propostas dos Programas e Projetos, como no caso dos ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, 12 - Consumo e produção responsáveis, 13 - Ação contra a mudança global do clima, 16 - Paz, justiça e instituições eficazes, 17 - Parcerias e meios de implementação,

18 - Igualdade racial, 19 - Arte, cultura e comunicação e 20 - Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

Podemos inferir que as propostas de Programas e Projetos, por constituírem ações mais antigas, duradouras e abrangentes, tendem a se concentrar relacionadas aos ODS 3 - Saúde e bem-estar e 4 - Educação de qualidade, enquanto que as Atividades e Planos de Trabalho, por serem ações mais pontuais (geralmente com duração de 12 meses e com protagonismo estudantil), tendem a ser mais difusas e focalizar outros objetivos, sem desconectar dos eixos principais de seus Programas e Projetos.

Ao focalizar as características das Atividades, verificamos que predomina a modalidade presencial (71%) ou híbrida (22%), sendo poucas exclusivamente remotas (7%)¹³. Essa característica de difusão territorial abrange 33 diferentes municípios, com forte concentração em Feira de Santana (92,52%), mas atendendo de forma pontual a nove Territórios de Identidade do estado da Bahia¹⁴ (Tabela 2).

A concentração no Portal do Sertão se deve à localização do campus da UEFS, em Feira de Santana (com 492 atividades),

¹³ A modalidade remota passou a ser incluída nos registros institucionais a partir da Pandemia da COVID-19.

¹⁴ Com o objetivo de definir políticas a partir da realidade local, o Governo da Bahia reconhece a existência de 27 Territórios de Identidade (TI), conforme as especificidades de cada região do estado. Os TI foram definidos com base no sentimento de pertencimento das comunidades, por meio de metodologias participativas. Para maiores detalhes, conferir: <https://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>.



mas é importante destacar que o território inclui outros cinco municípios com atividades extensionistas: Amélia Rodrigues (2), Conceição do Jacuípe (1), Coração de Maria (2), Santa Bárbara (1) e São Gonçalo dos Campos (6).

Tabela 2: Relação dos Territórios de Identidade abrangidos por Atividades de Extensão, em 2024

Território de Identidade	n	%
Bacia do Jacuípe	3	0,58%
Chapada Diamantina	2	0,39%
Itaparica	2	0,39%
Metropolitano de Salvador	1	0,19%
Portal do Sertão	504	97,11%
Recôncavo	2	0,39%
Semiárido Nordeste II	1	0,19%
Sertão do São Francisco	1	0,19%
Sisal	3	0,58%
Não informado	1574	-
Total informado	519	100%
Total geral	2093	

Fonte: SISTEX/PROEX/UEFS, 25/02/2025.

Quanto ao público beneficiado (Tabela 3), temos um conjunto variado de grupos populacionais para os quais as atividades são prioritariamente destinadas. Embora a maioria indicada seja “Público em geral” ou “Outros”, é interessante destacar uma expressiva quantidade de ações realizadas com comunidades escolares, trabalhadores da saúde e comunida-

des tradicionais. Isso mostra que os esforços realizados para chegarmos mais próximos dos ODS ocorre com grupos específicos, em realidades concretas que precisam ser consideradas nas análises mais amplas.

Tabela 3. Relação dos grupos populacionais beneficiados por Atividades de Extensão, em 2024

Público beneficiado	n	%
Adolescentes 13 a 18 anos	19	3,14%
Comunidade Escolar	129	21,29%
Comunidade Tradicional	18	2,97%
Comunidade UEFS	76	12,54%
Crianças de 0 a 6 anos	3	0,50%
Crianças de 7 a 12 anos	2	0,33%
Idosos	9	1,49%
Mulheres	6	0,99%
Pessoas Com Deficiência PCD	4	0,66%
População LGBT	7	1,16%
População em Situação de Rua	1	0,17%
Público em Geral	199	32,84%
Trabalhadores Rurais	10	1,65%
Trabalhadores da Saúde	33	5,45%
Outros	90	14,85%
Não informado	1487	-
Total informado	606	100%
Total geral	2093	

Fonte: SISTEX/PROEX/UEFS, 25/02/2025.



Esses dados apresentam um panorama inicial sobre a organização das atividades extensionistas da UEFS em torno dos ODS. Com a implementação do SISTEX, ao longo do tempo teremos um quadro descritivo mais preciso e informativo. No entanto, o grande desafio não é apresentar o conjunto de ações relacionadas com os ODS, mas consiste precisamente em definir como avaliar da melhor maneira as características das ações locais específicas com os objetivos mais amplos da Agenda 2030. Afinal, como podemos dizer com segurança que estamos avançando em direção à conquista de uma Educação de qualidade para todos, sendo que a realidade concreta das comunidades escolares é muito heterogênea? Para responder a essa pergunta, teremos de seguir buscando formas de avançar em direção à análise das metas e indicadores produzidos em torno dos ODS. Tal análise começa com a descrição aqui apresentada, mas escapa aos limites do presente artigo, embora permaneça como nosso horizonte para o futuro.



Conclusão

Acreditamos que estamos avançando, na UEFS, em direção ao fortalecimento da extensão universitária com a inclusão dos 20 ODS e com a adoção de espaços de formação sobre a Agenda 2030 nos últimos anos. Como vimos, a vocação extensionista que nos caracteriza pode ser articulada com a lógica dos ODS, revelando limites e possibilidades. Observamos que a ênfase recai principalmente sobre ações em Educação

e Saúde, mas existem também ações combinadas, possivelmente integrando dois ou mais objetivos. Além disso, a análise mostra alguns pontos de fragilidade que podem ser focalizados e precisam ser acompanhados.

Uma possibilidade concreta tem sido a integração entre Extensão e Pesquisa, por meio da valorização da relação entre universidade e comunidade, característica constituinte da vocação extensionista da UEFS e que pode ser beneficiada pela adoção dos ODS como forma organizativa das ações desenvolvidas. Nesse sentido, nos inspiramos no papel que as Ciências Ambientais já vêm desempenhando uma articulação em rede, com destaque para os resultados produzidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Modelagem e Ciências da Terra (PPGM) e do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (Prof-CiAmb) (Chaves *et al.*, 2023).

Reconhecemos que ampliar as discussões internas sobre os ODS e as articulações possíveis entre Extensão e Pesquisa, assim como entre Extensão e Ensino, consiste em um dos desafios postos para a formulação da Política de Extensão Universitária da instituição. No caso da UEFS, tal política encontra-se no momento em processo de revisão e atualização.

Esperamos que o relato aqui apresentado possa contribuir de algum modo para o fortalecimento da extensão em outras instituições, seja em relação aos nossos acertos ou di-



ficuldades apresentadas. Acreditamos que o horizonte do desenvolvimento sustentável é sobretudo uma oportunidade para somar esforços, estreitar o diálogo e buscar soluções em rede.

Referências

CHAVES, Joselisa Maria; TARGA, Marcelo dos Santos; MENEZES, Carlyle Torres Bezerra; SANTOS, Robson dos; FORTES NETO, Paulo; AGUIAR, William de Moura; NOLASCO, Marjorie Csekö. Construindo pontes entre programas de pós-graduação e a Agenda 2030 [Cluster 10]. In: Carlos Cioce Sampaio; Arlindo Philippi Junior; Maria do Carmo Sobral. **Impacto das ciências ambientais na Agenda 2030 da ONU**: volume II. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2023, p. 308-324. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786587773537>. Acesso em 21 fev 2025.

COSTA, José Fernando Andrade; LIMA, Rita de Cássia Brêda Mascarenhas; REIS, Saviana Matos; OLIVEIRA, Simone Souza. A cabeça pensa conforme onde os pés pisam: valorizar a capilaridade da extensão universitária como meio de transformação da Sociedade e da Universidade. **Revista de Extensão UNITAU**, Edição especial ABRUEM: A capilaridade da extensão universitária: o papel das universidades estaduais e municipais, 2024, p. 31-39.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária**: trajetórias e desafios. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/26144>. Acesso em 21 fev 2025.

LIMA, Rita de Cássia Brêda Mascarenhas. **Formação docente e autoformação**: um olhar sobre as experiências e contribuições do projeto de extensão “Leitura itinerante” - uma alternativa de mobilização de leitores. Artigo de promoção



na carreira docente para Professor Titular. Departamento de Educação. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2023.

LUCKESI, Cipriano; BARRETO, Eloi; COSMA, José; BAPTISTA, Naidison. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **Uma aventura universitária no sertão baiano:** da faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.



OS PROGRAMAS DE EXTENSÃO NA UNEAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹⁵

Sanadia Gama dos Santos (Uneal)
<https://orcid.org/0000-0003-3001-1889>

A extensão universitária é um dos pilares da indissociabilidade, junto ao ensino e à pesquisa, conforme artigo 207 da Constituição Federal do Brasil. Nesse sentido, é importante ressaltar a sua natureza de ordem política, pedagógica e filosófica, articulada a uma *práxis* educativa da ação-reflexão-ação e pautada nos princípios da horizontalidade dos saberes, da formação processual, da interação dialógica e da relação universidade e sociedade.

Sendo assim, é relevante afirmar o lugar e o papel de atuação da extensão universitária no conjunto das instituições de ensino superior no Brasil, que se categoriza e colabora para a efetividade de uma Universidade equitativa, participativa e atuante.

¹⁵ DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap9>



Nessa perspectiva, a Uneval no conjunto de seus programas e projetos institucionais realizou a adesão junto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), num profundo exercício de garantir a inserção de todas as suas ações alinhadas às metas da Agenda 2030 da ONU.

Este capítulo pretende descrever as ações de dois programas de extensão: a Universidade Aberta à pessoa idosa (UNAPI) e o Programa de Formação para Organização e Planejamento de Tempos e Espaços para o Brincar (PROBRINCAR), da Universidade Estadual de Alagoas, bem como sua atuação junto às populações e impacto local no território, como também seus alinhamentos e entrecruzamentos nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- agenda 2030 da ONU.

Os ODS consistem em um plano de ação, para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, de modo a concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas.

Neste sentido, a agenda ODS 2030 da ONU prevê 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas que demonstram a escala e a ambição desta agenda universal. São integrados e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Desse modo, a regulamentação da extensão universitária, conforme resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para extensão do sistema



de educação nas instituições de educação superior brasileira, destaca e identifica muitos dos princípios, diretrizes e objetivos propostos pelos ODS à Universidades, e que são base para implementação dos ODS nas IPES.

Os ODS na Extensão Universitária

Em termos de concepção e prática das diretrizes da Extensão na educação superior, o artigo 6º da Resolução 07/2018 CNE pauta a importância da contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável.

Para os ODS, os organismos internacionais procuram as universidades por entenderem seu protagonismo em torno da produção, difusão e socialização do conhecimento, em interlocução com outros segmentos da sociedade, permitindo a troca de saberes, afirmação ampliada dos estudantes, com ações voltadas aos problemas da sociedade, atenta às dimensões da sociedade e atenta às dimensões social, econômica, cultural e ambiental, capaz de promover mudanças e transformações em ambientes das realidades.

Os programas de extensão na Uneal: alinhamento a agenda 2030 e compromisso com os ODS

Partindo da natureza e da atuação da Uneal no estado de Alagoas, deve-se compreender que a instituição possui



presença marcante na maior parte do interior do estado, em diferentes territórios, o que caracteriza como uma universidade comprometida com a educação no interior do estado, que dialoga e serve diferentes sujeitos e é sensível às demandas das suas regiões de atuação.

Em se tratando da Agenda 2030, importante apresentar dois grandes programas de extensão da Uneval que possuem atuação em diferentes territórios do estado e abrangem públicos específicos, dentre eles estão a Unapi- Universidade Aberta à Pessoa Idosa, com atuação em Maceió e Palmeira dos Índios. Criada em 2018, a Unapi. O Programa de Extensão na Uneval que existe no Campus III em Palmeira dos Índios, desde o ano de 2018, quando era denominado de Projeto de Extensão Terceira Idade na Universidade, no ano de 2023, o Conselho Universitário da Uneval aprovou a Resolução N.º 002/2023- CONSU/UNEAL, de 18 de abril de 2023, que dispõe sobre a criação do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa - UNAPI da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL e dá outras providências. Durante a ação extensionista se permite à pessoa idosa o direito de se integrar à Universidade numa perspectiva intergeracional, participando ativamente das ações propostas, de acordo com seu ritmo de vida e interesses pessoais e sociais.





Unapi

Universidade Aberta à Pessoa Idosa

Fonte: Ascom Uneal

As ações do programa junto a pessoas idosas são de Educação Permanente trabalhando as várias temáticas como: envelhecimento humano, direito e cidadania, saúde e qualidade de vida, letramento digital, arte-educação entre outros conforme intervenção e proposição dos/as alunos/as idosos/as com a oferta, no ano de 2023, do curso “Envelhecimento Ativo: aprendizagem ao longo da vida”. Importante destacar que, nesta edição foi feita uma ampliação do Programa dando condições de implementar em mais um Campus da Universidade, localizado em Maceió.

Nesta perspectiva, a Universidade Estadual de Alagoas, desde o ano de 2018 vem desenvolvendo ação extensionista junto à população idosa, denominada Projeto 3ª Idade na Universidade, com a oferta de cursos anuais de extensão na cidade de Palmeira dos Índios onde está localizado o *Campus III* da Uneal, em atendimento a legislação brasileira que define a inclusão, nos diversos níveis de ensino, conteúdos voltados



ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, visando reduzir o preconceito assim como que instituições de educação superior possam ofertar ações formativas sobre educação ao longo da vida.

Longevidade e envelhecimento: algumas reflexões

Segundo Bezerra e Neta (2020), a longevidade média da população mundial e brasileira tem crescido muito durante o último século. A quantidade de pessoas acima de 60 anos vem aumentando de maneira significativa. Dessa forma, estas pessoas idosas têm participado de forma ativa na sociedade. O período da vida que se caracteriza como velhice, somente é compreendida pelo conjunto da sociedade a partir da relação que se estabelece entre os diferentes aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Essa interação institui-se de acordo com as condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais na qual o indivíduo está inserido, pois produzem diferentes representações sociais da velhice e também do idoso.

Segundo a Constituição Federal Brasileira, a pessoa “velha” ou mais conhecida pela expressão idosa, é definida com a chegada dos 60 anos, independentemente de seu estado biológico, psicológico e social. Entretanto, o conceito de idade é multidimensional, pois idade e o processo de en-



velhecimento possuem outras dimensões e significados que ultrapassam as dimensões da idade cronológica.

Muitos são os estudos e pesquisa que mostram os avanços significativos de qualidade de vida e contribuições para o envelhecimento ativo de idosos ao participarem de programas e ações educacionais. Duay e Bryan (2006 apud Scoralick-Lempke & Barbosa, 2012) afirmam que, além de ser uma forma de exercitar a mente, a aquisição de aprendizagens na velhice permite novas experiências sociais, transformando-se como uma estratégia de enfrentamento frente às perdas que ocorrem nessa fase da vida e como uma forma de lazer e obtenção de prazer. Segundo Webber e Celich (2007), a educação de pessoas idosas contribui na ressignificação das experiências anteriores a esta fase da vida e, principalmente, das vivências experimentadas durante o curso de vida. Assim, o envelhecimento assume significados diferentes, permitindo que o idoso reveja seu projeto de vida, seus ideais e expectativas, fazendo com que experimente maior liberdade, expresse-se de forma autônoma e exerça sua cidadania.

Nesse sentido, surge no Brasil, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, sancionado em 1º de outubro de 2003, como resultado de discussões e agravantes da população que compreende a idade superior a 60 anos. O Estatuto prevê a garantia de direitos dos cidadãos com idade superior a 60 anos nas áreas da Saúde, Habitação e Transportes Coletivos.



Também há um tratamento específico para os casos de violência e abandono, bem como para as Entidades de Atendimento ao Idoso e nas ações de Educação Lazer, Cultura e Esporte.

A UNAPI e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em se tratando de agenda 2030, a Universidade Aberta à Pessoa idosa (UNAPI), pode-se afirmar que está alinhada à meta 4- Educação de qualidade, por ser um Programa de Extensão com viés educativo e na formação das pessoas idosas, também abrange outros objetivos da Agenda 2030, em seu conjunto de ações oferecidas pela Uneal.

Importante ressaltar que o envelhecimento da população é um desafio global e está ligado ao ODS 10, que visa reduzir as desigualdades dentro e entre os países. Nesse sentido, garantir que os idosos tenham acesso a recursos e oportunidades é fundamental para combater a exclusão social e a discriminação relacionada à idade.

Em termos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a UNAPI se alinha também ao objetivo 4- Educação de qualidade, como também o ODS 3- Boa saúde e bem-estar. E na meta 3.2 que consiste em promover o bem-estar, referindo-se à necessária promoção da saúde para toda a população, mas especialmente para as pessoas idosas, que independentemente de suas condições de autonomia ou dependência, precisa usufruir de uma velhice com bem-estar.



Dentre as dez iniciativas reconhecidas, a Uneal se destaca por seu compromisso com a inclusão, inovação, sustentabilidade e o fortalecimento da infraestrutura educacional. As ações já fazem parte da rotina acadêmica e corroboram a missão da universidade em proporcionar uma educação de qualidade, com foco no impacto social.



Foto: Ascom Uneal (2025)

Dentre as dez iniciativas reconhecidas, a Uneal se destaca por seu compromisso com a inclusão, inovação, sustentabilidade e o fortalecimento da infraestrutura educacional. As ações já fazem parte da rotina acadêmica e corroboram a missão da universidade em proporcionar uma educação de qualidade, com foco no impacto social.

O Probrincar

Os dois programas, tanto o Probrincar como a Unapi, contribuem de maneira significativa na vida das pessoas, fortalecendo o tripé indissociável entre o ensino e a pesquisa, como também fortalece o território e inclui significativamente populações que carecem de políticas públicas efetivas para a qualidade do IDH e do desenvolvimento sustentável.

O Programa de Formação para Organização e Planejamento de Tempos e Espaços para o Brincar (PROBRINCAR) é um programa da Extensão da Unesp, vinculado ao Curso de Pedagogia do *Campus I*, que teve a primeira edição iniciada em agosto de 2020 e, devido ao sucesso de sua execução, tornou-se um programa permanente que acontece em modalidade online e destina-se a promover orientações técnicas para instituições sem fins lucrativos interessadas em montagem de brinquedotecas, bem como a formação dos estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia e demais pessoas da comunidade interessados na aprendizagem, experimentação, socialização e construção da cultura lúdica.

O Programa compõe um conjunto de ações articuladas, tais como: Consultoria para criação de brinquedotecas, Curso sobre brinquedotecas e brinquedistas, Curso de formação de professores da Educação Infantil “Brincando com as palavras”, Oficina para construção de brinquedos; Exposição de artes plásticas e artesanato com o tema “Brinquedos e Brin-



cadeiras”; “Semana do Brincar” em Instituições de Educação Infantil e um Programa de Rádio para socialização de “Experiências do Brincar” em contextos escolares e não escolares.

O PROBRINCAR promove a formação de professores e acadêmicos de pedagogia, reforçando o brincar como um direito fundamental da criança e um elemento essencial no processo de aprendizagem. As ações do programa atendem à meta 4.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de qualidade), garantindo que mais crianças tenham acesso a um desenvolvimento infantil adequado.

Dentre suas ações, o programa oferece anualmente a Semana do Brincar, promovida pela Brinquedoteca do Campus I da Uneal, em Arapiraca.



Foto: Ascom Uneal (2025)

Dentre as iniciativas do programa, a Semana do brincar é o destaque, pois acontece durante toda a semana e é promovida pela Brinquedoteca do *Campus I*, em Arapiraca. O evento faz parte de uma campanha mundial de sensibilização sobre a importância do brincar e oferece oficinas de construção de jogos, contação de histórias e atividades para crianças e adolescentes.

A Uneal também mantém espaços voltados ao lúdico no *Campus V*, em União dos Palmares. A brinquedoteca atende crianças da comunidade e serve como laboratório para os estudantes de Pedagogia, que aplicam práticas pedagógicas baseadas na ludicidade.

Já a ecobrinquedoteca, iniciativa voltada para a sustentabilidade, promove oficinas para a confecção de brinquedos com materiais recicláveis, unindo o brincar à educação ambiental.

A infância, a criança e o brincar são temas que se entrelaçam e são importantes para a nossa reflexão. Valorizar o brincar significa oferecer espaços e brinquedos que favoreçam a brincadeira, a investigação e aprendizagem sobre as pessoas e o mundo. Para tanto, é fundamental o desenvolvimento da dimensão brincante e brincalhona de profissionais que garantam o direito ao brincar e a brincadeira. Esse é o papel do Programa de Formação para Organização e Planejamento de Tempos e Espaços para o Brincar - Probrincar.



Esta iniciativa surgiu do interesse em atender necessidades formativas dos futuros pedagogos e da formação continuada de professores em exercício, das demandas da comunidade, explícitas nas solicitações de associações comunitárias com o objetivo de obter orientações técnicas para montagem de brinquedotecas, nas solicitações de escolas e instituições de Educação Infantil para realização de palestras sobre a importância do brincar, organização do espaço físico, dos brinquedos e materiais para bebês e crianças pequenas.

A relevância do Probrincar consiste na criação de espaços e formação de profissionais que possibilitem a aprendizagem, experimentação, socialização e construção da cultura lúdica.



O brincar nos espaços públicos

A importância de compreender e incentivar o planejamento e a organização de tempos e espaços para o brincar das crianças surge no momento em que a infância vem sofrendo grandes transformações, com a precocidade de sua duração. Nesse sentido, ao entender as manifestações lúdicas, compreendemos, em parte, o que vem ocorrendo com a infância.

De acordo com Almeida (2017), as mudanças urbanísticas, sociais, educacionais, econômicas e políticas ocorridas ao longo da história alteram significativamente a estrutura de vida familiar. Para o autor, o lúdico precisa estar presente no espaço de casa e também em espaços públicos, promovendo

uma relação entre pares e a apropriação de espaços possíveis para brincar.

[...] são poucos os ambientes em que adultos aceitam e estimulam o brincar infantil, sem encará-lo como “negativo”. Quando observamos alguns espaços públicos onde há crianças brincando, é muito comum ouvirmos frases como: “Fiquem quietos!”, (Almeida, 2017, p.39)

Essa observação remete a constatação de que em meio a avanços e retrocessos as práticas e as políticas voltadas à infância tomam ou desconsideram o brincar enquanto direito fundamental da criança, desde a Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela ONU em 1959. Essa problemática torna-se mais grave para as crianças que têm dificuldade de encontrar espaços, meios, profissionais e companheiros com iguais interesses para cumprir seus objetivos lúdicos (Almeida, 2015).



O brincar na escola

O brincar está presente em todo o mundo, em todas as culturas e em todas as classes sociais, sendo em diferentes contextos o elemento integrante da vida social de qualquer criança. (Mascioli, 2008)

O brincar é considerado o mais saudável ato e um dos melhores instrumentos de aprendizagem; torna a criança pro-

pensa a descobrir o novo e a leva a adentrar no universo real ou imaginário, tomando o adulto com exemplo e o colocando como imitador, transformando no seu imaginário situações, as quais ela ainda não tem maturidade emocional para viver na realidade; o brincar é uma necessidade básica, bem como uma experiência significativa e construtiva que a criança precisa desfrutar na sua infância.

De acordo com Sávio (2017), o brincar não é apenas necessidade, é direito das crianças. Aparece na Declaração sobre os Direitos das Crianças, instituída pela Organização das Nações Unidas, de 1989, quando, com o artigo 31, é sancionado o direito de brincar. A afirmação do direito da infância em brincar isto implica que é dever daqueles que desenvolvem papéis educativos em particular, de preservar tal direito, significa reconhecer a necessidade de acolhê-la e apoiá-la e de criar um contexto educativo favorável a ela.



O brincar na brinquedoteca

Friedmann (1996), define brinquedoteca como um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos, dentro de um ambiente especialmente lúdico, aconchegante, farto em variedade de brinquedos, com tais recursos, quando a criança entra neste ambiente ela é levada por sua imaginação a explo-

rar cada cantinho, bem como aproveitar cada segundo neste envolvente lugar, preparado exclusivamente para ela.

Segundo Moraes (2011), as brinquedotecas podem ser escolar, circulante ou itinerante, terapêutica, hospitalar e universitárias.

Considerações finais

A partir das descrições trazidas, vemos que ambos os programas de extensão apresentados e alinhados a agenda 2030, apresentam impactos relevantes na vida da comunidade, o que tornam as metas do milênio e nos ODS a importância e reconhecimento de seu impacto social

Isto acontece porque no fazer extensão em toda a sua diretriz e natureza, a ação direta da Universidade junto às pessoas e famílias mostra como é necessária para o conjunto do tripé acadêmico, entre o ensino e a pesquisa.

No entanto, vale ressaltar que o lugar conceitual da extensão ainda possui limites por parte da comunidade acadêmica, pois a exigência da Resolução normativa 07/2018 nos empurra a um movimento mais amplo que herda em nossas formações acadêmicas e trajetórias profissionais, uma profunda ausência de práticas extensionistas no conjunto da Universidade.

Isso vislumbra a necessidade urgente de pautarmos e alinharmos as metas da ODS no conjunto da inserção curri-



cular dos cursos e a refletir como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um instrumento necessário para a compreensão da força que a extensão universitária possui de contribuição para a sociedade, vislumbrando o protagonismo do estudante e sua profissionalização, sob um viés emancipatório, social, humano, equitativo, com justiça e cidadania plena.

A agenda 2030 é um importante guia para encontrar formas de atuação conjuntas frente às crises, tendo a Educação como eixo central, para demonstrar a cooperação regional e a produção compartilhada de conhecimento como forma de superação de crises e de desafios enfrentados, criando uma consciência para além das delimitações territoriais. Nesse contexto, as universidades, por meio de suas iniciativas precisam estar preparadas para formar pessoas socialmente comprometidas e atuar na luta contra as desigualdades regionais e os preconceitos que perpassam a América Latina.



Referências

ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro de. O Brincar, a criança e o espaço escolar. In: A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola / Luciane Maria Schindwein, Ilana Laterman, Leila Peters (Organizadoras). - Florianópolis : NUP, 2017.

BRASIL LEI Nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução 07 de 18 de dezembro de 2018.

DIAS, M.S. Brincando na cidade, crescendo em cidadania: um estudo sobre os parques infantis em Barcelona, Espanha. *Oculum ensaios*, v.14, n.3, p.501-522, 2017.

FRIEDMANN, A. Brincar: crescer e aprender. O resgate da cultura infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

FORPROEX. Censo Nacional da Extensão. Disponível em <https://form.jotform.com/231118053777658>. Acesso em 26 de agosto de 2024.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; Diferentes tipos de brinquedoteca. In: FRIEDMANN, Adriana. O direito de brincar: a brinquedoteca. 4. ed. São Paulo: Edições sociais, 1998.

MASCIOLI, Suselaine A. Zaniolo. Brincar: um direito da infância e uma responsabilidade da escola. In: ANGOTTI, Maristela (org.). Educação infantil: para que, para quem e por quê? Campinas/SP: Editora Alínea, 2008.

UNEAL. RESOLUÇÃO N.º 012/2021-CONSU/UNEAL, de 17 de setembro de 2021. Disponível em www.uneal.edu.br/resoluções.



PET SAÚDE: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DO SUS¹⁶

Vivlyann Alessandra Alves Bandeira –(Unéal)
<https://orcid.org/0009-0003-3602-3124>

Ewila Wilyams Deodato Alves- (Uncisal)
<https://orcid.org/0009-0005-7911-3538>

Maria Eduarda Gomes da Silva Galvão-(Uncisal)
<https://orcid.org/0000-0002-6833-5478>

Kelyane Joice Nascimento Montenegro - (Uncisal)
<https://orcid.org/0009-0004-4544-768X>

Natália Silva Ferreira - (Uncisal)
<https://orcid.org/0009-0009-0419-5806>

Simone Stein - (Uncisal)
<https://orcid.org/0000-0002-0989-3349>

Renata Cardoso Couto-(Uncisal)
<https://orcid.org/0000-0001-7242-3916>

Considerações iniciais

A Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado,

¹⁶ DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODSscap10>



estabelecendo as bases para o Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde). Fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, o SUS tem como objetivo garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade para toda a população, sem distinções socioeconômicas e/ou geográficas. Sua implementação representa um marco nas políticas públicas de saúde no Brasil, mas sua efetividade depende da atuação de profissionais comprometidos com esses princípios e com as necessidades reais da população.

Dentro desse contexto, os projetos de extensão universitária se destacam como uma resposta da academia às demandas sociais, promovendo a integração entre ensino, serviço e comunidade. Saviani (1987) pontua que a extensão universitária, quando articulada com o ensino e a pesquisa, deve ser baseada em uma interação dialógica e transformadora, envolvendo a comunidade externa. Essa abordagem é relevante, pois permite a construção do conhecimento científico de forma colaborativa e contribui para o processo formativo dos estudantes.

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) surge como uma importante estratégia para integrar o ensino acadêmico à prática profissional no SUS. Desde a sua criação, em 2008, através da Portaria nº 1.802¹⁷¹, o pro-

17 BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.802, de 26 de agosto de 2008**: Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET - Saúde. Brasília, 2008

grama configura uma importante parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação com o objetivo de atender a responsabilidade constitucional de incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como de ordenação da formação de recursos humanos para a área da saúde, atrelado a outras políticas nacionais, tais como a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, de 2004, que busca justamente a formação continuada de trabalhadores na área da saúde, bem como a instituição de novas diretrizes para sua implementação, inclusive com vistas a interprofissionalidade e interdisciplinaridade, em um diálogo entre profissionais e áreas diversas.

Para tanto, a Equidade se mostra um princípio de ordem essencial para a concretização dos ditames constitucionais, intrínseco à estruturação do SUS e, nesse âmbito, essencial para compreender as desigualdades que incidem sobre todos os que integram o referido sistema, buscando o alcance da justiça social em uma lógica de desenvolvimento sustentável que assegure o bem de todos.

Metodologia

O presente trabalho configura um estudo exploratório-descritivo pautado na abordagem qualitativa, por meio da pesquisa de artigos acadêmico-científicos vinculados à temática, no banco de dados da plataforma *Scientific Electronic*



Library Online (SciELO), com ênfase para os descritores “PET Saúde”; “Equidade”; “Extensão Universitária” e “EPS”, utilizados unicamente no idioma português.

Ademais, o estudo foi desenvolvido a partir da análise de integrantes de um dos grupos que compõe o grupo geral PET Saúde desenvolvido pelas duas instituições públicas estaduais de Alagoas, quais sejam, a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), a partir da observação contemplativa e vivências experienciadas nas atividades do projeto, tendo como objeto analisar a incidência do PET, incorporado à extensão universitária, enquanto meio de promover a equidade no SUS, por meio da lógica da educação permanente em saúde, visando a construção de um sistema de saúde mais equânime e de uma sociedade menos desigual voltada para o respeito às diversidades.



As atividades extensionistas na Universidade

A Resolução CNE/CES N° 7 de 18 de dezembro de 2018¹⁸, estabelece que a Extensão na Educação Superior Brasileira, sobretudo nas Universidades, deve seguir princípios e diretrizes específicas com o objetivo de promover a interação entre o ensino superior e as demais esferas da sociedade através da

18 BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES N° 7 de 18 de dezembro de 2018**: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018.

aplicação social dos conhecimentos adquiridos na academia como forma de devolutiva à comunidade. Essas atividades extensionistas devem ser edificadas sobre as modalidades de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços e devem, também, constar na matriz curricular de modo que contribua para o aprimoramento da formação profissional e cidadã do estudante.

Seguindo o elemento supracitado, para além do exposto, é imprescindível a compreensão da trajetória que a extensão percorreu até alcançar as características atuais. Fontenele (2024) elenca que desde 1988 essa modalidade ocupou lugares onde não recebia sua devida valorização - embora haja a exigência da academia de uma formação integral do estudante sem a dissociação da pesquisa, ensino e extensão - e, após muita luta do setor educacional, essa categoria alcançou a curricularização. Portanto, a Extensão Universitária deve visar, sobretudo, atuar sob princípios éticos e na construção de um conhecimento atualizado, condizente com a realidade, democrático e equitativo que acompanhe os ganhos adquiridos pelo setor da educação ao longo de décadas.

Desta maneira, as práticas desenvolvidas permitem a elaboração de ações voltadas às necessidades específicas do grupo trabalhado, possibilitando, assim, a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. Isso é possível, pois essas atividades permitem um diálogo entre a população e os extensionistas, permitindo a identificação das queixas a serem trabalhadas,



abrangendo diversos campos, uma vez que a Extensão Universitária é composta por estudantes de diversas áreas.

Segundo Bail *et al.* (2023), as experiências vividas através das atividades de extensão corroboram para formação mais humanizada do aluno, permitindo que ele desenvolva um senso de cidadão, pautando sua vida profissional em conceitos mais humanos. Além disso, essas experiências permitem que o aluno desenvolva seu senso crítico, questionando os conceitos já existentes, desenvolvendo pesquisas, bem como abre espaço para que identificar problemas e desenvolver estratégias para resolvê-los, ampliando suas habilidades de trabalhar em grupo, sua imaginação para lidar com os desafios que surgirem durante sua vida profissional. Assim, torna-se possível que a tríade ensino, pesquisa e extensão, exigida pelas universidades, continue existindo.

Embora seja comprovada, por meio de estudos, que a extensão nas universidades promovem não só aperfeiçoamento da formação acadêmica, mas também aumentam a possibilidade de intervenções na sociedade através das aplicações das teorias estudadas em sala, essa modalidade encontra diversos desafios para sua efetivação. Nessa perspectiva, um dos obstáculos encontrados é a dificuldade de recebimento das atividades pela população por estas serem elaboradas e promovidas por estudantes trazendo a reflexão acerca do senso comum e seu olhar sobre os discentes.



Somado a isso, Santana *et al.* (2021) abordam outros desses desafios, os quais são evidenciados na pouca adesão voluntária dos discentes por causa da falta de conhecimento das atividades, nas divulgações falhas dos projetos existentes tanto na universidade quanto na comunidade, nas reduzidas atividades de extensão voltadas para a promoção da saúde e campos variados de atuação dos extensionistas, além do engajamento escasso por parte dos próprios educadores em captar esses estudantes.

Desse modo, a fim de mitigar esses desafios, faz-se necessário um incentivo ao engajamento na Universidade por meio de disponibilização de recursos que tornem as atividades atrativas para o corpo docente e discente e consequentemente contribua para a ampliação da promoção da equidade, uma vez que esse engajamento é necessário para que essa promoção aconteça.

Partindo desse panorama, é fundamental explorar como a extensão pode contribuir com a Agenda 2030 estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁹ que faz parte de uma proposta global de compromisso sustentável com a sociedades atuais e as futuras permeada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornando-se semelhante aos princípios e diretrizes da extensão no que tange ao envol-

19 BRASIL. Nações Unidas. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. [S. l.: s. n.]: 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel> . Acesso em: 28 fev. 2025.

vimento social (Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade, 2024).

Esse diálogo entre a extensão e os 17 ODS é imprescindível para que seja possível a associação entre objetivos, indicadores e metas propostas pela Agenda com as produções oriundas das trocas dos discentes com a comunidade. Dessa forma, a extensão possibilita o desenvolvimento de atividades que podem fortalecer a democracia e transformar a sociedade de maneira sustentável e equitativa através de ações que combatem a pobreza, promovem a conscientização do consumo inteligente de recursos não-renováveis e compartilham informações pertinentes à saúde, cultura e política aproximando a sociedade das metas estabelecidas pela Agenda.



PET Saúde Eequidade 2024/2026 e a valorização dos trabalhadores e futuros trabalhadores do SUS

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET Saúde, instituído no ano de 2008 mediante a Portaria nº 1.802²⁰, tem como propósito fortalecer a conexão entre ensino, serviço e comunidade, promovendo uma formação acadêmica alinhada às demandas reais da população. A iniciativa insere estudantes da área da saúde em atividades práticas no Sistema Único de Saúde (SUS), proporcionando uma experiência imersiva nos desafios desse sistema público. Assim, o PET se

²⁰ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.802, de 26 de agosto de 2008**: Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET - Saúde. Brasília, 2008.

estabelece como um mecanismo essencial para a qualificação profissional, ampliando conhecimentos teóricos por meio de vivências enriquecedoras e estimulando a interdisciplinaridade, além de incentivar a colaboração entre os profissionais da área.

Mais do que uma atuação acadêmica, o programa constrói um elo entre o conhecimento universitário e as exigências emergentes da realidade social e sanitária. A experiência prática incentiva os estudantes a refletirem criticamente sobre a saúde coletiva, contribuindo ativamente para a melhoria do serviço público. Esse modelo de ensino-aprendizagem aprimora a formação dos futuros profissionais enquanto fortalece a rede de atenção à saúde pública, impactando positivamente o atendimento à comunidade.

Além de oferecer uma base acadêmica robusta, o PET desempenha um papel estratégico na qualificação dos serviços prestados à população, visto que a participação dos estudantes em atividades supervisionadas possibilita uma troca de saberes entre a academia e distintos setores de saúde, resultando em práticas mais humanizadas e eficazes. Essa interação não só aprimora a formação discente, como também eleva a qualidade das práticas assistenciais, promovendo uma abordagem integral no cuidado à saúde.

Ademais, a iniciativa também impulsiona reflexões sobre os desafios do SUS, incentivando os participantes a



desenvolverem soluções inovadoras para a melhoria da assistência. Dessa forma, consolida-se como uma ferramenta de integração entre ensino, serviço e sociedade, criando um ciclo contínuo de aprendizado, aplicação prática e transformação social, contribuindo significativamente para um sistema de saúde mais inclusivo e eficiente.

Paralelamente, a 11ª edição (2024/2026) do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde ao trazer para o seu centro a Equidade, destaca a necessidade de uma abordagem integrada para o bem-estar dos trabalhadores do sistema, com foco, sobretudo, na valorização da saúde mental dos profissionais considerando que questões como carga horária, condições laborais, relações interpessoais e suporte organizacional - ao se levar em conta as situações de desigualdades latentes no corpo social - impactam diretamente o bem-estar psicológico desses servidores.

Diante disso, desempenha um papel crucial ao implementar ações preventivas e estratégias de acolhimento para mitigar os efeitos adversos da rotina de trabalho e conduzir reflexões sobre mudanças essenciais para um ambiente organizacional mais equilibrado e humanizado, consolidando-se como um eixo fundamental para a sustentabilidade e qualificação da saúde no país, considerando a implementação de um ciclo virtuoso no qual o bem-estar dos trabalhadores reflete positivamente na assistência aos usuários do SUS.



Esse processo de valorização do trabalhador e de aprimoramento das condições laborais contribui para a construção de um modelo de saúde pública sustentável, no qual a melhoria dos serviços está diretamente ligada ao reconhecimento da importância dos profissionais, nos conformes do que dispõe, inclusive, a Agenda 2030 da ONU, em conformidade ao objetivo 3, no tocante a assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos²¹.

Na mesma perspectiva, a nova edição do PET-Saúde Equidade enfatiza a interdisciplinaridade, incorporando estudantes tanto da área da saúde quanto das ciências sociais, favorecendo com essa integração, o diálogo intersetorial, possibilitando estratégias mais eficazes para enfrentar desafios contemporâneos, sobretudo os voltados para as crescentes desigualdades em vários aspectos. No contexto prático, a vivência em campo reforça a relevância dessa sinergia, evidenciando um impacto positivo tanto no desenvolvimento acadêmico dos estudantes quanto dos trabalhadores.

A principal faceta do projeto em vigência refere-se justamente à promoção da equidade em diferentes dimensões, como gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiências, buscando capacitar os profissionais para atuarem de forma inclusiva e respeitosa, garantindo uma abordagem

21 BRASIL. Nações Unidas. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. [S. l.: s. n.]: 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel> . Acesso em: 28 fev. 2025.

sensível às diversas identidades e realidades. Essa perspectiva não apenas fortalece a justiça social no ambiente de trabalho, mas também assegura um atendimento mais qualificado para populações historicamente marginalizadas.

Ao longo dos anos, as políticas públicas no Brasil passaram por processos de evolução, mas ainda enfrentam desafios estruturais e manifestações de preconceito profundamente enraizadas, como o racismo, reforçando desigualdades sistêmicas, especialmente na área da saúde pública. Tal cenário também se manifesta no setor profissional, onde persistem barreiras institucionais que dificultam a inserção e permanência de determinados grupos no mercado de trabalho.

Nesse contexto, enquanto parte inerente da extensão universitária, o grupo do PET Saúde Equidade atua ativamente na disseminação de conhecimento e no incentivo ao debate sobre equidade, promovendo reflexões por meio de letramentos e ações dinâmicas que buscam impulsionar mudanças estruturais e fortalecer políticas públicas mais inclusivas, até mesmo ao manter diálogos com as gestões municipais e estaduais.

Na mesma senda, no que se refere à identidade de gênero, nota-se que o tema ainda é amplamente incompreendido pela sociedade, o que se reflete na ausência de diretrizes específicas dentro do SUS, especialmente quase se trata da população trans, marginalizando esse debate e prejudicando



o acolhimento adequado das demandas da população LGBTQIAPN+ e, portanto, violando seus direitos, já que a identidade de gênero é um elemento central da dignidade humana e do direito à autodeterminação, especialmente em um país laico e plural.

Quando essa discussão se amplia para o corpo de trabalhadores do SUS, as dificuldades se tornam ainda mais evidentes. A sub-representação de pessoas trans no setor da saúde, por exemplo, demonstra um desequilíbrio significativo em comparação com outras parcelas da população. Essa disparidade reflete um preconceito estrutural ainda presente na sociedade, limitando o acesso e a permanência desses profissionais no mercado de trabalho

A carência de políticas afirmativas voltadas para à inclusão da população trans no serviço público contribui para a perpetuação dessa exclusão. Sem ações concretas para combater a discriminação e garantir equidade, a marginalização tende a se perpetuar, reforçando desigualdades que deveriam ser ativamente enfrentadas pelo Estado e pelas instituições de saúde.

Diante desse cenário, o PET 2024-2026 adotou como eixo central a abordagem dessas temáticas, promovendo ações educativas sobre o tema com o objetivo precípua de capacitar os acadêmicos para que adquiram um conhecimento aprofundado e possam atuar na disseminação dessas informações,



contribuindo para a sensibilização e formação de servidores dentro do SUS, em conjunto com a participação de órgãos públicos, demais instituições e da própria comunidade.

A educação permanente sob a perspectiva da equidade

A Educação Permanente em Saúde enquanto processo político-pedagógico voltado para as demandas, problemas e necessidades inerentes ao trabalho em saúde, tem como foco precípua a incorporação do ensino, da atenção primária, da gestão do sistema e da participação e controle social no cotidiano, e tem como marco, no Brasil, a instituição da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) no ano de 2004, por meio da Portaria 198/2004²², cujas diretrizes e estratégias foram expressamente delineadas no âmbito da Portaria 196/2007²³, com vistas a estratégias de formação e desenvolvimento dos trabalhadores para o SUS, com enfoque na perspectiva ensino-aprendizagem.²⁴

De acordo com Rocha *et al.* (2025), a EPS se trata de uma estratégia essencial no aprimoramento das práticas de cuida-

22 BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004**: Institui a política nacional de educação permanente em saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília, 2004.

23 BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 196, de 20 de agosto de 2007**: Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da política nacional de educação permanente em saúde. Brasília, 2007.

24 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de gestão da educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**: O que se tem produzido para seu fortalecimento?. Brasília, 2018.



do, sobretudo no contexto de populações vulneráveis, considerando que esses grupos frequentemente se deparam com barreiras estruturais, sociais e culturais que limitam o acesso e a qualidade do atendimento em saúde de modo que a capacitação contínua dos profissionais torna-se imprescindível para superar preconceitos, adotar práticas assistenciais proativas e promover a equidade no cuidado.

Ademais, à medida que contribui para a otimização profissional, a EPS proporciona ao mesmo tempo o desenvolvimento de um olhar aguçado sobre as necessidades da comunidade, com a sua inclusão nos diálogos e planejamentos, sendo um indiscutível elemento potencializador do trabalho em equipe e da conexão com as demandas locais²⁵. Ou seja, denota-se que a partir da capacitação sobre as especificidades de determinados grupos é possível proporcionar um atendimento direcionado e inclusivo, sensível às situações de iniquidades que permeiam as relações sociais e afetam, por vezes, até aqueles inseridos no trabalho.

Nessa conjuntura, insere-se o PET Saúde enquanto iniciativa que integra a agenda dos recursos humanos em saúde do Brasil, tendo entre seus objetivos justamente a contribuição para com a implementação da PNEPS, sob a premissa de

25 SANTOS, A.N.S. *et al.* Educação permanente e atenção básica na saúde: a importância do aprimoramento do conhecimento dos profissionais que trabalham na atenção básica na saúde para a demanda da população local em um município do Estado do Ceará. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], vol. 17, n 5, p. e6661, 2024.

integrar o ensino à realidade dos serviços, aprimorando, na prática, as competências dos profissionais da saúde, dos docentes das universidades, bem como dos estudantes dos cursos de graduação na área da saúde.²⁶

Com ênfase para a presente edição, a equidade de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiências perpassa todas as atividades desenvolvidas nos campos de atuação, enfatizando justamente a ideia de construção de um sistema de saúde eficaz e pautado no reconhecimento da diversidade, de modo que faz-se indissociável a correlação entre justiça social e a necessidade de buscar dar a cada qual, dentro de suas limitações decorrentes das diversas situações de desigualdade e por meio dos instrumentos postos aquilo de que necessitam para um pleno desenvolvimento.

Impende ressaltar que a Constituição Federal de 1988 traz a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental²⁷ norteador do Estado Democrático de Direito que tem por objetivo maior assegurar a todos os cidadãos uma existência digna pautada na satisfação de suas necessidades básicas. A saúde, nesse contexto, passa a compor o tripé da seguridade social no país, ao lado da previdência e da assistência social, visando a garantia de direitos sociais fundamentais e, para tanto, requer-se a estruturação de uma política de saúde em-

26 BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://petsaude.org.br/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

27 Cf. Art. 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988.



penhada em entender e se debruçar sobre as questões que vão além do aspecto técnico.

Sob a perspectiva de Fleury e Ouverney (2008), ao se considerar a política de saúde como uma política social, uma das consequências imediatas é assumir que a saúde é um dos direitos inerentes à condição de cidadania, uma vez que a plena participação dos indivíduos na sociedade política somente se concretiza com a inserção como cidadãos, o que se faz mediante as políticas sociais que, por sua vez, se estruturam em diferentes formatos ou modalidades de políticas e instituições.

Desse modo, a EPS atrelada à promoção de mudanças na estrutura do trabalho e das práticas profissionais fornece as bases necessárias para a compreensão das estruturas desiguais cujo recorte mais adequado, na visão de (Barata, 2009) parece relacionar-se com a identificação de situações que envolvem certo grau de injustiça, uma vez que colocam determinados grupos populacionais em desvantagem quanto à chance de serem e de se manterem saudáveis.

Ainda segundo o citado autor, as condições processuais para viabilizar a equidade na oferta de serviços de saúde só se efetivam quando a premissa da universalidade, como um dos princípios orientadores do SUS, se projetar para além do plano abstrato e tornar o acesso e a utilização dos serviços indispensáveis às necessidades humanas básicas um fato concreto para todos os sujeitos.



Partindo dessa perspectiva, Neves (2009) entende a equidade como um princípio segundo o qual:

[...] reporta-se ainda a uma aplicação casuística da justiça que, ratificando a igual dignidade de todos os homens, estabelece uma igual acessibilidade aos cuidados de saúde através de sua redistribuição diferenciada: isto é, atribuindo mais a quem tem menos e vice-versa (vertical); e atribuindo o mesmo aos que se encontram em iguais condições (horizontal), numa ação antidiscriminatória, reguladora das desigualdades (Neves, 2009, p. 3.).

O próprio Ministério da Saúde²⁸ reconhece no campo da saúde coletiva as iniquidades como condições de desigualdade persistentes, que requer a implantação de políticas de promoção da equidade visando justamente reduzir as vulnerabilidades a que certos grupos estão submetidos, que resultam em determinantes sociais da saúde, como por exemplo, os conflitos interculturais e preconceitos que se traduzem, a exemplo, no racismo, na homofobia e no machismo.

Por outro lado, a Equidade enquanto este princípio norteador da atuação do SUS - ainda que não explícito - que busca dirimir as questões de desigualdade, voltando-se para uma igualdade material, se reveste do papel de importante instrumento que, projetando-se sobre iniciativas como a EPS e pro-

28 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Políticas de promoção da equidade em saúde**. Brasília, 2013.



jetos de extensão desenvolvidos no âmbito das universidades, a serem difundidos com o apoio da comunidade e dos órgãos públicos de gestão, culmina em palpáveis transformações na visão sobre o bem-estar, que abrange esfera da saúde mental, de todos aqueles que se interligam na teia de prestação e recepção dos serviços.

Assim, a presente edição do PET Saúde enquanto proposta que busca trazer ao centro da discussão as questões sociais inerentes não só ao adoecimento dos usuários do sistema de saúde, como principalmente dos trabalhadores, uma vez que as visões discriminatórias inculcadas no diferentes contextos sociais recai igualmente sobre estes, reforça a importância da equidade na valorização dos profissionais atuantes e futuros atuantes na promoção de uma saúde equânime no Brasil contribuindo, dessa forma, para um desenvolvimento social sustentável em consonância com os ditames de uma perspectiva da integralidade e da universalidade.



Conclusão

A Extensão Universitária apresenta-se como um recurso enriquecedor no âmbito de formação do acadêmico, indo além de conhecimentos teóricos. Isso porque, por meio dela, o estudante consegue ter um contato direto com a realidade da população que irá trabalhar, podendo reconhecer os problemas enfrentados por ela, assim como favorecendo o desenvolvi-

mento do senso crítico e do raciocínio clínico dos alunos. Além disso, é notório a importância dessas iniciativas, haja vista que elas permitem a implementação dos princípios constitucionais da universalidade, integralidade e equidade, empregados pelo SUS, a fim de o tornar mais inclusivo e acessível.

No entanto, apesar de tais vantagens que essas atividades apresentam não só na formação acadêmica, mas também na vida das pessoas que participam dessas ações, alguns obstáculos ainda são recorrentes, dificultando a plena realização dessas atividades. Nesse sentido, faz-se necessário que as medidas para diminuir esses impasses continuem sendo cada vez mais estudadas e colocadas em prática, como vem acontecendo cada vez mais. O PET surge como uma medida para ajudar no crescimento e na valorização dessas atividades, uma vez que ele permite o trabalho multidisciplinar, junto à sociedade, fazendo com que acadêmicos, docentes e população possam conhecer melhor como se dá às atividades extensionistas, permitindo maior adesão de todos. Além disso, o programa permite que os acadêmicos se envolvam na realidade do sistema público de saúde, conhecendo as desigualdades em que as pessoas estão inseridas.

A nova edição do PET, ao escolher como foco de atuação os temas sobre equidade de gênero, identidade de gênero, raça, etnia e deficiências, enfatiza a necessidade de desenvolver estratégias que contemplem a diversidade e mudem o cenário das discriminações ainda muito presentes em todos os



âmbitos da sociedade. Sendo assim, a educação continuada torna-se uma ferramenta essencial na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo SUS. Assim, percebe-se como essa interação entre acadêmicos e sociedade é positiva, pois proporciona um aprendizado mútuo, no qual a sociedade é favorecida pelas intervenções propostas pelos alunos, enquanto os alunos podem explorar, na prática, os assuntos aprendidos em sala e desenvolver uma sensibilidade com os cenários apresentados pela população. Isso permite que seja reforçado um sistema público de saúde mais justo e eficaz.

Referências

BAIL, A, *et al.* O histórico e a importância da extensão universitária para a sociedade: o caso da universidade aberta à terceira idade na Uniãoeste de Foz do Iguaçu. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, Paranaguá, vol. 5, n. 2, ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/raei/article/view/8237/5664>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde?**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004**: Institui a política nacional de educação permanente em saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 196, de 20 de agosto de 2007**: Dispõe sobre as diretrizes para a implementação



da política nacional de educação permanente em saúde. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.802, de 26 de agosto de 2008:** Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET - Saúde. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Políticas de promoção da equidade em saúde.** Brasília, 2013.

BRASIL. Nações Unidas. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** [S. l.: s. n.]: 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de gestão da educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde:** O que se tem produzido para seu fortalecimento?. Brasília, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES Nº 7 de 18 de dezembro de 2018:** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018b.

FLEURY, S.; OUVÉREY, A.M. Política de Saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 23-64.



FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Rev. Katálysis.**, Florianópolis, vol. 27, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gFvkWgJTdRjdrJfyNqF3LPt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2025.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Questões da nossa época; v. 37).

GOHN, M. G. M. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, vol. 7, n. 2, p. 253-274, jul./dez. 2005.

NEVES, M. P. Alocação de recursos em saúde: considerações éticas. **Bioética**, [s. l.], vol. 7,

n. 2, p. 155-63, 1999. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/307/446. Acesso em: 27 fev. 2025.

ROCHA, C. A. G. *et al.* Educação permanente em saúde: promovendo equidade no atendimento a populações vulneráveis. **Revisa**, [s. l.], vol. 14, n. 1, p. 1276-1294, 2025. Disponível em: <https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/605>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SANTANA, R. R. *et al.* Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 46, n. 2, p. e98702, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQrDZzG4b8XB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SANTOS, A.N.S. *et al.* Educação permanente e atenção básica na saúde: a importância do aprimoramento do conhecimento



dos profissionais que trabalham na atenção básica na saúde para a demanda da população local em um município do Estado do Ceará. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], vol. 17, n. 5, p. e6661, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6661>. Acesso em: 26 fev. 2025.



POLÍTICA DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO EM CURSOS DE LICENCIATURA: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO ²⁹

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues – (UPE)
<https://orcid.org/0000-0002-3151-1685>

Odair França de Carvalho – (UPE)
<https://orcid.org/0000-0003-4864-4510>

Raphael de França e Silva – (UPE)
<https://orcid.org/0000-0001-5150-854X>



Considerações iniciais

A questão da inserção da extensão no currículo dos cursos superiores, política recente no Brasil, tem sido objeto de algumas pesquisas no Brasil, sobretudo a partir de 2018, quando da homologação da Resolução CNE/CES 07/2018 (Brasil, 2018), que a tornou obrigatória. No geral, esses estudos buscam compreender o impacto da curricularização da extensão nos cursos de formação inicial, regulamentada por esta resolução, cujas análises estão centradas nas

²⁹ DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap11>

práticas de extensão e seus impactos na formação acadêmica e sociedade.

Ao examinar a questão, Souza et al. (2024) observou que essas mudanças trazem uma contribuição significativa para a estruturação de um currículo dos cursos de formação inicial. Na produção observada, os autores compartilham experiências práticas do processo de curricularização da extensão, promovendo a importância desse processo ao mesmo tempo que possibilita maior aproximação entre universidade e comunidade externa.

Por sua vez, Ohira e Souza (2024) examinaram o impacto da curricularização da extensão nos cursos de graduação, no período de 2016-2024, com dados extraídos do Portal de Periódicos Capes e Scielo. Observou-se que a “integração entre teoria e prática na formação docente reforça a cidadania, o engajamento social e eleva a qualidade do ensino e da pesquisa”. Concluiu os autores que a curricularização da extensão “contribui para uma formação docente mais sintonizada com a realidade social, capacitando futuros professores para enfrentar desafios com conhecimento engajado e contextualizado”(Ohira e Souza, 2024, p. 92).

Este trabalho tem como ponto de partida, experiências de extensão universitária em cursos de licenciatura da universidade pública do estado de Pernambuco, UPE. A questão é a



inserção da extensão nos currículos de graduação, particularmente nos cursos de licenciatura.

No âmbito da UPE, dados da pró-reitoria de graduação - PROGRAD, apontam que, dos 75 cursos de graduação da UPE, em 2024, 35 desses já estão implementando a inserção da extensão no currículo. Em relação aos cursos de licenciatura, apenas 05 (cinco) cursos estão com a extensão no seu currículo, sendo 04 desses, presenciais e 01 curso na modalidade EAD (PROEC/UPE, 2024).

O cenário da extensão nas licenciaturas pode parecer atrasado em relação aos demais cursos, mas segue o ritmo de mudanças recentes relacionadas às diretrizes curriculares de formação de professores, o que em parte retardou as alterações dos projetos pedagógicos de cursos. Efetivamente só a resolução CNE/ CP 04/2024, traz a extensão como eixo formativo, estabelecendo que as atividades sejam vivenciadas ao longo do curso, totalizando 320 horas.

A resolução possui quatro núcleos formativos, o primeiro consiste no “Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG: composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos [...]”. O segundo núcleo está destinado à “Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas [...]”. A extensão compõe o terceiro núcleo e tem como foco formativo as experiências vivencia-



das na extensão, “Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES”. Por fim, o último núcleo refere-se ao Estágio Curricular Supervisionado - ECS (Brasil,CNE/ CP 04/2024, Art. 13).

A partir da configuração presente na nova DCN da formação inicial de professores, os cursos configuram suas matrizes curriculares e projetos pedagógicos de curso, com delimitação objetiva, em termos de carga horária, para definir as atividades de extensão a serem vivenciadas pelos estudantes..

Ainda no artigo 14 da resolução, postula-se que as atividades extensionistas devem ser vivenciadas ao longo de todo o curso, em instituições de educação básica. Especificamente, ao estabelecer dentre os 4 núcleos, o terceiro trata das atividades extensionistas

III - 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III, de que trata o art. 13, inciso III desta Resolução, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura; essa carga horária, vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso, deve estar discriminada no PPC da instituição formadora; [...] (Brasil/CNE, 2024. Art. 14, III).



Uma questão posta neste dispositivo legal, diz respeito ao espaço para realização da atividade extensionista. A resolução menciona “envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES” (Brasil/CNE, 2024. Art. 13, III).

Deve-se considerar que esta resolução retira a prática pedagógica, concentrando no estágio e na extensão essa formação prática. A perspectiva de exclusividade atribuída à escola como campo da extensão tem sido ressignificada por especialistas, em particular em grupos de trabalho do Forproex. Considera-se que a educação não ocorre unicamente no espaço escolar, devendo assim ser considerada em outros ambientes não escolares. Além disso, deve-se considerar que a extensão universitária é, por princípio, uma atividade interdisciplinar, devendo ser vivenciada em diferentes espaços. Esse entendimento está presente na UPE, *locus* desta pesquisa.

Outro aspecto definido na referida resolução é a presencialidade, estabelecida também para os cursos de licenciatura na modalidade Ead: “As 320 (trezentas e vinte) horas destinadas às atividades de extensão devem ser realizadas, integralmente, de forma presencial tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos ofertados na modalidade a distância (Brasil/CNE, 2024, Art. 14, § 6º).



O contexto desta pesquisa precede as mudanças advindas da resolução CNE nº 04/2024. Segue, no entanto, a política de inserção da extensão no âmbito da UPE, já mencionada em estudo anterior (Rodrigues, 2024). A concepção da extensão nos currículos tratada nesse trabalho, é assim resultado de mudanças que ocorreram a partir de 2017, com a Resolução CEPE nº 068/2017/UPE, quando da regulamentação da política de curricularização da extensão nos cursos de graduação e na sequência, em função Resolução CNE nº 07 de 2018 (Brasil, 2018), a Resolução CEPE nº 048/2021/UPE, que regulamentou a creditação da extensão no currículo dos cursos de licenciatura.

Para estruturação desse estudo e no intuito de alcançar os objetivos anunciados acima utilizou-se o princípio metodológico que orienta a abordagem o ciclo de política proposto por Stephen Ball (Mainardes, 2016), um mecanismo de análise de políticas, que na sua concepção são apontadas como processos complexos em permanente mudança. A análise segue uma perspectiva tridimensional, observando-se diferentes contextos, em perspectivas do campo de influências políticas e institucionais, da substancialização do próprio texto e as suas reverberações na prática dos sujeitos da política.

Em continuidade a estudos anteriores, em especial o descrito por Rodrigues (2024), neste trabalho o foco da metodologia é o contexto da prática, onde verifica-se como a política foi recebida, como vem sendo implementada, como



os envolvidos interpretam os textos e que mudanças a política produz na prática das organizações e nos espaços públicos objeto e objetivo dela. Busca-se assim, compreender como a política de inserção curricular da extensão problematiza a cultura universitária, indicando novos posicionamentos.

Sabe-se que no campo das políticas públicas existe um movimento dinâmico e dialético, sempre em estado de “desenvolvimento”, ou seja, não há como ter uma leitura estática de seu processo, dado as relações complexas que envolvem o seu curso. A política pública sofre naturalmente um processo de elaboração e reelaboração, interpretação e reinterpretação, altera e é alterada pelo corpo social. Assim sendo, neste texto, os dados observados em debate, no âmbito de um seminário, busca-se observar um “retrato da hora” e, nesse sentido, apresentam-se reflexões em torno da conjuntura observada, o que pode servir para apontar novas perspectivas em torno da extensão no currículo das licenciaturas.



As limitações dos campos de extensão das licenciaturas no texto da Resolução CNE nº 04/2024

Na perspectiva de aprofundar uma reflexão iniciada na introdução, cabe destacar as limitações impostas pela resolução CNE nº 04/2024 no que diz respeito aos campos específicos de atuação do licenciando extensionista, devendo estar restrita aos ambientes escolares. De acordo com as interpretações vigentes, principalmente nos grupos de trabalho do Forproex,

estejam direcionadas rumo ao entendimento em que o fenômeno educacional acontece nas esferas informais, formais e não-formais (Libâneo, 1992), consolidando uma compreensão já estabelecida nos cursos de licenciatura, no qual um professor em formação inicial tem sua formação beneficiada ao atuar em diversos contextos de educação, principalmente àqueles descolados da formalidade, como movimentos sociais, sindicais, grupos culturais, entre outros.

Nesse sentido, os efeitos desse contato favorecem uma expansão de competências didáticas, humanizadas, políticas e culturais aos professores em formação inicial, possibilitando uma formação sólida, interdisciplinar, ancorada nos aspectos interculturais e nas diversidades sociais.

Em conformidade, essa formação que extrapola os muros da escolarização formal, introduz manifestadamente uma abertura ao reconhecimento da importância da interculturalidade (Walsh, 2019) nos processos formativos dos diversos segmentos da sociedade, contribuindo para que o estudante de licenciatura não seja apenas um professor formado apenas nas formalidades curriculares burocratizadas, mas que esteja apto a reconhecer os efeitos das diferenças coloniais nos processos de aprendizagem e formação cidadã.

Contudo, ainda que esta interpretação esteja se consolidando para superar as limitações impostas pela resolução CNE 04/2024, é importante estabelecer um contraponto crítico acer-



ca do cerceamento do potencial da extensão universitária na formação cidadã e profissional do estudante em diálogo imersivo com outras áreas de conhecimento presentes na universidade. Ao travar a experiência extensionista apenas ao campo da educação, a presente resolução nega o direito à própria experiência universitária, cujo efeito na formação vai muito além da área de conhecimento na qual o estudante está matriculado.

Nesse sentido, a resolução reduz o potencial de diálogo e intercâmbio de conhecimentos dos estudantes de licenciatura com a medicina, engenharias, enfermagem, direito e outras áreas do conhecimento. Esse processo, fomenta uma formação tradicional, fechada em si, reducionista, sem expansão de competências que podem ser desenvolvidas ao se vivenciar a extensão em outras áreas que não a educação.



Referencial Teórico

O referencial teórico deste trabalho está ancorado nos conceitos de extensão universitária existentes nos documentos oficiais em vigor no Estado Brasileiro, substancializado nas diretrizes presentes na Resolução CNE/CES 7/2028 (BRASIL, 2018).

Ainda, este trabalho está vinculado teoricamente aos princípios da extensão universitária presentes em Freire (2014), cuja principal contribuição para a práxis extensionista consiste em repensar as dinâmicas interacionais entre os

professores e discentes com o público externo à universidade, favorecendo um processo dialógico de reconhecimento mútuo de saberes.

Por fim, Gadotti (2017) surge como um aporte importante, construindo o entendimento em que a extensão deve se descolar da sua tradição assistencialista de anulação do sujeito epistêmico, a partir de momento em que assume função de sanar problemáticas sociais baseada na distribuição de doações e serviços diversos. Nesse sentido, busca-se uma significação da extensão universitária enquanto movimento que propõe uma atuação ativa de ambos os pólos interacionais das vivências extensionistas.

Metodologia

Para compreender os caminhos da extensão universitária nas licenciaturas, no âmbito da UPE, para coleta de dados, realizou-se, em 2024, um seminário de socialização de experiências, coordenado pelos autores deste artigo, que encontra-se disponível no canal UPE Oficial no Youtube (PRO-EC/UPE, 2024).

Ainda, para análise dos dados coletados, optamos por utilizar o modelo de análise do ciclo de políticas públicas educacionais formulado por Stephen Ball (Mainardes, 2016). A abordagem em questão se debruça sobre a política pública



a partir de 5 contextos: influências, texto, prática, resultados e estratégia política.

No contexto da influência, o foco analítico diz respeito às articulações institucionais, agendas políticas de grupos organizados, debates e as relações de poder postas em movimento para definição de uma política pública. Nesse contexto são analisadas as organizações, intelectuais, atores partidários, entre outros, atuantes no processo.

O segundo contexto está orientado à análise do próprio texto da política e seus diversos instrumentos legais e normativos, responsáveis por substancializar sua existência no arcabouço institucional, servindo como diretrizes ao desenvolvimento e aplicação da política. Ainda, nesse contexto o pesquisador deve identificar as vozes silenciadas na transposição, do contexto da influência para o contexto de elaboração do texto final.

O terceiro contexto está debruçado sobre os transbordamentos práticos decorrentes dos textos instaurados. Nesse sentido, são delimitados instrumentos analíticos capazes de interpretar os movimentos de adoção da política pública, seja em nível intermediário, como secretarias e ministérios, seja em nível de aplicação final, como escolas e universidades.

O quarto contexto da metodologia foi incluído por Ball (Mainardes, 2016), com intuito de investigar os efeitos da política pública junto aos sujeitos da mesma, sejam pro-



fessores, gestores ou estudantes. O foco passa a ser os efeitos diretos e indiretos gerados pela execução das ações, consistindo em efeitos de primeira e segunda ordem, direcionados à infraestrutura e às práticas, bem como as repercussões socioeconômicas indiretas, respectivamente.

Por fim, o quinto contexto diz respeito às estratégias políticas que devem ser elaboradas, a fim de prover uma resposta aos desdobramentos negativos gerados pela política, principalmente no que se refere à manutenção ou criação de desigualdades sociais.

Neste trabalho, nossa análise estará orientada nos contextos do texto e da prática, como pontuado nas próximas seções.

A experiência de extensão em cursos de licenciatura na UPE

A seguir, uma síntese das questões colocadas por docentes de cada colegiado, relativos ao rumo dessa política e suas práticas, nos curso de Geografia - *Campus Garanhuns*; Pedagogia - *Campus Mata Norte*; Educação Física - *Campus Santo Amaro*; Pedagogia - *Campus Petrolina*; e Ciências Sociais - *Campus Santo Amaro*. Os nomes dos professores expositores neste seminário estão disponíveis no vídeo (PROEC/UPE,2024).

Extensão no curso de Geografia - *Campus Garanhuns*

O currículo do curso de geografia no *Campus Garanhuns* inseriu a extensão em seu currículo em formato de

componente curricular Atividade Curricular de Extensão - ACE. Nesse formato os estudantes são convidados a participar de atividades ao longo do curso, desde o 1º período. Ao longo do curso os estudantes são estimulados a se inserir em uma atividade existente. A experiência indica que, quando o estudante vai a uma escola, “ele aprende muito”. Tem havido uma relação direta das atividades de extensão com os projetos da Bolsa de Iniciação Acadêmica - BIA, financiadas pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE.

Como pontuado por um dos professores participantes do fórum:

Um dos projetos que está sendo desenvolvido é o “Mãos no Mapa”, em alusão ao slogan “mãos na massa”. O mãos no mapa tem por base estudos de cartografia realizados pelo estudante durante o curso. O projeto visa colaborar com a escola de educação básica. Lá constroem, em diálogo com estudantes do Ensino Médio, um atlas escolar, que é um mapa para mostrar os elementos da geografia regional. Está sendo produzida uma cartilha digital, por extensionistas em conjunto com estudantes da escola, para socializar as informações com as pessoas de forma gratuita (Colaborador 1, Curso Geografia).



Extensão no curso de Pedagogia - Campus Mata Norte

O curso inseriu no currículo seis componentes de extensão, no formato de vivência extensionista. A vivência da

extensão como disciplina começou em 2018, durante o período da pandemia, e está em nova fase com a presencialidade. Seis temas são vivenciados na extensão, no formato de Disciplina Curricular de Extensão - DCExt, como temas específicos: Educação, universidade e diferenças; Educação ambiental e sustentabilidade; Educação, direitos humanos e cidadania; Políticas atuais em Educação; Educação e multiculturalismo; Educação e movimentos sociais.

Criou-se um programa de extensão, com um conjunto de ações voltadas a aproximar os estudantes e docentes das causas populares e aproximar os movimentos populares da academia. O programa tem sido fundamental para integrar as vivências todas entre si. As atividades apoiam a jornada universitária da reforma agrária, realiza cine clube, (cine nordeste e cine resistência); realiza cursos de iniciação em extensão popular e ainda realiza uma mostra de vivências em experiências extensionistas.

Os estudantes são impulsionados a se inserirem em movimentos populares. Os grupos são desafiados a se organizarem e se inserirem em espaços não escolares e também em espaços escolares. Como podemos observar no trecho de fala abaixo:

A gente se surpreende com muita criatividade dos estudantes. Com o formato de disciplina, as vivências integram o conjunto dos estudantes no mesmo semestre letivo e ao mesmo tempo integram movimentos populares. O problema central é quanto aos pra-



zos das disciplinas, terminam por forçar os projetos a serem aligeirados. Na próxima formulação vamos propor disciplinas de 110 horas, com mais **tempo** para as atividades e sua continuidade. (Colaborador 2, Curso de Pedagogia).

Extensão no curso Educação Física - Campus Santo Amaro

O curso de licenciatura em Educação Física, inseriu a extensão no formato de Componente Curricular Misto³⁰, conforme regulamentação de 2017 e essa modalidade permanecerá até o final do ano de 2025. No ano de 2024, concomitantemente roda o Projeto de curso da graduação em educação física com realização da área básica de ingresso - ABI e a partir do 5º período a divisão nas formações de bacharelado e licenciados, que implantou duas formas de realizar o processo de inserção da extensão na matriz curricular do curso: a disciplina curricular de extensão - DCEExt e a atividade curricular de extensão - ACE³¹.



30 Artigo. 4º - § 2º Entende-se por Componente Curricular Misto, aquele que inclui além das atividades teóricas e/ ou teórica e prática já previstas, também atividades teóricas/práticas de extensão(UPE, 2017).

31 Artigo 5º. § 1º - Entende-se por Atividade Curricular de Extensão (ACE) um conjunto de atividades planejadas com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os estudantes são protagonistas na organização, execução e avaliação da ação, realizadas ao longo do curso e § 2º- Entende-se por Disciplina Curricular de Extensão (DCEExt), um conjunto de ações planejadas com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os estudantes são protagonistas na organização, execução e avaliação, vivenciadas por meio de diferentes modalidades de atividades de extensão, realizadas ao longo do curso(UPE, 2012).

Aqui, trazemos a experiência vivenciada no último semestre de 2024, da disciplina - DCExt Dança, com conteúdos da Cultura de Movimento, foram planejadas duas etapas, de modo a garantir a centralidade do protagonismo do estudante: o primeiro momento foi a produção de vídeos sobre o conteúdo tratado na unidade letiva, como forma de sistematizar as experiências com mediação de tecnologias digitais; já na segunda etapa foi planejada uma intervenção pedagógica em uma escola de educação básica no bairro, cuja intervenção consistiu na inclusão de estudos sobre a orientação curricular, dança, e o currículo da educação básica na Cidade do Recife, onde a escola está localizada, contribuindo, desta forma, com a inserção de temáticas curriculares relevantes, neste caso, a dança como conteúdo curricular, presente na BNCC, da educação física na educação básica.



Extensão no curso de Pedagogia - *Campus Petrolina*

O curso de Pedagogia, ao reelaborar seu Projeto Pedagógico de Curso no ano de 2019, implantou 345 horas de atividades extensionistas por meio das vivências extensionistas. Esclarecemos que os 3 campi da UPE, localizados nos municípios de Garanhuns, Petrolina e Nazaré da Mata, construíram os seus projetos em diálogo, resultando em uma proposta coletiva.

Neste cenário implantaram no decorrer do curso, 6(seis) atividades extensionistas: I-Educação e Movimentos Sociais,

II- Educação e Multiculturalismo, III - Educação e Diversidade, IV - Direitos Humanos e Cidadania, V - Pedagogia Social, VI - Educação Ambiental e Sustentabilidade, totalizando 23 créditos, fato que demonstra um avanço no processo de formação, ampliando uma articulação interdisciplinar na proposta.

Dentro do eixo IV, uma das atividades é desenvolvida a partir do Programa Cidadania e Tela. A partir das temáticas estruturantes, os estudantes se organizam e montam projetos de pesquisa em sua própria comunidade. São realizadas reflexões teóricas sobre as temáticas identificadas. Assim, tem sido possível, pela extensão, trazer à universidade os problemas das comunidades populares.

Por sua vez, o curso de pedagogia em Petrolina não se limita a uma única metodologia ou temática. Os temas geradores partem dos próprios estudantes, das questões que eles identificam na comunidade. Constroem-se múltiplos espaços, e projetos, como respostas às demandas geradas pelos estudantes. De acordo com os estudantes, um dos problemas práticos refere-se à dimensão do tempo, pois uma disciplina curricular de extensão, encapsulada na malha curricular com horário e dia pré definidos, não combina com a demanda social e as dinâmicas comunitárias. Na visão dos mesmos, outro fator que deve ser destacado é a concorrência entre a extensão e os estágios curriculares obrigatórios na matriz curricular, já que tendem, muitas vezes, a se organizar no mesmo campo de atuação, escolas de educação básica.



Extensão no curso Ciências sociais - *Campus Santo Amaro*

Nas atividades de extensão do curso de Ciências Sociais, os estudantes escolhem suas temáticas, definem objetivos para a pesquisa, a extensão e o ensino. Há um incentivo para que todo estudante faça sua trajetória. A extensão é realizada no 4º período. No 5º período ele vai socializar sua experiência, na comunidade que o acolheu ou na universidade. No 6º período o estudante é incentivado a sistematizar a experiência, com base em fundamentos de Oscar Jara (2006), a partir da sistematização da educação popular na América Latina. Busca-se sistematizar a experiência com base no olhar de quem produz a experiência. De acordo com uma professora do curso,

as atividades extensionistas ocorrem na escola ou na comunidade, através de um projeto que articula ensino, pesquisa e extensão. A cada período há uma nova formatação de projetos. Quando ocorrem vivências na comunidade, todos os estudantes são estimulados a participar (...). Os estudantes recebem orientações individuais e coletivas. O curso tem procurado formatar parcerias com os movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Central Única dos Trabalhadores - CUT, Movimento Popular do Bairro Coque - Recife. Os desafios são, em primeiro lugar, a logística de deslocamento para realização das atividades e depois a publicação das experiências. A atual experiência aponta avanços que podem ser melhorados no próximo currículo.



Para o estudante, a vivência deu sentido ao seu curso. Dá uma dimensão de pensar, sentir, registrar e valorizar o processo (Colaboradora 5, Curso de Ciências Sociais).

Como podemos observar, existe um direcionamento para atuação dos estudantes em espaços externos à universidade, focado em estabelecer uma relação junto às demandas dos movimentos sociais, consolidando um campo de atuação para atividades extensionistas no curso de licenciatura em Ciências Sociais, além de trazer ao debate a vivência extensionista em espaços não escolares.

Análise das experiências

Cinco questões básicas sobressaem nos relatos acima. Em primeiro lugar a função articuladora da extensão, aproximando a formação superior de questões sociais presentes em pautas de organizações sociais, movimentos e instituições de educação básica. Essa relação resulta em produção compartilhada de conhecimentos, confecção de produtos a serviço do coletivo. Uma articulação que busca parcerias, para materialização das ações, que neste viés já vem mostrando uma possibilidade mais robusta e concreta na sua realização.

A segunda questão, diz respeito à formação crítica do extensionista, particularmente quando ele questiona o sentido do seu curso e dos conteúdos que lhes são oferecidos, em relação à abordagem social que lhe é possibilitada pela ativi-



dade de extensão. Nesse sentido, a presença da extensão em espaços não escolares corrobora o contato do estudante com movimentos de educação popular e não-formal, fortalecendo suas competências didáticas e críticas, compreendendo os campos de disputa como espaços de formação humanizada.

O terceiro aspecto é o estímulo à investigação, com uso de metodologia participativas, uma posição orgânica e comprometida com os sujeitos e sua realidade social. Ainda, favorece uma formação crítica, a sistematização de experiências, com base no olhar de quem a produz. A relação direta da extensão com o ensino e a pesquisa, aprofunda a dimensão indissociável que caracteriza a essência da formação superior.

O quarto aspecto a ser observado, destaca-se a contribuição das experiências para apontar avanços que podem ser melhorados no currículo acadêmico, sobretudo em relação ao formato dos componentes curriculares de extensão, de modo a respeitar o tempo necessário para se estabelecer relações de compromisso com as causas sociais tocadas pela extensão. Diferente do que regulamentou a recente normativa para as licenciaturas, de 2024, cuja concepção de prática extensionista envolve exclusivamente “a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES” (Brasil/CNE, 2024. Art. 13, III), as experiências indicam espaços não escolares como potencial campo da extensão. Fortemente pre-



sente nas diferentes modalidades de educação formal e informal, se tornam fundamentais para a formação do licenciando.

O quinto aspecto diz respeito ao debate acerca da mediação e suporte da extensão por meio das tecnologias digitais. Como podemos observar, algumas das experiências mencionadas se utilizam de artefatos digitais para produção e difusão de conteúdos produzidos em atividades extensionistas. Ainda, constata-se, como pontuado por Silva e Rodrigues (2023), alguns riscos de afastamento do estudante do campo de extensão por conta da adoção de tecnologias remotas de mediação. Contudo, observamos a necessidade de discutir os limites e possibilidades dessa mediação junto às práticas de extensão, sob risco de que uma prática não regulamentada seja substancializada na clandestinidade.

Em síntese, observamos, por outro lado, limites e desafios dessa política, ainda que inicial. Em primeiro lugar, o financiamento, apontado nos relatos pela dificuldade de deslocamento dos estudantes ao local da atividade. Considerando que com o avanço da política, todos os estudantes deverão realizar atividades de extensão, essa dificuldade e outras tendem a se elevar, dado ao pouco financiamento da instituição para com essa dimensão.

Ainda são frágeis os rumos da publicação de experiências extensionistas, seja pela cultura de que conhecimento só se faz pela pesquisa pura, ou mesmo por uma baixa valoração



aos processos de metodologia participativa, que enxergam a relação extensionista com profundamente dialógica. É fundamental que a abordagem social ocorra com base em um método, que explicita a responsabilidade social da universidade e ao mesmo tempo seu compromisso na formação de estudantes e de sujeitos sociais. Destacamos que a prática extensionista, fundamental para a formação integral, é prejudicada pela fragmentação curricular. As matrizes curriculares, ao invés de promoverem o diálogo interdisciplinar entre áreas como pedagogia, biologia, matemática, educação física e sociologia, criam ‘ilhas’ de conhecimento isoladas, dificultando a construção de saberes conectados e a preparação para um mundo em constante transformação.

A inadequação do tempo do componente curricular em relação ao tempo social da comunidade externa, dificulta a execução a contento das atividades de extensão. Sintomaticamente, esse recurso, de encapsular a extensão no formato de uma disciplina tradicional, com dia e horário pré-definidos, passa a configurar uma desarmonia com o princípio dialógico e de respeito mútuo epistêmico e territorial da extensão, tendo em vista que a comunidade externa necessita se enquadrar na disponibilidade da disciplina.

Por fim, resumir a atividade a uma disciplina, ou mesmo apenas 50% de sua carga horária, como está regulamentada na UPE (UPE, 2021), torna a relação da universidade com a comunidade externa vulnerável, pois a extensão deve con-



siderar que a complexidade dos processos sociais, envolve diálogos, planejamento coletivo, estudos, visitas, participação em atividades práticas e avaliação. Os processos sociais não se encerram com a realização de um evento, oficina, palestra ou campanha, ao contrário, implicam a necessidade de continuidade, revisão, diálogos, articulações e escuta de diversos sujeitos. O aligeiramento pode tornar as ações de extensão esvaziadas e sem sentido, sobretudo para a comunidade externa.

Conclusão

Observou-se ao longo desse estudo que os cursos de licenciatura e suas realidades (práticas e contextos locais) buscam assegurar que a inserção da extensão ocorra de maneira colaborativa e dialógica com a participação ativa de docentes, estudantes e comunidade, mesmo que esse caminhar ainda encontre obstáculos para vivência de experiências mais livres.

Sobre o formato da extensão no currículo, constatou-se em grande parte, que os projetos dos cursos aqui em análise, vivenciaram três tipos de estruturas de componente curricular. O primeiro, instituído em 2017 no âmbito da UPE, foi com a saída das ACC nos cursos de licenciaturas, as atividades de extensão ganham mais visibilidade, permitindo maior adesão dos estudantes às atividades desenvolvidas pelos professores, dado a maior disponibilidade de tempo dos estudantes. Observou que fechar as atividades no programa semestral, como



disciplina, tende a limitar o nível de resposta e de interação com a comunidade externa.

A vivência da extensão como componente curricular no formato Atividade Curricular de Extensão(ACE) possibilita a continuidade da atividade e uma maior interação entre os estudantes protagonistas e os saberes acadêmicos e populares, proporcionando uma transformação emancipatória na formação desses acadêmicos .

A UPE é pioneira em iniciativas para o desenvolvimento de uma política de inserção da extensão no currículo. A normatização iniciada em 2017, com a Resolução CEPE nº 068/2017/UPE (UPE, 2017), e atualizada em 2021, com Resolução CEPE nº 048/2021/UPE (UPE, 2021), acompanha o dinamismo das experiências vivenciadas nos cursos. Em relação ao cumprimento da carga horária docente, as atividades de extensão precisam ser contabilizadas como “ensino”, dado que realiza um componente curricular obrigatório.

As experiências aqui relatadas indicam que a extensão universitária tem sido uma estratégia de formação, quando oferece aos extensionistas novas oportunidades de conhecimento e desenvolvimento de habilidades ao mesmo tempo em que contribui para a formação de grupos e instituições da comunidade externa, em um processo que estabelece na relação com as instituições acadêmicas.



Referências

BRASIL/CNE. **Resolução CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024**. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-cne-cp-004-2024-05-29.pdf> Acessado em 04/03/2025.

FREIRE, Paulo. FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.. Editora Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

RODRIGUES, Luiz Alberto Ribeiro. Perspectivas e desafios da política de inserção curricular da extensão no ensino superior. **Revista Práticas em Extensão**, volume 8, número 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18817/rpe.v8i2.3896>

LIBÂNEO, José Carlos. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. **Revista Inter-Ação**, v. 16, n. 1/2, p. 67-90, 1992.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

OHIRA, Marcio Akio; Souza, Arnold Vinicius Prado. Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura. **Revista Práticas em Extensão**, volume 8, número 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18817/rpe.v8i2.3808>

SILVA, Raphael de F. e; RODRIGUES, Luiz A. R. Uso de tecnologias digitais na mediação da extensão universitária. **Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco-REUPE**, v. 8, n. 2, p. 11-19, 2023.

SOUZA, V. de F. M. de .; FLORES, P. P.; SILVA, F. L. O.; CATABRIGA, L. M.; SOUSA, Y. M. da S. C. de .; MOREIRA , E. C.



. Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura: uma análise da produção científica brasileira. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 33, n. 66, p. e38[2023], 2023. DOI: 10.18675/1981-8106.v33.n.66.s17106. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17106>. Acesso em: 5 mar. 2025.

PROEC/UPE. **Curricularização e Vivência Extensionista nos PPCs das Licenciaturas**. Evento transmitido pelo canal UPE oficial no Youtube. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DFhGP_Xk7P0&t=41s Acessado em: 06.03.2025.

UPE. **Resolução CEPE 068/2017**. Regulamenta a curricularização da extensão nos cursos de Graduação da Universidade de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1aBZMrLnF7BcjHLJMckRfWpOYsB2fhz0e/view> Acessado em 06/03/2025.

UPE. **Resolução CEPE 049/2021**. Altera a política de curricularização da extensão nos cursos de Graduação da Universidade de Pernambuco UPE, revogando a Resolução 068/2017. Recife, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1P9Y-g-F33xJ_2PRiLYvXV_FO8yfXvxT7b/view Acessado em 10/03/2025.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view> Acessado em: 09.03.2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento” outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 5, n. 1, 2019.



RELAÇÃO ENTRE AS ODS E A LINHA DO TEMPO NOS FÓRUNS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO LOCAL PRIVILEGIADO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL³²

Leticia Maria Pinto da Costa - (Unitau)
<https://orcid.org/0009-0008-9912-587X>

Naira Correia Cusma Pelógia - (Unitau)
<https://orcid.org/0000-0002-2467-1381>



Considerações iniciais

A extensão universitária é uma das três funções essenciais da educação superior, ao lado do ensino e da pesquisa, conforme as diretrizes e normativas do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e das orientações dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecidas pelo MEC, a extensão universitária é entendida como a “atividade acadê-

³² DOI: <http://doi.org/10.48016/agendaODScap12>

mica que articula a teoria com a prática” e tem o objetivo de atender às demandas sociais, promovendo a democratização do conhecimento e o desenvolvimento sustentável. Ela não se restringe a uma área específica, mas se expande por diversas áreas do saber, levando a universidade para fora de seus muros e permitindo que o conhecimento produzido seja compartilhado com a sociedade (Brasil, 2019).

O MEC reconhece que a extensão universitária contribui significativamente para a formação dos estudantes, ao promover sua integração com as realidades sociais, culturais e econômicas. Além disso, enfatiza que as atividades extensionistas devem estar articuladas com os processos de ensino e de pesquisa, formando um tripé de ações acadêmicas (Brasil, 2019).

O INEP, que é o órgão responsável pela avaliação da educação superior no Brasil, também se refere à extensão como um dos componentes fundamentais do processo formativo da educação superior. Em suas orientações, o INEP destaca que as atividades extensionistas devem estar alinhadas ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) das universidades e aos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), de forma a promover a integração da universidade com a sociedade e a contribuir para a formação integral do estudante (INEP, 2020).

O INEP também promove a avaliação das atividades extensionistas por meio de indicadores que envolvem a qualidade e a relevância das ações, a participação da comunidade



acadêmica, o impacto social das ações e a sustentabilidade dessas atividades (INEP, 2020).

Os Conselhos Estaduais de Educação (CEE) desempenham um papel importante na regulamentação da educação superior nos estados. As diretrizes sobre extensão estabelecidas pelos CEE orientam que as instituições de ensino superior devem incentivar a participação de professores, estudantes e técnicos administrativos em ações de extensão. Essas ações devem estar de acordo com as necessidades locais e contribuir para o desenvolvimento social e regional, assim como promover inovações pedagógicas que integrem a teoria e a prática (CEE, 2018).

Além disso, os CEE apontam a necessidade de avaliação constante das atividades extensionistas, garantindo que elas sejam executadas com qualidade e eficácia, para que realmente contribuam para a transformação social e para o desenvolvimento comunitário (CEE, 2018).

A tabela 01 apresenta as principais características norteadoras da Extensão. Dentre os objetivos da Extensão, podemos citar: 1) a transferência de conhecimento, pela promoção da disseminação do conhecimento acadêmico para a sociedade (Brasil, 2019); 2) o desenvolvimento da cidadania, com as ações de extensão, os estudantes são estimulados a se envolverem com questões sociais, políticas e culturais da sociedade (INEP, 2020); 3) a participação na construção de respostas a



demandas sociais, com a formulação de projetos e de ações que atendam as necessidades de grupos sociais específicos por meio de ações práticas, como serviços comunitários, educação, saúde, entre outros (CEE, 2018).

A extensão universitária, conforme as diretrizes do MEC, INEP e CEE, é fundamental para a formação completa dos estudantes, pois proporciona uma experiência prática que conecta a teoria aprendida no ambiente acadêmico com as necessidades reais da sociedade.

Ela é um recurso poderoso de transformação social e de desenvolvimento, promovendo a troca de saberes entre a universidade e as comunidades externas. Ao realizar essas atividades, a universidade cumpre sua função social, indo além de seus muros e contribuindo diretamente para o bem-estar social e para o progresso de diversas áreas do conhecimento e da sociedade.



Tabela 01. Características norteadoras da extensão universitária

Característica	Descrição
Interação Universidade- Sociedade	A extensão aproxima a universidade da sociedade, promovendo a troca de saberes e experiências (BRASIL, 2019).
Promoção de Desenvolvimento Social	As ações extensionistas visam atender às demandas e às necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, cultural e ambiental (BRASIL, 2019).
Formação Integral do Estudante	As atividades extensionistas possibilitam o desenvolvimento de competências práticas e sociais dos estudantes, ampliando sua visão de mundo (INEP, 2020).
Diversidade de Áreas de Atuação	A extensão abrange áreas como saúde, educação, cultura, meio ambiente, tecnologia, entre outras, atendendo as necessidades da comunidade (MEC, 2020).
Parcerias e Projetos Comuns	A extensão incentiva parcerias entre universidades, órgãos públicos, empresas e a comunidade para o desenvolvimento de projetos colaborativos (MEC, 2020).



Fonte: autoria própria.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua participação na Agenda 2030

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos e 169 metas estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, como

parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esses objetivos abrangem diversas áreas,

incluindo erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção dos oceanos e ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, governança e meios de implementação (Brasil, 2023).

A Agenda 2030 foi adotada por 193 Estados-membros da ONU, incluindo o Brasil, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. Esse compromisso global visa orientar políticas públicas e ações em todo o mundo, promovendo o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental (Brasil, 2023).

No Brasil, os ODS servem como referência para a formulação e para a implementação de políticas públicas em diferentes esferas governamentais, buscando integrar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Espera-se que os países adaptem os ODS às suas realidades, incorporando-os em políticas, planos de governo, programas, projetos e ações (Brasil, 2023).

A implementação dos ODS requer a colaboração entre governos, sociedade civil, setor privado e organizações inter-



nacionais, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas até 2030 e promover um futuro mais sustentável e inclusivo para todos (ONU; Brasil, 2023).

Fóruns de Extensão da Universidade de Taubaté e a contribuição para o desenvolvimento social

O termo “fórum” pode se referir desde locais físicos destinados à justiça até espaços (físicos ou virtuais) para debates e trocas de ideias em diversos campos do conhecimento. Apresenta múltiplas acepções, tanto históricas quanto contemporâneas, abrangendo contextos jurídicos, acadêmicos e de comunicação. Historicamente, na Roma Antiga, o “fórum” referia-se à praça pública central onde ocorriam atividades comerciais, políticas e sociais (Priberam, 2025). No Contexto Jurídico, “fórum” designa o prédio onde funcionam os tribunais e se realizam julgamentos (Jurishand, 2025). No contexto Acadêmico e de Comunicação, “Fórum” pode referir-se a uma reunião ou congresso de especialistas destinado à apresentação de trabalhos e de debates sobre temas específicos (Michaelis, 2024). Em um contexto mais abrangente, no Espaço de Discussão Pública, também pode denotar um espaço, físico ou virtual, aberto à discussão e à expressão de ideias sobre determinado tema (Infopedia, 2024).

Com o objetivo de estreitar as relações com a comunidade e de desenvolver espaço para discussão sobre a participação da Universidade com a comunidade na Agenda 2030,



foram realizados Fóruns de Extensão da Universidade. Abaixo estão descritas as principais características de cada momento, como uma linha do Tempo (Tabela 02).

Tabela 02. Linha do Tempo dos Fóruns de Extensão da Universidade de Taubaté, com descrição de suas principais características

FÓRUM	CARACTERÍSTICAS
<p>2019 – 1º Fórum de Extensão da UNITAU</p>	<p>Data: 29 de junho de 2019 Tema: <i>“Por uma sociedade melhor”</i> Objetivo: Fortalecer a relação entre a universidade e a comunidade, promovendo debates sobre sustentabilidade, cultura, saúde e direitos humanos. Destaques: Palestra de João Frederico da Costa Azevedo Meyer (UNICAMP) sobre a importância da extensão universitária. Discussões sobre a curricularização da extensão conforme a Resolução MEC nº 7/2018. Formação de grupos de trabalho para debater desafios e propostas para melhoria social.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Principais Diretrizes <p>Criação de uma plataforma para conectar demandas da sociedade com professores e alunos. Fortalecimento da interdisciplinaridade na extensão universitária.</p>
	<p>- Ampliação de parcerias para atuação em escolas e comunidades carentes.</p>



FÓRUM	CARACTERÍSTICAS
<p>2020 – 2º Fórum de Extensão da UNITAU</p>	<p>Data: 07 de novembro de 2020 (evento online) Tema: “Universidade e comunidade: parcerias para a sustentabilidade” Objetivo: Explorar como a universidade e a sociedade podem atuar juntas para promover a sustentabilidade em diferentes áreas. Destaques: Palestra de Diego de Melo Conti (PUC Campinas) sobre comunidades sustentáveis. Evento dividido em 08 grupos de trabalho baseados nos eixos da extensão universitária (comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho).</p> <ul style="list-style-type: none"> Principais Diretrizes: Educação: Apoio às escolas na implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Meio Ambiente: Desenvolvimento de pesquisas ambientais baseadas nos problemas da comunidade. Trabalho: Criação de projetos para capacitação profissional e incentivo ao empreendedorismo.
<p>2021 – 3º Fórum de Extensão da UNITAU</p>	<p>Data: 26 de junho de 2021 (evento online e interativo) Tema: “Saber cuidar: o indivíduo, o trabalho, a comunidade” Objetivo: Reforçar a importância da extensão para o bem-estar individual e coletivo. Destaques: - Novo formato: Evento distribuído ao longo de maio e junho, com interações em rádio, Telegram, YouTube e Instagram.</p>



FÓRUM	CARACTERÍSTICAS
2022 – 4º Fórum de Extensão da UNITAU	<p>Data: 27 de agosto de 2022</p> <p>Tema: “Parcerias que transformam”</p> <p>Objetivo: Criar conexões entre a universidade e o poder público para fortalecer políticas sociais.</p> <p>Destaques:</p> <p>Participação ativa da sociedade civil, conselhos municipais e agentes parlamentares.</p> <p>Discussões organizadas em cinco grandes áreas: Sustentabilidade e Tecnologia, Saúde, Cultura e Comunicação, Direitos Humanos e Trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none">• Principais Diretrizes: <p>Meio Ambiente: Apoio à arborização urbana e a hortas comunitárias.</p> <p>Saúde: Fortalecimento das parcerias entre projetos de extensão para ampliar o impacto social.</p> <p>-Trabalho: Desenvolvimento de projetos para capacitação de profissionais acima de 50 anos.</p>
2023 – 5º Fórum de Extensão da UNITAU	<p>Data: 26 de agosto de 2023</p> <p>Tema: “O papel das ligas acadêmicas para a transformação social”</p> <p>Objetivo: Destacar a importância das Ligas Acadêmicas na formação universitária e sua contribuição para a sociedade. Destaques:</p> <p>Discussão sobre as três dimensões das ligas acadêmicas: Ensino, Pesquisa e Extensão.</p> <p>Reflexão sobre os desafios enfrentados pelos estudantes para colocar seus projetos em prática.</p> <ul style="list-style-type: none">• Principais Diretrizes: <p>Saúde: Expansão das ações extensionistas das ligas acadêmicas da área da saúde para atender demandas regionais.</p> <p>Educação: Estimular a criação de novas ligas e fortalecer o papel das existentes.</p> <p>Sustentabilidade: Ampliar ações ambientais dentro da universidade e nas comunidades.</p>



FÓRUM	CARACTERÍSTICAS
<p>2024 – 6º Fórum de Extensão da UNITAU</p>	<p>Data: 22 de junho de 2024 Tema: “História e Compromisso com o Futuro” Objetivo: Refletir sobre os 50 anos da UNITAU e o impacto da extensão universitária. Destaques: Lançamento da Revista de Extensão UNITAU – Edição Especial 50 Anos. Discussão sobre o papel da universidade no futuro da extensão. Formação de grupos de trabalho baseados nos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). • Principais Diretrizes: Saúde (ODS 3): Reforço das parcerias comunitárias e realização de pesquisas sobre saúde regional.</p>
	<p>Educação (ODS 4): Inclusão da diversidade humana na formação acadêmica. Cidades Sustentáveis (ODS 11): Parcerias com órgãos públicos para implementação de projetos comunitários. Justiça e Paz (ODS 16): Ampliação da capacitação para promoção da cidadania.</p>



Fonte: autoria própria.

Os Fóruns de Extensão da Universidade de Taubaté (UNITAU), realizados anualmente desde 2019, vêm consolidando um espaço essencial para a articulação entre universidade e sociedade, promovendo ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Ao longo dos anos, as diretrizes discutidas nesses eventos evoluíram para abarcar temas cada vez mais interdisciplinares e impactantes.

Projetos de extensão, incluindo as atividades curriculares de extensão, utilizam as conclusões dos Fóruns como

fomento às atividades extensionistas. Assim, foram incluídos o Projeto Rondon, o Escritório de Direito, GELP – Grupos de Estudos em Língua Portuguesa, aberto inclusive para a comunidade carcerária.

Em relação à agenda 2030, os Fóruns de Extensão da Universidade de Taubaté apresentaram os pontos de discussão sobre o desenvolvimento sustentável, conforme tabela 03.

Tabela 03. Relação entre ODS e Características de Desenvolvimento Sustentável discutidas nos Fóruns de Extensão da UNITAU

ODS (ONU)	Características de Desenvolvimento Citadas nos Fóruns	Fórum
ODS 3: Saúde e Bem- Estar	Fortalecimento das ligas acadêmicas na saúde, promoção de ações preventivas, articulação entre projetos extensionistas, aproximação com a comunidade	3º, 5º e 6º Fóruns
ODS 4: Educação de Qualidade	Formação continuada para professores, apoio ao letramento científico, cursos de capacitação, inclusão de culturas indígenas e afro-brasileiras	2º, 3º, 5º e 6º Fóruns
ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	Projetos de preservação ambiental, incentivo à arborização, implementação de hortas urbanas, coleta seletiva	4º, 5º e 6º Fóruns
ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Apoio a conselhos municipais, assessoria jurídica, combate ao bullying e automutilação, fortalecimento da cidadania	4º, 5º e 6º Fóruns

Fonte: autoria própria.



Os Fóruns de Extensão da UNITAU têm direta relação com os ODS da ONU, pois fomentam iniciativas voltadas à sustentabilidade, inclusão social, promoção da saúde e desenvolvimento educacional. As diretrizes discutidas e implementadas ao longo dos anos demonstram um avanço significativo na integração entre universidade, poder público e sociedade civil, promovendo ações concretas para o cumprimento das metas globais. A partir da análise do conteúdo dos Fóruns, podemos relacionar as Diretrizes obtidas nas discussões dos Fóruns com orientações para a proposição de atividades de extensão, conforme descrito abaixo.

Evolução das Diretrizes e Conquistas

1. Sustentabilidade e Meio ambiente (ODS 11, ODS 13)

- _ 2019: Discussão inicial sobre práticas sustentáveis e criação de uma plataforma para conectar demandas sociais com projetos acadêmicos.
- _ 2020-2021: Ampliação das iniciativas para pesquisa ambiental aplicada e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à preservação ambiental.
- _ 2022-2023: Implementação de ações concretas, como hortas urbanas, arborização e incentivo à coleta seletiva na universidade.



_ 2024: Integração com políticas municipais para fortalecer a sustentabilidade em cidades e comunidades, promovendo ações de conscientização ambiental.

2. Saúde e Bem-Estar (ODS 3)

_ 2019-2020: Discussão sobre a necessidade de fortalecer projetos de extensão na área da saúde, promovendo ações de atendimento comunitário.

_ 2021-2022: Criação de iniciativas interdisciplinares para atender diferentes faixas etárias e necessidades específicas da comunidade, como saúde mental, cuidados com idosos e promoção de atividades físicas.

_ 2023-2024: Expansão do impacto com a participação ativa das ligas acadêmicas da saúde, promovendo atendimento regional e articulação com serviços públicos.

3. Educação e Qualificação Profissional (ODS 4, ODS 8)

_ 2019-2020: Início das discussões sobre apoio à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) nas escolas e incentivo ao letramento científico.

_ 2021-2022: Desenvolvimento de projetos para capacitação de professores, oferta de cursos gratuitos e incentivo ao ensino técnico-profissionalizante.

_ 2023-2024: Expansão das ligas acadêmicas e criação de estratégias para fomentar o ensino interdisciplinar e a inserção da comunidade acadêmica no mercado de trabalho.



4. Direitos Humanos e Cidadania (ODS 10, ODS 16)

_ 2019-2020: Discussão sobre inclusão social e fortalecimento da cidadania, com projetos voltados para escolas e comunidades vulneráveis.

_ 2021-2022: Criação de uma rede de apoio para trabalhadores do campo, fortalecimento de políticas públicas e ampliação do acesso à justiça através do Escritório de Assistência Jurídica da UNITAU.

_ 2023-2024: Foco na redução das desigualdades e no fortalecimento da participação popular na formulação de políticas sociais, além do combate à violência e promoção da paz.



Conclusão - Impacto no Cumprimento da Agenda 2030

A linha do tempo mostra a evolução dos Fóruns de Extensão da UNITAU, com um crescimento contínuo no impacto social e na interação entre universidade e comunidade. Os temas abordados ao longo dos anos demonstram um alinhamento estratégico com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, promovendo inovação, inclusão e transformação social.

A utilização dos fóruns como espaço de discussão e acolhimento da comunidade se mostrou uma ferramenta eficaz para a construção do desenvolvimento sustentável, atendendo à solicitação da Agenda 2030.

A evolução dos temas e projetos reforça a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social, tornando a Universidade de Taubaté um agente ativo na construção de um futuro mais sustentável, inclusivo e participativo.

Referências

BRASIL. DISTRITO FEDERAL. **Agenda 2030 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.internacional.df.gov.br/agenda-2030-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Histórico dos ODS**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/informacoes-ambientais/historico-ods>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Superior. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. SÃO PAULO. **O que são os ODS e o que você tem a ver com isso?** Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2023/09/o-que-sao-os-ods-e-o-que-voce-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CEE. **Conselho Estadual de Educação**. Resolução sobre a Regulação das Atividades de Extensão. São Paulo: CEE, 2018.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Fórum**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/f%C3%B3rum>. Acesso em: 25 fev. 2025.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Relatório de Avaliação das Atividades de Extensão Universitária. Brasília: INEP, 2020.



INFOPÉDIA. **Fórum**. Porto: Porto Editora, 2024. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/f%C3%B3rum>. Acesso em: 25 fev. 2025.

JURISHAND. **Definição de Fórum no contexto jurídico**. Disponível em: <https://jurishand.com/dicionario-juridico/forum>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-Brasileiro/f%C3%B3rum>. Acesso em: 25 fev. 2025.

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <https://Brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. **Carta do 1º Fórum UNITAU por uma sociedade melhor**. Taubaté, 2019.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. **Carta do 2º Fórum UNITAU por uma sociedade melhor**. Taubaté, 2020.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. **Carta do 3º Fórum de Extensão da UNITAU**. Taubaté, 2021.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. **Carta do 4º Fórum de Extensão da UNITAU**. Taubaté, 2022.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. **Carta do 5º Fórum de Extensão da UNITAU**. Taubaté, 2023.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. **Carta do 6º Fórum de Extensão da UNITAU**. Taubaté, 2024.

WIKIPÉDIA. *Fórum*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%B3rum>. Acesso em: 25 fev. 2025.



ISBN 978-65-6061-034-7



9 786560 610347